



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA- PPGPSI/UFAM**

DANIELA DOS SANTOS DANTAS

**TRANSMASCULINIDADES E PARENTALIDADE: PRODUÇÃO DE
SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE HOMENS TRANS QUE
ENGRAVIDARAM ANTES DA TRANSIÇÃO DE GÊNERO**

**MANAUS
2023**

DANIELA DOS SANTOS DANTAS

**TRANSMASCULINIDADES E PARENTALIDADE: PRODUÇÃO DE
SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE HOMENS TRANS QUE
ENGRAVIDARAM ANTES DA TRANSIÇÃO DE GÊNERO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas como pré-requisito para o título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Machado das Neves

**MANAUS
2023**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

D192t Dantas, Daniela dos Santos
Transmasculinidades e parentalidade: produção de sentidos e significados de homens trans que engravidaram antes da transição de gênero / Daniela dos Santos Dantas . 2023
135 f.: 31 cm.

Orientador: André Luiz Machado das Neves
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Parentalidade. 2. Teorias de gênero. 3. Transmasculinidades. 4. Sentidos. 5. Significados. I. Neves, André Luiz Machado das. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DANIELA DOS SANTOS DANTAS

**TRANSMASCULINIDADES E PARENTALIDADE: PRODUÇÃO DE
SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE HOMENS TRANS QUE
ENGRAVIDARAM ANTES DA TRANSIÇÃO DE GÊNERO**

Defesa da Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI
da Universidade Federal do Amazonas como pré-requisito para o título de Mestre em
Psicologia.

Prof. Dr. André Luiz Machado das Neves
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Orientador/Presidente

Prof. Dr Fábio Alves Gomes
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Examinador interno

Profa. Dra. Munique Therense Costa de Moraes Pontes
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Examinadora externo

Prof. Dr. Breno de Oliveira Ferreira
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Suplente interno

Profa. Dra. Vivian Silva Lima Marangoni
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Suplente externo

Dedico este trabalho aos interlocutores que manifestam o amor aos seus filhos sem medida e ao meu filho Daniel por me permitir materializar este amor na prática diária.

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, que nunca me deixou faltar, nem nos momentos de maior inquietação e desassossego experimentados durante o processo de construção deste trabalho.

Ao meu orientador, amigo, irmão e maior incentivador para realização da pós-graduação Prof. Dr. André Luiz Machado das Neves, que me mostrou que caminhar ao lado dos bons é por vezes penoso e difícil, você é muito muito muito admirável, amo você.

A todos os professores do PPGPSI, especial ao professor Breno de Oliveira Ferreira, que é incansável em ajudar a todos e se dispor de qualquer vaidade a fim de promover nosso engajamento e desenvolvimento, meu enorme apreço por você.

A todos os colegas do programa que compartilharam ao longo do processo suas angústias e desafios e que foram também o porto seguro que nos sustentou durante a nossa caminhada, com destaque para os meus colegas Camila Ribeiro, Gabriel Ponce de Leão e Juliana Marques com quem pude contar com contribuições significativas durante o trabalho.

Ao meu esposo, Paulo Dantas que sempre acreditou e me encorajou poderosamente diante de tantos desafios e que sobretudo sonhou comigo na conquista deste momento, a você todo meu amor e carinho sem fim.

A minha mãe querida, Maria da Conceição dos Santos de Menezes, que mesmo sem entender a dimensão deste trabalho, me apoiou neste período assumindo por muitas vezes a responsabilidade de cuidado pelo meu filho, te amo.

Ao meu irmão Danilo dos Santos Silva e minha cunhada Aline Brasil que também estiveram comigo neste momento me oferecendo sua casa como refúgio para estudo acompanhados sempre de um bom café.

A Policlínica Codajás na pessoa do Diretor Rainer Figueiredo que permitiu o elo entre o ambulatório para realização da pesquisa.

A todos os profissionais do ambulatório de Diversidade Sexual e Gêneros que acompanharam o desenvolvimento do trabalho e me apoiaram nos momentos em que estive ausente, em especial a minha querida colega de profissão Michelle Rodrigues.

Aos colegas de trabalho da NCR, Catarine Videira, Ricardo Santos e Suede Rodrigues que também me apoiaram e me deram suporte quanto às necessidades da minha ausência.

A todos os amigos que torcem direta ou indiretamente por mim incluo aqui os de longa data e os mais recentes que compartilharam ao longo destes quase dois anos e seis meses minhas angústias, preocupações e agora a alegria de concluir a dissertação.

E ao meu filho que dá sentido a minha vida e me faz querer ser cada dia melhor.

Você pode até dizer que eu 'tô"por fora ou então que eu "tô" inventando, mas é você que ama o passado e que não vê que o novo sempre vem. (Como nossos Pais, Antonio Belchior)

RESUMO

Nos últimos anos temos observado o rompimento de estruturas rígidas das identidades de gênero e sexualidade. Dentro desta nova construção, as identidades transmasculinas desafiam a norma binária, e para além disso apresentam novas possibilidades de expressar e viver tais masculinidades. Associada a questões identitárias, a parentalidade de pessoas trans representa um arena de constantes rupturas e negociações, mobilizadas pelas estruturas de poder dominantes que dificultam e invisibilizam tais vivências, mostrando uma dinâmica cultural que ora se utiliza do aspecto predominantemente do gênero designado pelo sexo, ora da identidade de gênero como critério para definir as práticas parentais, afetando questões complexas como a constituição de família, conjugalidade e a própria experiência parental. O objetivo deste estudo foi compreender a construção identitária e o exercício parental nos diversos cenários sociais dos homens trans que engravidaram antes da transição de gênero, por meio do método de pesquisa de campo qualitativa exploratória. A pesquisa foi realizada com cinco homens trans que engravidaram antes de iniciar o processo de transição de gênero e são acompanhados pelo ambulatório de Diversidade Sexual e Gêneros em Manaus-AM. Os relatos coletados através de entrevistas foram analisados por meio da análise temática e discutidos, à luz das teorias sociais de gênero. Os resultados demonstraram que homens trans vivendo sua parentalidade são submetidos a constantes questionamentos e tensionamentos sobre seus corpos e identidades, significados como um mecanismo sexista para legitimar a relação paterna reivindicada pelos interlocutores. A produção de sentido dos participantes acerca da parentalidade oscila entre a transgressão e acomodação da perspectiva cultural, numa vivência permeada de violências que reiteraram as vulnerabilidades sociais, e deflagraram a parentalidade como um dispositivo para gerir populações, e com efeitos produzem impactos deletérios à subjetividade, ao não contemplar a singularidade da experiência nas esferas familiares, educacionais, de direito e saúde.

Palavras-Chave: Parentalidade; Teorias de Gênero; Transmasculinidades; Sentidos; Significados.

ABSTRACT

In recent years we have observed the breakdown of rigid structures of gender and sexual identities. Within this new construction, transmasculine identities challenge the binary norm, and furthermore present new possibilities for expressing and living such masculinities. Associated with identity issues, the parenting of trans people represents an arena of constant ruptures and negotiations, mobilized by dominant power structures that make such experiences difficult and invisible, showing a cultural dynamic that sometimes uses the predominantly gender aspect designated by sex, sometimes of gender identity as criteria to define parental practices, affecting complex issues such as family formation, conjugality and the parental experience itself. The objective of this study was to understand the identity construction and parental exercise in the different social scenarios of trans men who became pregnant before gender transition, using the exploratory qualitative field research method. The research was carried out with five trans men who became pregnant before starting the gender transition process and are monitored by the Sexual and Gender Diversity Clinic in Manaus-AM. The reports collected through interviews were analyzed using thematic analysis and discussed in light of gender social theories. The results demonstrated that trans men experiencing their parenthood are subjected to constant questioning and tension about their bodies and identities, seen as a sexist mechanism to legitimize the paternal relationship claimed by the interlocutors. The participants' production of meaning about parenting oscillates between transgression and accommodation of the cultural perspective, in an experience permeated with violence that reiterated social vulnerabilities and have shown parenting as a device to manage populations, and so they produce deleterious effects when not considering the uniqueness of experience in the family, educational, law and health.

Keywords: Parenting; Gender Theories; Transmasculinities; Senses; Meanings.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

| | |
|----------|---|
| AIDS | Síndrome da Imunodeficiência Humana |
| AM | Amazonas |
| BVS | Biblioteca Virtual de Saúde |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CEP | Comitê de Ética e Pesquisa |
| CFP | Conselho Federal de Psicologia |
| CID | Classificação Internacional de Doenças |
| CNS | Conselho Nacional de Saúde |
| DSM | Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens Mentais |
| HIV | Vírus da Imunodeficiência Humana |
| LGBTQIA+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e Mais |
| PPGSI | Programa de Pós-Programa de Psicologia |
| PUC | Pontifícia Universidade Católica |
| SciELO | Scientific Electronic Library Online |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| TEA | Transtorno do Espectro Autista |
| UEA | Universidade do Estado do Amazonas |
| UFAM | Universidade Federal do Amazonas |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Quadro 01: Estado da arte de estudos com pessoas trans na Cidade de Manaus | 30 |
| Quadro 02: Identificação dos participantes | 58 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 ESTADO DA ARTE | 28 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 34 |
| 2.1 GÊNERO, MASCULINIDADES E TRANSMASCULINIDADES | 34 |
| 2.1.1 Constructos sobre gênero, interseccionalidades e aspectos históricos culturais associados ao gênero | 34 |
| 2.1.2 O gênero sob novas perspectivas: Teoria queer e performatividade | 38 |
| 2.1.2.1 Homens Trans, Masculinidade Trans e Transmasculinidades | 41 |
| 2.1.3 Um breve histórico da masculinidade | 44 |
| 2.1.4 Conceito de masculinidade hegemônica | 47 |
| 2.2 CONSTRUÇÕES DA PARENTALIDADE | 51 |
| 3. MÉTODO | 56 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA | 56 |
| 3.2 LOCAL DA PESQUISA | 57 |
| 3.3 PARTICIPANTES | 57 |
| 3.4 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS | 59 |
| 3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA | 59 |
| 3.6 QUESTÕES ÉTICAS | 60 |
| 3.7 ANÁLISE DOS DADOS | 61 |
| 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 63 |
| 4.1 NOTAS BIOGRÁFICAS DE PAIS TRANS E NOVAS FORMAS DE (R)EXISTIR | 64 |
| 4.1.1 “Meu Pai, meu Herói”: reconhecimento de ser um melhor | 65 |
| 4.1.2 “Pai é pai, independente de ser cis ou trans” | 69 |
| 4.1.3 “Sair dessa vida. Remando contra a maré” | 70 |
| 4.1.4 “Sou mãe e pai, e é isso!” | 74 |
| 4.1.5 Filhos para sempre | 77 |
| 4.2 IDENTIDADES EM TRÂNSITO | 80 |
| 4.3 SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA PARENTALIDADE | 88 |

| | |
|--|------------|
| 4.4 QUE DIABO DE MACHUDA É TU?: ESTIGMA, PRECONCEITO E VULNERABILIDADE | 104 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 111 |
| REFERÊNCIAS | 115 |
| APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA | 123 |
| APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ... | 124 |
| APÊNDICE C – TRECHOS DE PRECONCEITO CONTRA PAIS TRANSEXUAIS | 127 |
| ANEXO A - CARTA DE ANUÊNCIA | 129 |
| ANEXO B – DECLARAÇÃO | 130 |
| ANEXO C - CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL | 131 |
| ANEXO D - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP | 132 |

1 INTRODUÇÃO

“Cancelem a Natura, Talkey! #NaturaNao”

“Pai que é pai, nasce Homem, P...!!! #NaturaNãO”

*“Natura vai ter uma mulher como garota propaganda no dia dos Pais?
#NaturaNãO”*

*“Missão dada para defender nossa família, é missão cumprida.
Se ele quer parecer homem, tudo bem é escolha pessoal dela, mas a empresa
querer tripudiar na cara dos verdadeiros homens de valor, que cuidam da
família com garra e esforço, isso é inaceitável. #NaturaNãO”*

*“Dia dos Pais não é para pais? Ela pode se fantasiar de pai, fingir que é
pai, se dizer pai kkk, mas nunca será. Muitas mães fazem este papel de pai
por muitos anos. Quando usamos a expressão `sou mãe e pai, isso não
muda do lugar de mãe e nem transforma ela em pai. #NaturanãO”*

*“Discurso de ódio é o cacete!!!
Com tantos homens com histórias de superação na luta diária para criar e
educar seus filhos, a Natura vem e utiliza a Tammy como garota
propaganda do dia dos pais. Isso não é inclusão, é exclusão da maioria!
#NaturaNãO” (APÊNDICE C)*

Essas mensagens foram publicadas no Twitter, no dia 27 de julho de 2020, após Thammy Miranda¹ ter compartilhado um vídeo sobre a sua experiência parental para a campanha de uma empresa brasileira de cosméticos, alusiva ao dia dos pais intitulada “Pais Presentes”. Rapidamente a campanha ganhou grande repercussão e várias pessoas públicas e anônimas se pronunciaram, através das redes sociais. De um lado pessoas com a *Hashtag* #NaturaNãO, para boicotar a marca, sob a alegação de defesa da família, valores morais e bons costumes e do outro lado atores em defesa da diversidade de gênero e novos lugares sobre a parentalidade.

Neste sentido, a parentalidade que melhor se alinha com o escopo deste trabalho foi proposto pelo sociólogo e psicólogo Gerard Neyrand, cuja abordagem é enraizada na pluralidade, criticidade, dimensão social e natureza historicamente contextualizada. Sua obra, como traduzida por Souza e Fontella (2016), abarca uma ampla base teórica que incorpora contribuições da Antropologia, Sociologia e Psicanálise, as quais auxiliaram na formulação de um conceito altamente crítico. Este conceito de parentalidade entende a parentalidade como um

¹ Thammy Brito de Miranda Silva é ator, repórter e político brasileiro atualmente sem partido. Iniciou sua carreira como cantor, modelo e dançarino, junto com a mãe, a cantora Gretchen, considerada a rainha do reboledo na década de 90. Iniciou sua transição de gênero em 2014, com a hormonização. Tornou-se pai em 2020, após parceira terse submetido a fertilização no exterior.

espaço normativo para a gestão das populações, visando descrever a construção social e psicológica das relações entre pais e filhos. Esta construção é dinâmica e constantemente mutável, variando de acordo com a situação familiar, sociedade e período histórico, refletindo assim uma complexa interação de fatores culturais e contextuais na formação das relações parentais.

Ao se pronunciar a empresa informou que a intenção da ação era dar visibilidade a diversos tipos de paternidade e destacar o ato de cuidar exercido pelos pais, contudo a ação publicitária gerou uma série de embates pautados da discussão da parentalidade, associado ao sexo reforçando o caráter biológico, predominantes associados aos papéis parentais e de gênero. Tal fato ainda reforça um aspecto importante da atuação da mídia na construção de valores e posicionamentos sociais sobre as relações, pautados por uma ótica política. Essas controvérsias apresentadas situam o confronto de forças sobre sentidos e significados da parentalidade. Além de exemplificar a arena, a qual no sentido de Bourdieu (2004), compõe as construções de identidade de gênero e de sexualidade ainda contextualizadas, sob um viés de disputa por posições hierárquicas de dominação.

Diante desta situação, o gênero mostra-se como um importante marcador ao estruturar as relações de parentalidade dominantes e como elas são negociadas dentro das várias possibilidades. De tal forma, que a divisão de papéis materno e paterno estão automaticamente conectados a uma estrutura biológica de feminino e masculino respectivamente, ou seja, o modelo de parentalidade socialmente reconhecido e a constituição do próprio sujeito são regidos a partir das duas figuras distintas calcadas no modelo binário.

Além deste fato que me estimulou na escolha deste tema, posso dizer que meu interesse sobre a parentalidade começou mesmo antes de ter entrado na Universidade, por ser filha de mãe solo. Muitas vezes, não me sentia confortável, diante de eventos sociais e lugares onde a presença do pai era requerida, ou ainda quando eu era questionada sobre a identificação do meu pai. Percorri um longo caminho na busca do meu genitor e nele não reconheci o que construí acerca do que seria um pai ideal, mas entendi de certa forma uma parte de mim.

A partir dos relatos apresentados, é evidente que existem disputas e resistências persistentes na manutenção do modelo hegemônico de parentalidade, o que muitas vezes resulta na deslegitimação da paternidade trans. É importante notar que, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), milhões de brasileiros carecem de registro paterno em suas certificações de nascimento (CNJ, 2012), o que realça as discrepâncias do papel parental para homens e mulheres, sendo a maternidade compulsória e enquanto para homens o movimento de não reconhecimento da paternidade é considerado algo natural e até sistêmico na sociedade

brasileira, observada quase ou nenhuma crítica aos homens que não registram os filhos (THERENSE; RUSSO, 2023).

Neste diapasão, há que se falar de uma infinidade de possibilidades de configurações familiares. O conceito de parentalidade presume a noção de cuidado com uma suposta igualdade e neutralidade entre os gêneros, no entanto, na prática, muitas vezes não reflete essa equidade. No atual cenário político brasileiro, tem-se tornado comum a desqualificação e desmoralização de qualquer forma de configuração familiar que não esteja alinhada com os padrões. Essas práticas, que visam manter a hegemonia de um modelo de parentalidade tradicional, perpetuam a marginalização das experiências parentais trans e de outros arranjos familiares diversos, demonstrando a necessidade de uma revisão e reconhecimento mais amplo da diversidade de parentalidade, sem discriminação ou estigmatização.

Esses comentários carregados de hostilidade e preconceito me afetaram fortemente, em função da minha atuação profissional, como psicóloga no Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero do estado do Amazonas, situado na Policlínica Codajás. Na clínica, infelizmente são recorrentes as falas que evidenciam a violação de direitos, a violência de inúmeras formas e o sentimento de incapacidade e medo, diante de todas as adversidades encontradas por estas pessoas em muitas esferas da sociedade. Nesta prática, me chamou muita a atenção o manejo de alguns homens trans que exerciam o papel de cuidado de seus filhos, nascidos antes de seus pais terem dado início a sua transição de gênero.

Os pacientes relataram que sua experiência parental, lhes provocava um conflito acerca de si e sua identidade de gênero e por vezes eram questionados e pressionados acerca desta divisão sexual do trabalho, em que o homem tem o papel de ser o provedor e a mulher de cuidar. Tal inquietação acerca do tema se tornou ainda mais evidente ao ser questionada por uma colega da Psicologia sobre um paciente homem trans que enfrentava dificuldades para lidar com a filha com um possível diagnóstico de autismo. Em sua fala a mesma indagava: “Quem vai ser a mãe? Ele precisa assumir este papel ou direcioná-lo a alguém?” O comum nestas falas é a alegação centrada sobre o cuidado e bem-estar da criança, contudo, compreendo que esses enquadres realizados pela psicologia podem levar estes indivíduos a um lugar de sofrimento e ainda mais julgamento de sua subjetividade sobre um viés rígido de gênero e parentalidade dominante.

Este caminho percorrido tem a intenção de compartilhar com o leitor como minha experiência profissional e pessoal me direcionaram para a escolha deste tema, considerando o campo de tensões existente entre a construção da masculinidade, dentro do universo ainda pouco explorado da transgeneridade masculina e sua experiência parental. Ancorados no princípio de discutir a parentalidade articulada a transmasculinidade para elaboração deste

trabalho iniciei minha trajetória, aprimorando os conhecimentos sobre os termos, depois localizando os achados encontrados em outros estudos que versam sobre trans parentalidade e por fim me concentrei a discussão em torno do objetivo de compreender os critérios que balizam a relação entre a parentalidade e transmasculinidade e os seus impactos.

Elucidando os termos, a parentalidade é um tema complexo, que tem sido discutido, e vem sendo construído e revisitado por inúmeras teorias, têm um caráter polissêmico e mutante, em função dos inúmeros sentidos que lhe são atribuídos, a partir das normas sociais, demandas políticas e econômicas, pelas quais os sujeitos são atravessados, em um determinado tempo e espaço. Entre as suas tantas definições, podemos encontrar a parentalidade sendo utilizada para nominar a relação de adultos e crianças, o conjunto de atribuições operacionais de cuidado entre pais e filhos, a vinculação afetiva e psicológica presente nas relações e muitas vezes com neologismo vinculado ao termo para estabelecer novas possibilidades de exercício desta, a partir de diferentes lugares ocupados pelos sujeitos como a monoparentalidade e a homoparentalidade. O tema vem sendo amplamente estudado em outros trabalhos, principalmente sob o olhar jurídico e psicológico para discutir sobre questões de adoção, parentalidade em contextos vulneráveis, homoparentalidade, na transição de vida e associada às relações de gênero (SOUZA, 2017).

Associada a parentalidade como foco deste estudo, a transexualidade é definida por Bento (2008) como uma experiência identitária em conflito com as normas de gênero vigentes, de tal forma que compreende pessoas trans, aquelas cuja identidade de gênero não corresponde a mesma atribuída pelo sexo, por ocasião do nascimento. Representam uma parcela da população que sofrem frequentes violências nas esferas sociais e violação de direitos básicos, por desafiam a lógica binária que é dominante sobre as identidades e os corpos. Os homens trans, neste contexto, têm buscado muitas vezes, construir uma masculinidade que se encaixe nos padrões legitimados socialmente pela masculinidade hegemônica, reconhecidas pela força, virilidade, coragem, controle das emoções e silenciamento dos sentimentos. Rubin (2003) acrescenta ainda que a adequação a este modelo hegemônico por meio de determinadas escolhas discursivas pode imprimir uma cobrança muito elevada, associando tal manifestação aos altos índices de suicídio² dentre homens trans.

² Homens trans são os que apresentam maior risco para o suicídio. Um estudo com adolescentes trans mostrou uma taxa de 14% de tentativas de suicídio, mas quando se observa somente a população de homens trans, a incidência sobe para 50,8%. A incidência alta na puberdade pode estar associada a menstuação e aparecimento das mamas, que pode aumentar a disforia (CIASCA; HERCOWITZ; JUNIOR, 2021).

Ainda sobre a transgeneridade, Ávila e Grossi (2013), em pesquisa sobre a transmasculinidade, com 34 homens trans, apontam diferentes transmasculinidades na experiência trans, que se articulam com as tecnologias de gênero propostas por Teresa de Lauretis (1994), caracterizada pelo conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, de técnicas farmacológicas e audiovisuais que fixam e delimitam as subjetividade dos sujeitos a fim de que os sujeitos se identifiquem dentro de um padrão normativo de ser homem ou mulher. Neste sentido, a internet tem sido um ponto de partida para o reconhecimento da identidade de gênero, contudo às vezes representa um problema quando o sujeito modifica comportamentos para validação social ou de um profissional de saúde ao frequentar uma unidade do SUS para iniciar o processo de transição de gênero, por meio da hormonização.

Contudo, é preciso reconhecer que a internet tem sido uma ferramenta estratégica para dar visibilidade a esta população que era invisibilizada em pesquisas, estudos e socialmente marginalizada também nos grupos LGBTQIA+. A própria articulação política dos homens trans iniciou tardiamente em relação ao movimento das travestis, sendo iniciado somente em 2011, com a criação do primeiro movimento político formado unicamente por homens trans (PEREIRA; GAUDENZI; BONAN, 2021).

Dada a particularidade da experimentação parental, a vivência da identidade de gênero, e a narrativa dos fatos na mídia e prática profissional, este estudo buscou privilegiar a compreensão da parentalidade, a partir de um lugar ocupado por homens trans que engravidaram, antes de iniciar o processo de transição de gênero³, explorando por meio das narrativas desses interlocutores os sentidos por ele atribuídos, com base em suas vivências, confrontos e negociações entre sua identidade de gênero e a experiência parental.

Pesquisas desenvolvidas para investigar a parentalidade exercida por pessoas trans apontam que a experiência parental desta população vem sendo invisibilizada, tratada como alvo de preconceito e transfobia ou ainda associada a uma vivência correspondente a homoparentalidade (SOUZA, 2013; ANGONESE, 2016; ANGONESE, LAGO, 2018; TRAJANO, 2019).

A invisibilidade da parentalidade de pessoas trans é percebida na ausência de políticas de Saúde no SUS que permitam alternativas práticas para preservação da capacidade reprodutiva, e poucas iniciativas para discussão desta necessidade, parecendo assim noções

³ A transição de gênero é o processo de reconhecimento com o gênero, diferente daquele que foi atribuído à pessoa, com base no sexo quando do seu nascimento. É iniciada, muitas vezes, a partir da adoção de um nome social e de pronomes correspondentes à sua identidade autodeclarada, no caso dos homens trans o uso de pronomes masculinos, além disso passam a expressar o gênero por meio de uso de roupas e passam a performatizar socialmente de maneira que se sintam mais confortável e não necessariamente está associada ao uso de hormônios.

impensáveis, o que Angonese e Lago (2018) denominam como esterilidade simbólica. Tal constatação, desqualifica socialmente a pessoa trans no exercício de sua parentalidade e torna tal experiência como improvável, diante da concepção social de família, a partir de um referencial biologicista e cisheteronormativo, contribuindo muitas vezes para práticas de transfobia e preconceito direcionados a pessoas trans.

Esta invisibilidade parece ser ainda mais acentuada quando pensamos neste lugar ocupado pelos homens trans. Pederzoli (2017), ao investigar homens trans grávidos, em sua dissertação, propõe com veemência a necessidade da quebra de paradigmas sobre os papéis de pai e mãe associados aos gêneros masculino e feminino respectivamente, mas compreende a complexidade de tal movimento de transformação, questionando inclusive o papel da psicologia associada a psicodinâmica. Por isso, é de extrema importância que haja continuidade de estudos que permitam a reflexão sob o olhar de outras possibilidades, desta maneira, este estudo não tem a pretensão de falar em nome dos homens trans, mas adotar as suas significações. Na posição de se inserir em nós, não foi possível exatamente ver as coisas como os homens trans olham, mas compreender analiticamente as formas como eles ~~experimentaram~~ e se percebem em suas vivências parentais e gênero.

Ressalto ainda que o olhar de pesquisadora no interior das dinâmicas da parentalidade entre homens trans, a posição foi assumida, através de um salto qualitativo para o interior da experiência parental sem psicologismos e discursos oficiais. Nesse aspecto, foi preciso lançar mão da posição de enxergar as diferenças que se apresentam de uma forma única e apenas reconhecer tais diferenças, através do investimento para o reconhecimento das multiplicações dessas diferenças.

Segundo Trajano (2019), o exercício da parentalidade de uma pessoa trans é objeto de preconceito e alvo de atitudes transfóbicas pelo desconhecimento e falta de legitimidade dados a configurações destas famílias em função da instauração do modelo heteronormativo, contudo, salienta, “[...] o fato dessas famílias terem pais e/ou mães trans não as torna qualitativamente diferentes de outras, em quaisquer aspectos (p. 14)”. De antemão, afirma-se reconhecer, como Trajano (2019), que há uma multiplicidade nas configurações familiares, pois sua constituição se dá por meio das dinâmicas das relações sociais e não necessariamente por uma ou outra característica da parentalidade, contudo é necessário reconhecer a centralidade do caráter político que afetam tais relações, tornando as famílias uma reprodução da realidade social dominante.

Esse não é o primeiro estudo sobre parentalidade. Há alguns estudos que compreendem a parentalidade em diversos contextos, sobre pontos de vista diferentes, inclusive com a elaboração de teorias que contribuíram muito sobre o tema em questão.

Considerando o cenário internacional, a França representa um pólo de muitos pesquisadores que fizeram grandes contribuições sobre o tema. Um deles é o psicanalista Houzel (2004), que define o exercício da parentalidade, a partir da atribuição de papéis do que representa ser pai ou mãe em uma determinada sociedade, e quais os seus direitos e deveres. Assim, define um campo que transcende ao indivíduo, sua subjetividade e seus comportamentos, referindo-se aos laços de parentesco e à legislação da sociedade à qual o indivíduo pertence. A experiência da parentalidade já é bastante estudada e conhecida nas mães, mas apenas muito recentemente começou a ser investigada em relação aos pais.

Em consonância com Houzel, os pesquisadores brasileiros, Silva et al (2018) identificaram que a paternidade está diretamente associada aos aspectos de envolvimento e experiência. O conceito de envolvimento é definido pelo tempo engajado no cuidado e provimento do filho. Reforçam que a participação do pai na criação dos filhos é fortemente influenciada pelo contexto cultural, no Brasil por exemplo, tende-se a proibir ao menino brincar de ter filhos, de alimentar bonecas, vendo-se nisso um suposto indicativo de tendências femininas, o que pode tornar difícil para o homem cuidar de seu filho. A experiência, por sua vez está associada à ideia de que ser pai envolve aspectos subjetivos conscientes e inconscientes, como desejos, sofrimentos, reviver experiências com seus próprios pais, mudanças sobre o que pensa sobre si mesmo, reorganização da própria identidade, processos que ocorrem durante a transição à paternidade. Tornar-se pai é uma das maiores transições da vida para o homem adulto e está associada a muitas mudanças pessoais e sociais.

Sexo, gênero e sexualidade são termos complexos que decorrem de relações biopsicossociais indissociáveis, só existindo tal como os conhecemos graças à linguagem criada e partilhada culturalmente. Dada a dinâmica do processo de construção e representação de um determinado tempo e espaço, há que se reconhecer que os papéis vem sofrendo consideráveis transformações, contudo a categoria gênero, atravessa questões identitárias que comprometem a subjetividade dos sujeitos que buscam corresponder a uma normatização atrelado ao binarismo, a fim de não sofrer o preconceito associado a outras vivências que extrapolam tais regras da sociedade patriarcal e sexista.

Antes mesmo de nascer, há uma grande expectativa sobre o sujeito, a partir do marcador de gênero, que condiciona várias questões em preparação à chegada deste novo indivíduo, a fim de que ao longo de seu crescimento, o mesmo possa corresponder a determinadas

expectativas. A escolha do nome, que tipo de roupa vestir, a cor do quarto, o tipo de brinquedo, são itens da longa lista, que pais e mães se preocupam em preparar antes da chegada dos filhos. Boa parte dessas decisões são realizadas com base nas normas e padrões sociais associadas ao gênero, como bem salienta Souza e Fontella (2016), usando a concepção de Gerard Neyrand sobre a parentalidade, referindo-se a mesma como “uma política de gestão de populações” (p. 117).

Quanto às identidades destaco a obra de Antonio da Costa Ciampa (2001) intitulada *A estória do Severino e a História da Severina: Um ensaio de Psicologia Social*, nos ajuda a entender este processo de construção do sujeito como uma representação de um momento histórico, parte do tempo, do lugar, da família de origem e da vida que vive.

Considerando que os interlocutores deste estudo estão em processo de transição de gênero, é importante situar que tais mudanças como nome, a forma de se expressar socialmente, inclusive mudanças corporais, por meio de cirurgias e hormonização, representa um passo decisivo para o reconhecimento de um eu que permaneceu oculto e desconhecido, e o quanto isso interfere sobre sua saúde mental e ajuda no fortalecimento desta identidade almejada. Mais que isso, esse processo restabelece uma nova ordem na vida destas pessoas e representa junto com ela uma nova gama de desafios por contrariar a ordem binária.

O conceito de identidade metamorfose cunhada por Ciampa (2001), considera que as pessoas se encontram em constante transformação, desta forma todo ser humano é percebido, de maneira idiossincrática. Neste mesmo sentido, atribui à sua natureza uma dinamicidade de caráter permanente pela existência de diversos personagens, que podem emergir de um mesmo sujeito, de acordo com cada contexto, além disso, reforça que a pessoa não pode ser reduzida aos estereótipos que lhe são atribuídos. Logo, considero que tal estudo se justifica, em função da necessidade da quebra do estereótipo que marca a vida das pessoas trans, que mesmo em outras dimensões são avaliadas sob o aspecto do gênero designado pelo critério biológico percebido ainda como dominante na sociedade.

A identidade é fortalecida por meio de reconhecimentos múltiplos, inicialmente no âmbito interior e em uma segunda esfera acontece no mundo externo por meio das relações sociais (JUNIOR LARA; LARA, 2017). O problema, no caso da identidade trans é que muitas vezes esse reconhecimento não acontece na esfera social, e diante desta situação os indivíduos vivenciam a experiência do aprisionamento à mesmice, ao fetiche de um personagem, que impede a concretização do sentido emancipatório da identidade das pessoas trans.

Além do marcador de gênero, outras categorias interferem neste processo de reconhecimento social da identidade como raça, classe social e o grau de escolarização que

podem estar associados a identidade desses sujeitos e ao exercício da parentalidade que é impregnado de condicionantes sociais que demarcam sócio culturalmente o que é ser pai e ser mãe.

A transmasculinidade se configurar neste contexto como uma denúncia do caráter compulsório da cisheteronormatividade e desafia a naturalidade dos termos e dos papéis. A partir da reflexão deste trabalho é possível sugerir novas possibilidades de trânsito entres os termos gênero e parentalidade, por exemplo ser homem e mãe ou engravidar e ser pai. No entanto, enquanto a distinção entre os gêneros pautadas na biologia predominar e constitui-se como ideal pela sociedade, tais vivências estarão condenadas à marginalidade. De tal forma que a binaridade precisa ser questionada, a fim de que cada pessoa consiga alcançar seu processo de emancipação identitária, com o gênero que se reconhece, e exerça a função parental da forma que for possível.

Outro ponto que corrobora para a justificativa deste trabalho está associado à invisibilidade das pessoas transmasculinas. Conforme demonstrado pela busca de trabalhos realizados acerca desta população, foi possível identificar a dominância de estudos direcionados a outras identidades trans. Tal fato pode estar relacionado à articulação tardia destes grupos em relação a outros movimentos trans ou ainda ao próprio processo emancipatório dificultado pelas barreiras sociais, o confronto evitado e o preconceito.

Outro aspecto que justifica este trabalho se relaciona à necessidade de formação de profissionais em psicologia, a partir de uma leitura crítica sobre a binaridade. Em pesquisa sobre parentalidade trans, Cardozo (2006) denunciou que muitos discursos psicológicos sobre família e sexualidade costumam reproduzir estereótipos. Zambrano (2006, p. 130) afirma que “[...] a psicanálise é uma das disciplinas mais solicitadas pela sociedade para o debate sobre as novas configurações familiares, interferindo, dessa forma, no campo da ação política”, o que reforça a importância da inclusão das discussões de gênero e sexualidade na formação em Psicologia.

Usando o termo das tecnologias de gênero⁴, cunhado Teresa de Lauretis, nesta discussão sobre gênero e parentalidade, é importante questionar se as teorias clássicas da Psicologia podem se constituir como uma tecnologia de gênero. A reflexão parte do reconhecimento de perceber que tais teorias foram criadas em sociedades capitalistas do ocidente europeu e norte

⁴ O termo tecnologia de gênero aponta para a existência de mecanismos e produtos culturais que não apenas representam os valores, ideais e estereótipos de gênero (como em um espelho), mas têm o caráter performativo, isto é, criam, incitam, reiteram, reforçam esses próprios valores e representações. As tecnologias de gênero são fundamentais na configuração dos caminhos privilegiados de subjetivação (veja as lives 1, 2, 3 e 4 do minicurso sobre o livro "Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação") e podemos citar como exemplos de tecnologias de gênero os filmes, as músicas, as propagandas... e, também, muitas das teorias científicas.

americano, escrita em sua grande parte por homens brancos, em posições de privilégio que estudaram tais conceitos a partir de outros homens.

Um dos termos cunhados por essas teorias que merece uma revisão é a maternidade, ao perceber que a própria psicanálise estabelece diferenças nos processos edípicos, mesmo Lacan, quando define o termo função materna e função paterna, ao dizer, por exemplo que um homem vem exercendo a função materna, isso já caracteriza uma família disfuncional, ou mesmo Winnicott ao falar sobre mãe suficientemente boa. Os termos precisam ser ampliados e revisados considerando mais assertivo, que estes termos sejam nomeados de outra maneira, para Lacan considerar a “função cuidadora” ou “função castradora” e para Winnicott “pessoa cuidadora suficientemente boa”. Tais exemplos reforçam a necessidade de realizar uma leitura mais contextualizada na realidade dos sujeitos considerando os aspectos culturais e seu movimento de transformações na sua histórica, principalmente quando aplicadas a um país extremamente sexista.

De tal maneira que é imprescindível como profissional ter uma visão crítica acerca de tais teorias, de modo que na prática de cuidado psicológico não haja um endosso ou uma confirmação em torno destas questões sexistas e patriarcais.

Além disso, considerando que profissionais de Psicologia Jurídica e familiar, frequentemente são chamados a intervir em assuntos relacionados à sexualidade e família, compreende-se a importância de incluir, nos currículos dos cursos de formação em Psicologia, conteúdos referentes às questões de gênero e sexualidade, principalmente sobre as sexualidades não hegemônicas, que desviam de um padrão binário cis e heteronormativo, questionando a reprodução de posições excludentes baseadas nas noções de natureza e de instinto.

Neste sentido, cabe-nos então refletir sobre os diferentes caminhos pelos quais os pais transgêneros, transexuais ou travestis performatizam a parentalidade na sua relação com o gênero, numa negociação entre maternidades, paternidades e gênero que se define de acordo com cada caso e cada contexto, vivenciando práticas que não têm nome nem lugar socialmente reconhecidos na organização simbólica e social da parentalidade no pensamento ocidental. Tal reflexão é fundamental para visibilizar e lutar pelos direitos de quem é, historicamente, invisibilizado e colocado em um lugar de abjeção.

E por fim pensar em construção de novos conceitos que compreendam o exercício parental a partir de uma multiplicidade de configuração que promovam o respeito e dignidade de toda e qualquer manifestação associada ao gênero e por conseguinte oferecer instrumentos que viabilizem o direito à reprodução e exercício parental de forma que pessoas trans tenham seu exercício parental e identidades também legitimados socialmente.

Tenho como premissa neste trabalho somar a luta das pessoas que ocupam um determinado lugar de fala. A expressão “lugar de fala” se tornou conhecida e tem sido bastante usada de maneira popular para representar o ponto de vista, através do qual determinada pessoa também faz parte e o representa. Nesse sentido, o lugar de fala de pais transexuais tem sua relevância, pois oferece uma perspectiva única e habilidades sobre a experiência da parentalidade a partir de uma vivência muito singular a partir das subjetividades. Por algumas razões: pais transgêneros que compartilham suas experiências ajudam a aumentar a visibilidade e representatividade de pessoas trans na sociedade. Isso é fundamental para combater a discriminação e o estigma que afetam as pessoas trans e suas famílias; suas histórias e vivências desafiam estereótipos de gênero arraigados na sociedade. Isso contribui para uma compreensão mais ampla de que a identidade de gênero não está ligada à capacidade de ser um cuidador amoroso e competente.

Uma das grandes difusoras do conceito no país é Djamila Ribeiro (2017), mestra em filosofia e professora da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica), autora da obra "O que é lugar de fala?", define este termo como “[...] o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (p. 69). Nas questões relacionadas à população LGBTQIA+ é comum utilizar-se desta expressão para também se incluir em uma narrativa que é compatível com uma determinada história ou fenômeno social que é representada por este grupo. Parece ainda mais relevante pertencer ou estar associado a este lugar de fala, quando o tema de investigação está relacionado à população trans, isso porque é recente que a transgeneridade tenha deixado de ser classificada como doença. Tal associação ao quadro de doença pode estar associado ao processo de medicalização⁵, onde pessoas cis que desconhecem tais fenômenos passam a realizar a regulação da vida e vigilância dos corpos, a partir de uma concepção biomédica. Outra justificativa pode estar associada ao processo de judicialização dos problemas cotidianos da vida, relacionados ao descumprimento e cerceamento de direitos e outras políticas públicas criadas a partir de pessoas cis que não compartilham da mesma realidade da vida acerca destas pessoas.

Em trabalhos de revisão sistemática e narrativas muitos trabalhos têm privilegiado produções de pessoas trans, como observado no dossiê sobre transmasculinidades da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero (2021) em sua última edição, tal movimento

⁵ A medicalização é representada como uma nova esfera de poder sobre as vivências da sexualidade. Pra Foucault a medicina psiquiátrica do século XIX reforçou em termos científicos a separação entre o normal/saudável e o desviante/corruptor do natural da sexualidade humana. Desse processo estabeleceu-se as normas das vivências sexuais restritas a pessoas adultas, de caráter monogâmico, heterossexual e legalmente unido com vistas à reprodução biológica e simbólica (TILIO, 2014).

representa na minha concepção uma dupla necessidade. A primeira é de dar visibilidade a estudos elaborados por pessoas trans falando sobre pessoas trans e em segundo lugar evidenciar a educação como um mecanismo potente para ultrapassar limites e quebra de estereótipos que residem sobre estas pessoas.

Falar sobre gênero é reiterar o compromisso em torno de questões políticas e brigar na defesa e apoio à diversidade, e se permitir estar em um lugar de reparação, porque nem sempre este saber acerca de questões tão estruturais que nos afetam socialmente foram conhecidas. Para além disso, já na minha prática profissional como psicóloga é imprescindível ultrapassar os limites do consultório, a fim de contribuir significativamente com a vida das pessoas que precisam de mais que uma escuta profissional, precisam de emprego, de moradia, de acolhimento e saúde integral de verdade, porque é difícil terapeutizar alguém que muitas vezes nem tem o que comer.

“Lugar de fala” também defende que todas as pessoas são pertencentes a determinados contextos discursivos, inclusive as que sempre estiveram na posição de privilégios em relação ao saber-poder, e podem se expressar sobre qualquer tema. Assim, eu mulher cis hetero tenho o compromisso, por meio desse estudo de refletir criticamente sobre os sentidos e significados produzidos por homens trans sobre a parentalidade, mas partindo de um lugar de certa forma beneficiado por essa estrutura. Tenho a compreensão de que minha fala não será equivalente à de um homem trans e nem assim o pretendo, uma vez que é impossível assumir a fala do outro. Nessa perspectiva, minha pretensão para este estudo é teorizar sobre o cotidiano de vida dos homens trans, a partir do lugar que ocupo, pois a luta pela representatividade não exclui a responsabilização de quem historicamente ocupa espaços privilegiados.

Minha trajetória como Psicóloga junto à população trans, iniciou em abril de 2019 quando fui nomeada, através do concurso na Secretaria de Estado de Saúde, me tornando a primeira psicóloga a trabalhar no sistema público de saúde do estado do Amazonas, com a demanda do processo transexualizador. A constituição do meu aprendizado se deu a partir das demandas terapêuticas das pessoas trans atendidas, fazendo assim uma articulação prática e teórica constante que me estimulou a adentrar no mestrado com a intenção de oferecer um serviço de mais qualidade no atendimento desta população, a partir de uma posição mais reflexiva alcançada por meio da pesquisa científica.

Esse campo compartilhado entre as dimensões de dois fazeres distintos representa o grande desafio deste estudo, de tal forma que este representa um duplo sentido, que pode contribuir ou prejudicar o andamento de uma investigação. De um lado, me sinto estimulada por meio das demandas dos pacientes a explorar fenômenos que nos ajudem na compreensão

destes, além de trazer à luz temas de relevância considerando, a importante necessidade de romper com os aspectos patriarcais e sexistas que balizam as questões sociais. Por outro lado, é imprescindível ter consciência sobre os riscos de influenciar minha análise, ao partir de ponto de referência já situado no mesmo campo e buscar encontrar algo já pré-estabelecido.

A pesquisa qualitativa em estudos sociais foi questionada durante muito tempo por representar aspectos de validação diferentes dos métodos quantitativos, reconhecidos pelo rigor científico privilegiando o caráter naturalista, visto por muitas disciplinas em posição hierárquica de superioridade em relação aos estudos sociais qualitativos. Sobre isso um dos aspectos de maior questionamento está associado a uma suposta neutralidade no campo, contudo na abordagem qualitativa tal aspecto é considerado como um limite já ultrapassado por reconhecer que o simples fato de o pesquisador estar inserido no campo, produz interferências sobre este e sobre as relações estabelecidas com o objeto de pesquisa (MINAYO; SANCHES, 1993).

A pesquisa qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão. Epistemologicamente a construção da pesquisa qualitativa acredita potencialmente que é capaz de produzir os acontecimentos e fenômenos que se aproximem de sua totalidade pela inclusão do sujeito pesquisador no espaço, no entanto é preciso salientar que este traz interferências ao cenário (MINAYO, 2001).

Ao definir como objetos de estudo os sentidos e significados, como neste estudo, minha pretensão não é falar pelos homens trans, mas a partir de uma relação me articular a uma construção coletiva, por meio da aproximação de modo que se sintam confortáveis, seguros em compartilhar sua compreensão acerca da experimentação de determinado fenômeno, sem considerar nestes resultados definitivos, muito pelo contrário, o escopo deste estudo reconhece a transitoriedade do fenômeno por assim dizer em se tratando de atores situados dentro de um contexto sócio-histórico.

Antes de iniciar as investigações esperava encontrar os resultados a partir de uma demarcação significativa entre o antes e depois da transição contudo ao mergulhar no universo do outro, foi possível reconhecer outras manifestações trazidas pelo campo, que evidenciam a relevância do tema fortalecido sobre a carga social que os homens trans carregam sobre si e a construção de identidade de gênero em constante movimento assim como as identidades.

Reconhecidos previamente num papel de cuidar convencionalmente atribuídos à mulher neste exercício de maternar, há que se questionar como estes sujeitos realizam as negociações

para reconhecimento de sua parentalidade associado à sua identidade e os sentidos por ele atribuídos, através do contexto social no qual estão inseridos e quanto isso interfere em suas vivências que possam ou não representar algum prejuízo de ordem psicológica.

O processo de transicionar, inclui um processo importante de aproximação de sua identidade, muitas vezes negligenciado, por questões de julgamento ou pelo próprio desconhecimento dessa possibilidade. Tal movimento representa um processo desafiador de contrariar a lógica binária ao gênero e que às vezes não se reconhece em relação ao exercício parental, a exemplo do Tammy Miranda por preconizar o gênero como uma categoria puramente biológica.

Atendendo a uma demanda exigida por uma construção de gênero e uma percepção da identidade da mesma, importa problematizar acerca de como esses sentidos e significados também foram constituídos por esses pais transmasculinos. Os papéis sociais de gênero e de parentalidade por muito tempo atribuíram (e atribuem) ao pai o lugar de provedor, comando e a mãe era concedido o lugar de cuidado, proteção. Aspectos que apresentam os estereótipos dessas relações e por isso, invisibilizam outras possibilidades desse exercício de parentalidade. Ao refletir sobre o tema parentalidade, a partir da experiência de homens trans, o primeiro impasse encontrado foi a dificuldade em atribuir um nome ao trabalho. De que forma seria mais adequado e assertivo chamar a relação de pais trans que exercem papel de cuidar dos seus filhos?

Ancorada na identidade de gênero, seria prudente chamar um homem trans no exercício de cuidar de pai. Contudo, convencionalmente este papel está associado à figura feminina, e o ser pai fica condicionado ao exercício de prover o sustento da família, e por isso, ao privilegiar o discurso destes sujeitos na produção de sentidos acerca da parentalidade, entendemos que estes, mesmo sendo realizados na esfera subjetiva são atravessados pelas normas sociais que afetam a internalização de tais significados. Apesar de valorizar a sua identidade de gênero, a partir do uso do termo parental associado ao masculino, isso não se realiza na prática, como expresso na escuta clínica e outras pesquisas. O fato de ter gerado um filho os condiciona aos pressupostos estabelecidos pela sociedade que atribuem e nomeiam a relação parental associado à maternidade, desqualificando a sua identidade de gênero, geralmente causando-lhes problemas no processo emancipatório no modo de existir.

Ainda sobre o nome do estudo, uma outra possibilidade foi utilizar o neologismo transparentalidade, contudo isso poderia evidenciar ainda mais a hierarquia da parentalidade, considerando a perspectiva dominante da cisheteronormatividade e colocando tal experimentação num lugar de abjeção e negligência.

Para Trajano (2019), tal nomeação pode caracterizar um tipo de família existente em uma realidade discursiva que pode permanecer à sombra em nossa sociedade, tornando possível o estudo e problematização, mas acaba por fortalecer uma existência inferior as demais configurações a exemplo do que acontece com a homoparentalidade, já reconhecida, mas associada a uma existência disfuncional. A mesma autora salienta, “[...] isso marca uma diferença que pode servir a uma hierarquização, nesse caso a uma subalternização” (p. 14).

De tal forma que pareceu mais coerente utilizar um conceito que oferecesse certa “neutralidade⁶”, e permitir que, a partir do campo fosse possível compreender os processos de produção de sentidos acerca de tais práticas pelos próprios interlocutores, sem deixar de reconhecer as dinâmicas de tais vivências associadas a um conjunto de significados estabelecidos a partir de um contexto histórico e social.

A partir desta dinâmica cultural, que ora se utiliza do aspecto predominantemente do gênero designado pelo sexo, ora da identidade de gênero como critério para definir as práticas parentais, tomando como experiência trans o recorte para desenvolver uma reflexão sobre como o gênero que se articula com o desempenho parental, trago a luz questões complexas que atravessam a constituição de família, gênero e parentalidade, que se relacionam ao homem trans e refletir acerca das repercussões causadas pelos debates, confrontos e disputas, apresento, o problema central deste trabalho: Quais os sentidos e significados sobre parentalidade, produzidos por homens trans que engravidaram antes da transição de gênero?

Para responder este problema, propõe-se, de início, um conjunto de questões norteadoras, ressaltando as premissas das teorias sociais de gênero, com a finalidade de reconhecer o “sentido” localizado no campo da construção subjetiva, a partir da experiência dos sujeitos.—A saber: Como o processo de gestação implica no processo de construção da identidade? Há desdobramentos da identidade de gênero antes e depois da transição no exercício do cuidado com os(as) filhos(as)? Como a experiência da parentalidade afeta o processo de construção da identidade? Qual a percepção das pessoas sobre o exercício parental dos homens trans, nos diversos cenários sociais a partir de suas próprias narrativas

Em linhas gerais busquei nesta seção apresentar as questões norteadoras deste estudo. Portanto, concluo evidenciando a pretensão de se somar aos poucos existentes na área, na

⁶ Neutralidade entre aspas, pois ao usar o termo parentalidade partimos de um lugar de referência estabelecido por meio das vivências. Além disso, o termo parentalidade transita uma longa história em meios a várias disciplinas da ciência. Para Souza e Fontella (2016) “Cada nova apreensão do termo produz novos esclarecimentos, especificando uma abordagem que se sobrepõe às mais antigas. Assim, é operada uma espécie de sedimentação de diferentes apreensões do termo que podem ser solicitadas juntas ou alternadamente no discurso público, podem, ainda, ser ignoradas, quando o propósito se situa no nível mais prosaico da experiência parental” (p. 110).

expectativa de contribuir com o campo da pesquisa acadêmica sobre a parentalidade exercida por homens trans. Quanto mais pesquisas são fomentadas, melhor enxergamos os objetos, as pessoas e suas relações uns com os outros e com o seu entorno.

Frente a isso, entendo a relevância da discussão sobre a parentalidade de transmasculinos, a partir do discurso capaz de abrir portas para o reconhecimento das suas especificidades, da sua diversidade de manifestações e dos diversos caminhos possíveis de se exercer a parentalidade na sua relação com as performances de gênero. Assim, pensar a relação das transmaculínidades com as experiências parentais e com diferentes arranjos familiares é atentar para a multiplicidade e singularidade da noção de família, compreendendo ser um conceito localizado social, histórica, psicológica e culturalmente. Aspectos que serão a seguir contextualizados na justificativa deste estudo.

Pelo exposto, a presente dissertação tem como objetivo geral explicar, através da compreensão dos sentidos e significados, a construção identitária e o exercício parental nos diversos cenários sociais dos homens trans que engravidaram antes da transição de gênero. E como objetivos espera-se: analisar narrativas autobiográficas sobre a construção identitária e a experiência da parentalidade; analisar o modo como a da identidade de gênero de homens trans interfere no exercício parental; compreender a relação da identidade de gênero antes e depois da transição com o exercício do cuidado com os(as) filhos(as) e; analisar os sentidos e significados das pessoas sobre o exercício parental dos homens trans, nos diversos cenários sociais, a partir de suas próprias narrativas.

1.1 ESTADO DA ARTE

Sobre a parentalidade de pessoas trans os estudos encontrados no Brasil, por meio da plataforma CAPES e BVS demonstram um cenário de dicotomia, preconceito, sofrimento e dúvidas, identificado a partir do próprio nome atribuído aos trabalhos dos quais destaco: Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais, Zambrano (2006), Papai é homem ou mulher? Questões sobre a parentalidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil, Souza (2013), Papai ou Mamãe? Uma discussão dos papéis parentais em homens trans que engravidaram, dissertação de Pederzoli (2017), Entre a cruz e a espada: Experiências de parentalidade de homens e mulheres trans em contextos cisheteronormativos, Trajano (2019).

A parentalidade aparece associada a questões de gênero e sexualidade, principalmente relacionada à população trans, perpassa por critérios complexos como a masculinidade, a

construção identitária, divisão de tarefas sobre o cuidado e a relação de trabalho e gênero, construídos sob a égide sócio histórica. O desejo pela parentalidade, por parte de pessoas trans tem sido evidenciado em investigações científicas, contudo, os estudos realizados são escassos e os que existem, tendem em sua grande maioria, a explorar o tema sob o domínio da homoparentalidade, o que nem sempre contempla as especificidades inerentes ao cruzamento entre as construções identitárias trans e a parentalidade (ZAMBRANO, 2006; SOUZA, 2013).

Em um trabalho comparativo entre Brasil e Canadá, Souza (2013), narra a experiência de Loree Cook-Daniels, ativista lésbica canadense que adotou a filha biológica de seu companheiro transgênero:

Ser um pai transgênero é andar diariamente num campo minado. Todos – e digo todos, incluindo outros transgêneros, assim como membros da família, amigos, oficiais de justiça e observadores casuais – são uma fonte potencial de hostilidade, incredulidade e condescendência. É uma vida na qual você pode simultaneamente ser invisível e terrivelmente, terrivelmente ameaçado; totalmente “comum” e ao mesmo tempo “bizarro” (SOUZA, 2013, p. 406-407).

No mesmo estudo, ficou evidenciado, através da escuta qualitativa de pais trans e seus filhos que o papel de parentalidade se sobrepõe à identidade de gênero, isso porque a maioria de sua amostra já era pai antes de ter iniciado sua transição para o gênero feminino. “Tanto para a justiça quanto para as ex-mulheres, para as filhas e para eles mesmos, a identidade de gênero e a paternidade são identidades distintas de uma mesma pessoa” (SOUZA, 2013, p. 416).

Angonese (2016) ao refletir sobre família e parentalidade trans coloca em xeque o quanto a identidade de gênero se relaciona com o exercício da paternidade ou maternidade das pessoas trans. Para a autora o gênero é performativo, na medida em que se constitui discursivamente e, através da reiteração de uma norma ou conjunto de normas, produz o que nomeia. Nas palavras de Butler (2000) “[...] performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2000, p. 152). Assim como o gênero, Cardozo (2006) defende que o ser mãe e o ser pai também são performatividades que, como tais, podem ser constantemente renegociadas.

Em seus estudos Angonese (2016) reforça que as vivências para homens e mulheres trans apresentam uma certa dicotomia no exercício de sua parentalidade. Para mulheres trans o gênero se reforça ainda mais com o exercício da maternidade, logo espera-se que as mulheres trans exerçam tarefas e ações comuns ao papel de mãe. Em contrapartida, para homens trans, a maternidade frequentemente se mostra imperativa, isso demonstra que as construções sociais e

culturais, quando falamos em reprodução, prevalece a concepção e regra de que a “natureza” tem mais peso e, assim, o desejo de homens trans pela paternidade pode ficar remetido a um suposto instinto materno. Além disso, me parece que tal constatação é atravessada pela norma social de que o papel de cuidar é atribuído somente à mulher, podendo o homem ser isento socialmente deste papel. É perceptível quando em alguns espaços, como escola, locais de saúde onde os pais são questionados: Esse menino não tem mãe?

Relacionado a isso, Butler (2006) afirma que há um duplo sentido para a norma, uma hora representado a necessidade de regras para a boa convivência, mas por vezes as normas acabam por violentar e gerar injustiça social, principalmente quando estão associadas às minorias, e por isso devemos combatê-las. Não obstante a rigidez das políticas identitárias, no contexto familiar, no discurso dos sujeitos entrevistados pela maioria das pesquisas, as identidades “mãe” e “pai”, atribuídas pelo gênero biológico sempre prevalecem, principalmente quando os sujeitos iniciam a transição após a experiência parental.

Após realização, de buscas nos repositórios da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade do Estado do Amazonas e na Plataforma CAPES com os descritores “transexuais” e “Manaus”, foram encontrados um total de 12 estudos e mais 2 identificados por meio de outras fontes, realizados na cidade de Manaus, conforme Quadro 1. Neste é possível identificar a referência dos estudos, seus autores e sua relação indireta com o tema.

O primeiro estudo encontrado foi realizado em 2012, por Duque, e tinha como objeto os significados, atribuídos por um grupo de travestis, sobre o “ser travesti”, em seus resultados indicou que o contexto sociocultural da cidade de Manaus participa dialeticamente na forma como elas significam “ser travesti” neste contexto, suas dificuldades e quais seus âmbitos de sociabilidade, evidenciando uma realidade de exclusão e cerceamento de necessidades básicas para o seu desenvolvimento e fomento de políticas públicas para garantia de cidadania e dignidade.

A respeito dos participantes, apenas quatro estudos contaram com a participação de homens trans, junto com travestis e mulheres trans, nesta busca não foram encontrados estudos na cidade de Manaus que privilegiasse apenas homens trans. Dentre estes estudos dois se referem ao Direito e Cidadania realizados por, Keliene Ferreira dos Santos (2018) e Romulo Cardoso Silva (2020), respectivamente intitulados Transexualidade, gênero e preconceito: Impasses e desafios na retificação do registro civil em Manaus-AM e Transcidadania: luta pelo reconhecimento na construção da cidadania trans em Manaus/AM, os trabalhos versam sobre a dificuldade para assegurar o cumprimento dos direitos à cidadania e dignidade da pessoas trans, considerando o não atendimento às especificidades necessárias para a construção de uma

política identitária, como o uso do nome social e retificação de documentos, bem como o não reconhecimento no âmbito das políticas que atendem os direitos fundamentais e humanos.

Um outro estudo que contou com a participação de homens trans foi realizado por Isabel Wittmann em 2016, denominado *Corpo, gênero e identidade: experiências transgênero na cidade de Manaus*, os relatos dessa etnografia mostra que as maneiras de vivenciar a transgeneridade são diversas e não podem ser limitadas a uma noção fixa de corpo, muito menos a um padrão de gênero binário que não abarca todas as experiências, a importância dos pais neste processo da identidade da pessoa trans ainda enquanto criança, as tecnologias de gênero associadas às principais instituições sociais família e escola, e por fim, a importância da passabilidade como um instrumento importante para regulação do conforto emocional.

Por fim, destacar o trabalho de Neves (2019) ao refletir sobre a atuação militante de pessoas trans na luta para assegurar a garantia do Direito à saúde em sua tese intitulada, *Política é vida : ativismo e saúde trans em Manaus*, através do recorte etnográfico o autor acompanhou os ativistas trans engajados a partir do ativismo social de pautas importantes para criação de serviços de saúde da cidade de Manaus, por meio da articulação política, ações de promoção de visibilidade e inclusão de tais pautas juntos ao judiciário e órgãos reguladores das políticas públicas do Estado e município.

Ainda com base nos dados do estado da arte, alimentar um movimento de pessoas trans exercendo o papel de pesquisadores em Manaus, através dos trabalhos de Michele Pires e Thiago Costa em co-autoria com Andrews John Elton dos Santos. Pires (2021) em sua dissertação *Senhoras do tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019)* apresenta, por meio da história oral, a trajetória de lutas das mulheres trans, em seu trabalho associado a prostituição e o confronto social constante de mulheres, que atravessaram o tempo em busca de direitos e Cidadania. Já Santos e Costa (2020), em seu artigo *Gênero e Covid-19 no contexto da população de refugiados e migrantes na cidade de Manaus– Amazonas*, através do relato do pesquisador e ativista Thiago Costa descreve a realidade de mulheres trans refugiadas vivendo em Manaus, num contexto pandêmico , por meio do relato de sua prática atrelado ao órgãos articulados na promoção de acolhimento e vida digna dessas pessoas, enfatiza o quanto a situação de precariedade dessas mulheres são atravessadas por preconceito, cerceamento de Direitos e cidadania em função do gênero.

O breve estado da arte foi realizado com a pretensão de mapear outros trabalhos que discutam e compreendam a realidade de homens trans, no contexto urbano da cidade de Manaus, de modo a buscar hipóteses e reflexões a partir de outros fenômenos que possam estar associados ao objeto deste trabalho, sentidos e significados experienciados por homens trans

no exercício de sua parentalidade. Embora não haja relação direta, acredito que tais estudos ajudam no sentido da aproximação de tais realidades, o conhecimento de termos como passabilidade, identidade e expressão de gênero, o entendimento do desejo de transicionar e como isso se dá na prática, convencionados pelos próprios interlocutores de outras pesquisas, que permitam contextualizar melhor a realidade da cidade de Manaus e como o entorno tem correspondido a estas demandas, no âmbito social.

Quadro 01: Estado da arte de estudos com pessoas trans na Cidade de Manaus

| AUTOR | ANO/ FONTE | TÍTULO | TIPO DE PRODUÇÃO | | | RELAÇÃO C/ PESQUISA | |
|--|-----------------|--|---------------------|---|---|---------------------------|-----|
| | | | A | D | T | DI R | IND |
| Duque, Andrews do Nascimento | 2012/ UFAM | Ser travesti: significados atribuídos por um grupo de travestis da cidade de Manaus | | X | | | X |
| Wittmann, Isabel | 2016/ UFAM | Corpo, gênero e identidade: experiências transgênero na cidade de Manaus | | X | | | X |
| Eufrázio, Washington Napoleão | 2017/ UFAM | A travesti pinta o rosto pra viver?: As vivências das trabalhadoras do sexo na cidade de Manaus | | X | | | X |
| Santos, Keliene Ferreira dos | 2018/ UFAM | Transexualidade, gênero e preconceito: Impasses e desafios na retificação do registro civil em Manaus-AM | | X | | | X |
| Porto, Rafael Luiz de Aguiar | 2018/ UFAM | Sentidos atribuídos a partir do diagnóstico de HIV/AIDS em mulheres transgênero à luz da fenomenologia de Heidegger | | X | | | X |
| Fernandes, Cássio Péres | 2018/ UFAM | "Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação!": cotidiano das transgeneridades femininas em situação de rua na cidade de Manaus-AM | | X | | | X |
| Miwa, Hellen Yuki Costa | 2019/ UFAM | A percepção do cuidado com a saúde de travestis e mulheres transexuais vivenciando a prostituição na cidade de Manaus/AM: análise compreensiva dos discursos | | X | | | X |
| Neves, André Luiz Machado das | 2019/ Outros | Política é vida: ativismo e saúde trans em Manaus | | | X | | X |
| Dos Santos, John Elton Costa, Thiago Ribeiro | 2020/ CAPES | Gênero e Covid-19 no contexto da população de refugiados e migrantes na cidade de Manaus-Amazonas | X | | | | X |
| Silva, Romulo Cardoso | 2020/ UFAM | Transcidadania: luta pelo reconhecimento na construção da cidadania trans em Manaus/AM | | X | | | X |
| Reis, Pamela Suelen de Oliveira et al. | 2021/ CAPES | Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais | X | | | | X |
| Vivian Silva Lima Marangoni | 2021/ Outros | Entre existir e resistir: experiências de consumo de travestis e mulheres trans | | | X | | X |
| Lima, Michele Pires | 2021/ UFAM | Senhoras do tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019) | | X | | | X |

| | | | | | | | |
|-----------------------------------|------------|---|--|---|--|--|---|
| Jardim, Lucília de Fátima Santana | 2021/ UFAM | Tecnologia educacional sobre profilaxia pré-exposição para travestis e mulheres trans: produção baseada em evidências | | X | | | X |
|-----------------------------------|------------|---|--|---|--|--|---|

*A = Artigo publicado em periódico científico; D = Dissertação de mestrado; T = Tese de doutorado; DIR – Direta; IND = Indireta.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Além de conversar com tais trabalhos já desenvolvidos, os conteúdos para análise extraídos no campo serão compreendidos a partir do referencial das Teorias Sociais de Gênero, da modernidade e pós-modernidade dentre as quais destaco Joan Scott, Judith Butler, Teresa de Lauretis e a brasileira Berenice Bento. Além deste ainda considerar as sessões de Masculinidade Hegemônica de Connell e a identidade trans masculina nas publicações brasileiras e por fim, a parentalidade sob uma perspectiva social e histórica sempre balizada pela categoria de Gênero.

Considerando a natureza e objetivos deste trabalho é importante situar que esse processo de significação é estabelecido no campo das relações sociais. Trata-se de um sistema de relações complexo, de posições e de papéis associados a essas posições, as quais definem de que forma os atores sociais, se situam uns em relação aos outros, dentro de uma determinada formação social e quais as condutas práticas sociais devem/precisam ser respeitadas, a partir dos acordos e negociações deste mesmo grupo cultural. Tais relações entre essas pessoas, constituem representações que tomam corpo e se realimentam no pensar, no dizer e no agir concretos das pessoas, as posições e as funções a elas associadas são determinadas pela significação que lhes é atribuída numa formação social específica, caracterizada por um modo de produção que define como as relações também devem funcionar (PINO, 2005).

Barros et al. (2009), aponta que o significado vai muito além da palavra destinada a definir um determinado objeto, mas considera a sua dinamicidade reconhecendo o seu caráter transitório e mutável relacionado a circunstâncias do pensamento e transitoriedade de significado adotado pela criança durante o seu processo de desenvolvimento. Em suma, o autor opõe-se às matrizes associacionista e a estruturalista, por negligenciar a especificidade da palavra, seu conceito especial, em meio às coisas do mundo e em meio aos processos humanos, e por estarem alheias à dimensão histórica (GÓES; CRUZ, 2006).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está organizado em duas categorias principais: Gênero e Parentalidade. No primeiro a intenção é expor os conceitos das Teorias Sociais de Gênero que darão sustentação à discussão e análise deste estudo. Em linhas gerais, os termos aqui discutidos, foram cunhados por mulheres que em seus estudos reconhecem o gênero como importante regulador da vida em todos os sentidos. Início trazendo Joan Scott e Teresa de Laurets como precursoras das atribuições do gênero, em seguida as novas contribuições de Judith Butler e Berenice Bento com as novas perspectivas de gênero e Teoria Queer e por fim os constructos associados à Masculinidade e a Masculinidade Hegemônica de Connell.

No segundo pólo representado pela Parentalidade, reforço a relação deste conceito associado a um determinado tempo e espaço e os efeitos deste, a partir da sua interação com o gênero. Apesar de apresentados em sessões distintas seus limites não se encontram assim tão bem definidos, pois ambos se retroalimentam, partir das dinâmicas de experimentação dos sujeitos e se refazem a partir de uma perspectiva social e histórica.

2.1 GÊNERO, MASCULINIDADES E TRANSMASCULINIDADES

Nesse tópico serão apresentados e discutidos conceitos sobre as teorias sociais de gênero, que articuladas com o objeto de estudo da pesquisa, evidenciam tanto a relevância do estudo, como os constructos de gênero e as formas que eles refletem nos aspectos históricos e culturais que influenciam nos significados de gênero atribuídos pelos interlocutores da pesquisa. As construções de masculinidade e masculinidade hegemônica que produzem sentidos para a construção da identidade de homens transexuais, atendendo a um padrão ainda binário de gênero, predominante na sociedade sob a égide patriarcal e sexista.

2.1.1 Constructos sobre gênero, interseccionalidades e aspectos históricos culturais associados ao gênero

As teorias de gênero mais recentes apontam para uma pluralidade de vivências subjetivas e identitárias, acerca de gênero e sexualidade. Além de tal configuração subjetiva, o gênero também ocupa uma tendência social e política num campo de tensões e negociações constantes, de caráter dinâmico, conforme a realidade social de um determinado tempo e espaço

(BENTO 2000; BUTLER, 2003; SCOTT, 1990). Nesse sentido, é importante contextualizar as bases históricas, através da qual somos atravessados e perceber como tais perspectivas interferem no estabelecimento de tais hierarquias de gênero e compreender os movimentos sociais articulados na construção de saber, que objetivam considerar novas possibilidades dentro destas estruturas, seja pela ação do sujeito ou por meio das construções sociais, muitas vezes resultante das lutas de coletivos, organizados em prol de uma determinada necessidade.

No Brasil, atualmente atravessamos um cenário político extremamente conservador marcado pela defesa da tradicional família brasileira, fortemente influenciado por crenças religiosas que corroboram para uma maior discriminação e ensejam uma preocupação com a possível perda de direitos da população LGBTQIA+, já conquistados (TRAJANO, 2019; LIMA et al., 2016; MELO et al., 2020). Para o propósito do nosso argumento aqui, parece suficiente enfatizar que essa retroalimentação de conquistas e perdas de direitos sociais dessa população ocasiona em diferentes aspectos negativos que influenciam na forma em como essa população se percebe na sociedade.

Diante deste cenário, o modelo cisheteronormativo ganha ainda mais destaque e acentua o caráter imperativo, compulsório e regulador dos comportamentos e performatividades dos gêneros, com base nas expectativas sociais, e para além disso, interfere diretamente na forma como os relacionamentos afetivo-sexuais se estabelecem e são legitimados (ou não) pela sociedade, acabando por comprometer outras vivências (TRAJANO, 2019).

Neste trabalho será utilizada a concepção de gênero associada à dimensão social e histórica da construção e do entendimento dos significados do feminino e masculino, sob a construção de ser e existir no mundo que vão além da regra binária associada ao gênero.

Historicamente, o uso mais recente da palavra gênero apareceu primeiro entre as feministas americanas, que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. O gênero sublinhou também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. Ou seja, o interesse em se estudar gênero originou-se a partir de insatisfações das feministas no que se refere à opressão que sofria o gênero feminino (SCOTT, 1990).

Para Scott (1990) é marcante a expressão de que gênero é poder e por consequência baliza as relações de poder em múltiplas esferas. Na atual conjuntura, o gênero serve para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado e por isso acaba por definir as estruturas sociais que organizam as relações: divisão do trabalho, distribuição da riqueza e da propriedade, o sistema político, educação, saúde, entre outros (CIASCA et al., 2021). Mais

que isso, trata-se de um conceito utilizado para pensar sobre a construção e controle dos corpos e das identidades, e como já citado extrapola a experiência individual, por isso, é esperado que as pessoas ajam de acordo com o gênero, determinado pelo sexo biológico, divide-se priori por meio da lógica binária (BUTLER, 2000), masculino e feminino. Contudo, há que se considerar o seu caráter dinâmico, já que em todas as sociedades, o gênero está, a todo o tempo, ganhando novos significados pelas interações concretas entre indivíduos, o que torna o gênero também mutável (GROSSI, 2000).

Para Scott (1990), o gênero não seria a diferença sexual, mas sim as representações e as relações de poder produzidas a partir de tais diferenças, produzidas na história e os agrupamentos humanos, por meio da cultura e da socialização, que organizam de múltiplas maneiras as relações sociais. Em suma, mesmo que o binarismo (de sexo) continue, o essencialismo biológico de gênero é rompido.

As relações de poder são reguladas, além da dimensão do gênero, por outros marcadores que são capazes de situar socialmente os sujeitos. Classe social, cor/raça, orientação sexual, idade e escolaridade, são alguns exemplos de categorias a serviço da subalternização de alguns sujeitos frente a outros em determinadas circunstâncias (TRAJANO, 2019). Nesse aspecto, assume-se que a população trans passa por um processo interseccional de repressão, uma vez que essas variáveis de gênero, classe, cor, etc. produzem efeitos negativos para a constituição tanto da sua identidade, como a coloca nessa constante luta por espaços de significação.

Parafraseando Scott, sobre as relações de poder, Rodriguez afirma:

É preciso ter uma visão mais global e usar três categorias para entender uma nova história: gênero, classe e raça. Assim, as respostas feitas sobre questões de gênero dependem do gênero como uma categoria de análise histórica (RODRIGUEZ, 2020, p. 286).

Corroborando com essa fala, Lauretis (1994) elucida que o termo gênero consiste na representação de uma relação de pertencer a uma classe, grupo, categoria. Compreende-se que os seres humanos formam sistemas de gênero em que essas relações acontecem conforme valores e hierarquias sociais que produzem os conteúdos culturais, esses que apresentam a construção cultural do sexo em gênero. Apesar de ser um conceito bastante discutido em diversos debates públicos e ter sido absorvido socialmente, o gênero ainda é utilizado de forma bastante controversa e confundido por grande parte das pessoas, sendo muitas vezes confundido com o próprio sexo. Isso, muitas vezes, provoca exclusões, sofrimento e negação de direitos, quando pensamos em pessoas que escapam a esta lógica binária, especialmente para as pessoas

trans, de tal maneira que julgo importante incorporar de maneira breve alguns conceitos básicos relacionados a gênero, que servirão de base: Papéis sociais de gênero, gênero designado ao nascimento, expressão de gênero e identidade de gênero.

Papéis sociais de gênero se referem às expectativas sociais de comportamentos, atitudes, funções, ocupação de espaços, responsabilidades e poderes atribuídos à feminilidade e à masculinidade. Esta construção social limita que homens geralmente por meio do determinante biológico do seu gênero tenham que agir de maneira mais racional, negligenciar sentimentos e emoções, a fim de legitimar a sua masculinidade. Da mesma forma, de acordo com as regras sociais cabe às mulheres a função de cuidado da casa e zelo dos filhos. Em suma, todos os comportamentos das pessoas são perpassados pelo enquadre feminino ou masculino, reforçando a exclusão de quem não se encaixa nesta ordem binária (RODRIGUEZ, 2020).

O termo expressão de gênero é a forma como a pessoa deseja se expressar, em um determinado momento e contexto, associado aos padrões sociais de gênero. Representa a maneira como a pessoa se manifesta no mundo, através de sua aparência física, roupas, estilo acessórios, maneirismos, fala, padrões comportamentais, nomes e referências pessoais. Esta pode ser alterada a qualquer momento e apesar de imposto de forma rígida pela sociedade pode estar associado a qualquer pessoa da maneira que assim o desejar e a qualquer tempo. As pessoas podem ter uma expressão masculina e se reconhecer como uma mulher (CIASCA et al, 2021). De acordo com essas reflexões, compreende-se que as pessoas trans ao passarem por esse processo de identificação com o gênero oposto ao biológico possuem trajetórias de significação e ressignificação da sua identidade.

Eis que este reconhecimento e representação é o que chamamos de identidade de gênero. Segundo os princípios de Yogyakarta (2007), a identidade de gênero é entendida como referente à profundamente interna e individual experiência de gênero, a qual pode corresponder, ou não, com o sexo designado no nascimento, incluindo o senso pessoal de corpo e outras expressões de gênero, incluindo vestuário, fala e maneirismos. Segundo Silva (2006), a identidade é formulada por sistemas de representações diversas, e corresponde ao modo como o sujeito se atrela ao seu universo sociocultural. Desde cedo somos educados por pais, escola e amigos a como se comportar de maneira correspondente ao sexo biológico. Por muitas vezes, o conflito identitário se dá em função da tensão existente entre o desejo da manifestação subjetiva e a realização das exigências das normas identificatórias, o que pode levar o sujeito ao sofrimento ao ser interpretado socialmente como um desvio da normalidade. (SILVA, 2006).

Butler (2003) reforça esta concepção ao defender a ideia da instabilidade e da não essencialidade das identidades. Para a autora, estas são constituídas em sua performatividade e

sempre na relação com a diferença. A premissa da sua teoria é de que o sujeito é apenas uma expressão de nós, é que nada somos em essência.

Louro (1997) complementa a explicação das identidades afirmando suas características:

Nenhuma identidade sexual é automática, autêntica, facilmente assumida, e existe sem negociação ou construção; toda a identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil. Não existe uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida, e, de outra, uma identidade homossexual instável (LOURO, 1997, p. 27, *apud* SILVA, 2006, p. 124).

Com esta afirmativa é possível perceber que para alguns autores sexualidade e gênero são usados de maneira correspondente. Embora muitas vezes, os conceitos se confundem, na atualidade a orientação sexual é um termo usado a parte para endereçar questões de interesse sexual e relacional, também no sentido de considerar outras possibilidades no campo das vivências afetivas. As identidades sexuais incluem aspectos da orientação sexual (atração), experiências e comportamentos sexuais, relacionamentos afetivo-sexuais e expressão de gênero (CIASCA et al., 2021).

Os conceitos e constructos relacionados ao gênero e sexualidade, discutidos até aqui, permite reconhecer seu uso dentro de um contexto cultural e histórico, que muitas vezes, imprime um modelo rígido de tais vivências. Contudo, é possível constatar o quanto o processo de atribuir significado às coisas implica num processo de reconhecimento de si e dos outros num movimento, interno e social, que também é gerador de mudança, reflexão e tem caráter dinâmico e situacional. Nessa mesma perspectiva, nas próximas sessões serão trazidos conceitos, que evidenciam as mudanças em torno do gênero.

2.1.2 O gênero sob novas perspectivas: Teoria queer e performatividade

Pretendo aqui aludir sobre as novas perspectivas de gênero, a teoria queer que teve como pioneira teórica a Judith Butler, considerando, sobretudo a importância dessa discussão que traz à luz as questões de gênero, identidade de gênero e orientação como resultado de processos de construções sociais, que ainda conduzem os sujeitos para performatizações, constantemente problematizadas.

Butler (2003), ao assumir o destaque sobre a teoria queer, reafirma o caráter discursivo da sexualidade, ao ponto que também alude às novas concepções de gênero. Para ela, as normas regulatórias são construídas pela sociedade e através delas regulariza-se e materializa-se o sexo

dos sujeitos, havendo constante reiteração dessas normas para que elas sejam realmente materializadas. Essas normas, conforme pontua Louro (2001) possuem um caráter performativo, diante do poder continuado e repetido que têm de produzirem aquilo que elas mesmas nomeiam, repetindo e reiterando as normas de gênero por uma visão heterossexual.

Acerca dessas novas perspectivas, Lauretis (1994) insiste na separação entre gênero e sexualidade, uma vez que o primeiro é produto de várias tecnologias que permeiam as vivências dos indivíduos. Ele é produzido por uma tecnologia, que como máquina fornecem discursos constantemente apoiados nas instituições sociais como família, escola, dentre outras e elas, criam essas categorias restritas de homem e mulher, masculino e feminino para todas as pessoas.

A transgeneridade, considerando esta nova perspectiva de gênero, desafia a lógica do binarismo, representando assim uma ressignificação a respeito das convenções sociais sobre a masculinidade e a feminilidade, agora não mais articulado ao critério biológico, mas a partir de uma concepção mais ampla de caráter performático, reconhecendo assim pessoas trans como aquelas que reivindicam o pertencimento a um gênero diferente daquele que lhes foi atribuído ao nascer (BENTO, 2017).

Transgeneridade e transexualidade são termos que comportam diversas experiências que têm como base comum o desacordo vivido entre o gênero desejado, sentido e/ou escolhido pelo próprio sujeito e o gênero designado socialmente no momento do nascimento. Desde a década de 60, o termo tem ocupado a pauta de acirrados debates travados principalmente nos campos científico, médico, jurídico e do ativismo político, por contrariar as normas culturais hegemônicas da sociedade, embora esteja associada ao campo da experiência subjetiva dos indivíduos.

Tal configuração social preconizada pelos padrões hegemônicos, estabeleceu a transgeneridade com um desvio, atribuindo sob a experiência subjetiva, o caráter patologizante, passando a constar em manuais utilizados para diagnosticar pessoas com tais desvios. Na história mais recente, a transexualidade permaneceu até 2018, definida pelo CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados) com o termo transexualismo, enquadrada no grupo de transtornos mentais. Em sua última revisão realizada em 2019 o novo CID - 11, retirou a transsexualidade da categoria dos transtornos mentais para integrar o de condições relacionadas à saúde sexual e é classificada como incongruência de gênero. Outros manuais como o DSM V - Manual Diagnóstico e Estatístico das Desordens

Mentais, em sua versão vigente desde 2013, a transexualidade é associada ao termo Disforia de Gênero⁷.

Tal movimento de enquadrar como doença tudo que foge ao caráter compulsório da cisheteronormatividade é interpretado por Foucault (1999) como um processo de medicalização, onde a sexualidade bem como sua prática associado ao sexo biológico que Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados adquire um caráter dual entre normal e saudável em embate com o desviante e corruptor. De tal forma que o casal heterossexual e monogâmico unido pelo casamento com vistas à reprodução passa a representar o padrão modelar e ideal da sexualidade. Aos que escapassem ou transgredissem este padrão estava reservado o expurgo e a punição médica e jurídica. “A sexualidade passou a ser considerada perigosa e necessária de vigilância e proteção constante” (TILIO, 2014, p.137).

Para Bento (2011) há uma disputa acirrada, muitas vezes negada, entre os discursos. Aos que defendem a norma hegemônica do gênero e sexualidade têm poderosas instituições cuja normalidade da existência tem como fundamento a diferença sexual associada ao biológico, representado muitas vezes pelo saber médico. Sua legitimidade está na capacidade de produzir verdades inquestionáveis.

A despatologização das identidades trans, neste sentido, ganha forças sobre o argumento de que a identidades são plurais que o gênero é construído, a partir da experiência ou vivência, como bem representada quando Simone de Beauvoir proferiu sua famosa frase, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, reconhecendo o caráter cultural e histórico que constrói os universos masculino e feminino. De forma que não há cura para o que não é doença, contudo há um movimento interessante de retroalimentação destas estruturas, na percepção de Bento (2008) ao refletir sobre aos processos cirúrgicos do processo transexualizador:

Mediante as intervenções cirúrgicas simbólicas, pode-se recuperá-lo, fazer o sujeito desviante vir para o centro, aceitar a heterossexualidade como sendo a única forma de vivenciar a sexualidade (p. 558).

Neste sentido, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) orienta profissionais em atendimento à população trans através da sua resolução de nº 1/2018 com vistas a impedir o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação e veda a atuação do profissional na colaboração com eventos ou

⁷ O termo disforia de gênero se refere ao sofrimento e prejuízos de uma pessoa, devido à não conformidade de gênero, de acordo com o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). Muitas vezes associada à transgeneridade, como uma regra, bastante criticado pelas pessoas por representar um termo pejorativo associado ao sofrimento de pessoas trans (CIASCA et al., 2021).

serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias. A resolução está baseada em três pilares: despatologização das identidades trans, combate e qualquer tipo de transfobia e que as identidades de gênero são autodeclaratórias.

Ao descolar o estatuto do gênero, da materialidade do corpo, as pessoas trans, fazem surgir novas possibilidades de efeitos identitários. Mas esse movimento transgressor nem sempre é possível pois está atrelado a fatores anteriores e externos ao sujeito, conforme Butler (2013):

[...] capacidade de agir é sempre e somente uma prerrogativa política. Enquanto tal, parece essencial questionar as condições de sua possibilidade, não a tomar por uma garantia a priori. Ao contrário, precisamos perguntar que possibilidades de mobilização são produzidas com base nas configurações existentes de discurso e poder. Onde estão as possibilidades de retrabalhar a matriz de poder pela qual somos constituídos, de reconstituir o legado daquela constituição, e de trabalhar um contra o outro os processos de regulação que podem desestabilizar regimes de poder existentes? Pois se o sujeito é constituído pelo poder, esse poder não cessa no momento em que o sujeito é constituído, pois esse sujeito nunca está plenamente constituído, mas é sujeitado e produzido continuamente (p. 22).

Sobre as identidades trans é preciso reconhecer o caráter subjetivo para além do aspecto biológico do gênero, muitas vezes na clínica o que se tem observado é uma preocupação e um movimento em corresponder às expectativas do binarismo, através das mudanças corporais seja pelos hormônios ou cirurgias.

Ademais, é preciso reconhecer que a transgeneridade também é acompanhada de forte discurso político, o que pode ser percebido pela articulação do transfeminismo. Neste debate há a existência de dois movimentos contrários, aquelas que creem que a transexualidade reforça estereótipos e performances de gênero a respeito do que constitui o “ser mulher”; e as que afirmam que a separação radical entre o feminino e corpo biológico interpretado como tal seria o ápice do feminismo, já que reforçaria a separação entre sexo e gênero, pretendida desde as primeiras correntes acadêmicas (ÁVILA, 2014, p. 193).

De certa forma compreender como estes corpos e pessoas vem sendo ainda moldados com base nos estereótipos construídos nas bases do binarismo e de que forma a dinâmica social e interna se articulam na representação da identidade destas pessoas permitindo que para além de tais modelos elas possam ser lidas e interpretadas como pessoas independentes de gênero, femininos ou masculino, mas apenas como pessoas.

Nesta sessão, o objetivo foi fortalecer o aspecto identitário da transgeneridade, como um fenômeno que se relaciona a vivência subjetivo do seu gênero, considerando a importância da sua emancipação a partir do reconhecimento social, não como uma legitimação ou

revalidação, mas que seja capaz de compreender tais vivências a partir de uma entre tantas as possibilidades de experiência de gênero e sexualidade.

Dentro dessa mesma perspectiva, agora mais focado no universo a ser explorado das transmasculinidades, nas próximas sessões serão trazidos à luz a dinâmica observada na construção destas e outros termos cunhados por outros autores que ajudam no processo de análise e ampliação das possibilidades sobre tais vivências.

2.1.2.1 Homens Trans, Masculinidade Trans e Transmasculinidades

Homens trans são aquelas pessoas designadas como sendo do sexo e gênero feminino ao nascimento, baseando-se na genitália e/ou órgãos reprodutivos e/ou cariótipo e ~~que~~ que reconhecem sua identidade de gênero masculina. Assim como outras identidades reconhecidas no bojo da transgeneridade são submetidas a situações de preconceito, críticas e dificuldades do reconhecimento identitário na sua experiência de gênero. Contudo, considerando estudos e a minha prática clínica é possível reconhecer nessa dinâmica de reconhecimento da identidade masculina algumas particularidades experienciadas pela população transmasculina.

A maioria das literaturas aponta a invisibilidade dessa população pela ausência de estudos com homens trans, a inferioridade populacional em relação ao grupo de travestis e mulheres trans (CIASCA et al., 2021). Almeida (2012) em seu estudo sinaliza duas condições para a produção de conhecimento da população transmasculina. A primeira causada pela dificuldade de reconhecimento social da transição de gênero feminino ao masculino, justificada pela experiência da masculinidade atribuída somente aos homens pela materialidade da existência de um pênis. A segunda condição estaria associada à passabilidade atingida com certa rapidez por alguns homens trans e o alcance do objetivo em não mais ser reconhecido como pessoa trans.

Outros autores como Ávila e Grossi (2010, 2013) apontam que a invisibilidade pode estar associada a uma organização política tardia de movimentos coletivos em relação a outras identidades trans. Historicamente o ativismo de homens trans iniciou em meados de 2010, articulado a movimentos já estruturados de outras pessoas trans. Pereira, Gaudenzi e Bonan (2021) ao realizar uma busca sobre estudos relacionados à masculinidade trans, apontam “[...] fundamentalmente a dimensão da experiência dos homens trans enquanto um grupo de indivíduos em constante construção de si, de seus corpos e de seus grupos familiares” (p. 6).

Dentro dos destaques encontrados nesta revisão de literatura está associada ao processo de reconhecimento da identidade transmasculina com base na clínica e evidenciado em estudos

desenvolvidos por Ávila (2014) e Ávila e Grossi (2010), demonstram uma um percurso comum percorrido em relação ao reconhecimento da identidade trans. Boa parte dos homens trans estudados, inicialmente se autodeclararam lésbicas com uma expressão de gênero masculina e em seguida se reconhecem como homens trans iniciando com o uso dos pronomes masculinos, escolha do nome social seguidos da transição social por meio do uso de roupas, acessórios e comunicação aos familiares e amigos mais próximos sobre a mudança de gênero.

Ávila e Grossi (2013), nesse aspecto, afirmam que existe certa dicotomia entre os autores. Uns defendem que ao dar relevância ao fato de homens trans terem sido lésbicas esteja associado de alguma maneira a uma característica inata associado ao gênero designado pelo nascimento, de outro lado existe um questionamento sobre o fato de a masculinidade não é um fator exclusivo aos homens, como salientado por Connell e outros autores em relação à masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Ainda considerando esse aspecto, Ávila e Grossi (2013) trazem em o Y em questão: as transmasculinidades brasileiras, o questionamento sobre o viés político de movimentos feministas ao confrontar tais experiências. Há um confronto de ideologias em que feministas mais radicais, por assim dizer questionam o homem trans, a partir do reconhecimento desta nova identidade estaria assim assumindo o papel de opressor. Em contrapartida, há o reconhecimento da expressão masculina por algumas mulheres a fim de assumir um caráter político de luta contra a opressão e rejeição de identificação com o opressor. De tal forma que ser feminino ou masculino interfere sobre os aspectos políticos da luta feminista, tornando de maneira estereotipada os termos feminismos, transmasculinidades ou qualquer outra configuração que envolva a o ser portador de uma vagina, o que tem dificultado o processo subjetivo de vivência de identidade destas pessoas que são normatizadas de inúmeras formas. O que quero dizer com isso é que há um rigor excessivo de expectativas de qualquer que seja a experiência de existir no mundo de pessoas que nasceram com vaginas.

Outro relato comum encontrado nas pesquisas é o reconhecimento da identidade, a partir de um filme, um grupo nas redes sociais, um vídeo na internet, um livro ou um coletivo. De tal forma que a construção do gênero se dá através de tecnologias de gênero variadas, tais como alguns dispositivos menos flagrantes: as teorias radicais e as práticas artísticas. Tanto as tecnologias de gênero quanto os discursos institucionais têm o poder de controlar o campo das significações sociais e de produzir, promover e “implantar” representações de gênero (LAURETIS, 1994). Contudo, apesar da importância de homens trans que se tornaram figuras públicas, e possibilitarem que outros homens trans se reconheçam a partir destes, há por parte

de outros autores levantamento da possibilidade de que muitos homens trans não desejam ser reconhecidos como homens trans (ÁVILA, 2014).

Para Almeida (2012), no caso dos homens trans, existe a possibilidade de não precisar tornar pública a identidade trans. A passabilidade nomina a indiferenciação entre homens trans e homens cis. O termo vai além de uma percepção sobre as diferenças, geralmente está associada a pessoas trans como uma forma de não sofrer violência e preconceito ou ainda fazer jus a privilégios de uma pessoa cis.

Para isso há uma grande expectativa sobre a hormonização com testosterona com a finalidade de performar a masculinidade como pretendida, conforme o que tenho observado como demanda em relação ao processo transexualizador. A testosterona representa para muitos homens trans, a centralidade de “ser homem” e esse é um resultado da vivência de marcas masculinas que estão muito além da materialidade corpórea, sendo muito comum os relatos associados para além de mudanças físicas.

Para homens trans que engravidaram, antes de iniciar a transição é importante considerar que o fortalecimento da identidade trans masculina pode se dar a partir do reconhecimento de um papel duplo que não esteja associado de maneira rígida com o exercício parental. O que foi constatado em outras pesquisas é que na maioria dos estudos para estes casos há um reconhecimento nominal do gênero diferenciado da sua identidade masculina (TRAJANO, 2019; SOUZA, 2013).

No exercício da parentalidade, a passabilidade contribui para que tais homens trans sejam reconhecidos como pais, contudo, ainda é questionado que os mesmos estejam no exercício desse cuidado, o que representa a incongruência quando este papel está associado socialmente a uma função tipicamente feminina, o que pode afastá-lo do objeto transicional, por dizer a masculinidade (PEDERZOLI, 2017).

Frente a isso, entende-se que no processo transexualizador há o desejo desses homens assumirem o papel do que se tem produzido por masculinidade até aqui. No tópico seguinte busco dialogar acerca da masculinidade e seus significados para os homens trans, tendo em vista que essas construções hoje demonstram o ideal de masculinidade socialmente em que muitos homens são condicionados a adotarem a sua identidade.

2.1.3 Um breve histórico da Masculinidade

Dialogo aqui sobre a construção social da masculinidade, pensando, especialmente, como um ideal social de significado para homens trans. Entendo que essa construção evidencia a hipótese de que os homens trans estão em constante negociação com os significados de gênero, buscando assim, aproximação de determinadas representações de um (masculino) e distanciamento de outro (feminino).

É recente o crescimento de estudos interessados em reconhecer e aprofundar-se em questões relacionadas à masculinidade. Silva (2006) afirma que para compreender este conceito, é preciso verificar, na História, como se deu a construção dessas formas divergentes de masculinidades, e como foram sendo instauradas. O autor ainda salienta que, para melhor compreender as diversas práticas é importante entender o conceito de identidade de gênero dissociado da sexualidade. Almeida (1995) corrobora afirmando que:

A distinção entre sexo e gênero é o ponto de partida fundamental para investigar masculinidade. Baseada na distinção que a Antropologia sempre promoveu entre Biologia e cultura, e elaborada a partir dos anos 60 pela teoria crítica feminista, a separação conceitual entre sexo e gênero dá a entender que o segundo é a elaboração cultural do primeiro. A variação cultural dos papéis femininos e masculinos, bem como dos traços de personalidade, - tipos tidos como normais para cada sexo em cada cultura- (...) trazia o determinismo cultural para o campo da sexualidade (ALMEIDA, 1995, p. 28 *apud* SILVA, 2006, p, 123-124).

Silva (2006), remonta a masculinidade, trazendo aspectos da centralidade do homem, o que se denomina de androcentrismo, em seguida traz à luz a cultura falocêntrica, que trata a mulher como um ser de suposto sexo invertido, “[...] cuja vagina era vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos” (p. 124). De tal forma, as desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres era justificada pela norma natural do sexo.

O poder patriarcal de dominação do gênero masculino sobre o gênero feminino, fora estruturado historicamente. Trata-se da estrutura social da propriedade, dos poderes, do mando, dos territórios e das condutas, que consiste na propriedade e poder sobre os corpos, a sexualidade e as condutas sexuais dos gêneros que não sejam masculinos, sobre os diversos territórios públicos.

Conforme Saffioti (1987), estima-se que o homem tenha estabelecido seu domínio sobre a mulher há aproximadamente seis mil anos. Tal dominação pode ser observada em diversos

planos da existência cotidiana. Um exemplo bastante significativo deste fenômeno relaciona-se ao poder político, ou seja, em termos simples, isso implica que os homens são os responsáveis por tomar as grandes decisões e que afetam, a vida de toda população.

Ainda de acordo a autora, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, evidencia-se também no campo da discriminação racial:

Ainda que a supremacia dos ricos e brancos tome mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na "ordem das bicadas" é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres. O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens subjugados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres detêm poder junto a outras mulheres na relação amorosa (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

Bourdieu (2002) elucida que a dominação masculina se encontra reunida em todas as condições de seu pleno exercício. Havendo uma primazia universalmente concedida aos homens, se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, estas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social. São aspectos que conferem aos homens certos privilégios, a exemplo dos esquemas imanentes a todos os habitats. Os homens são, portanto, moldados por tais condições e concordam com estas, pois eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade.

Scott (1989) apropria-se da adaptação de Hegel e Mary O'Brien para determinar a dominação masculina como um efeito do desejo dos homens de transcender a sua privação dos meios de reprodução da espécie:

O princípio da continuidade de geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o labor real e a realidade social do trabalho das mulheres no parto. A fonte da libertação das mulheres se encontra “numa compreensão adequada do processo de reprodução”, numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina) deste (SCOTT, 1989, p. 09).

As múltiplas teorias acerca do patriarcado, concentram sua atenção, sobretudo, na subordinação das mulheres e na explicação da necessidade de o homem dominar as mulheres,

que se apresenta em diversas esferas. A família contemporânea ainda reproduz a desigualdade social que existe ao que tange às expectativas geradas sobre a conduta de homens e de mulheres, sendo atribuído às mulheres o dever de ser delicada, sensível, passiva, subordinada e, por um fator biológico que a permite engravidar e amamentar, é atribuído também a mulher a função de cuidar do marido, do lar e dos filhos.

A Sociologia, enquanto disciplina, deu início aos estudos sobre a masculinidade, segundo a teoria dos papéis sociais, e apenas, depois veio ganhar notoriedade também no âmbito das pesquisas na área da Psicologia (JANUÁRIO, 2016). De acordo com esses pressupostos, a Masculinidade pode ser concebida como um conjunto de ideias, condutas e atitudes determinadas pela sociedade como atributos compatíveis com pessoas portadores de pênis. Tal conjunto de características é constituído de vigor físico, destreza, coragem, capacidade de raciocínio e até os modos de se vestir, andar, falar e a capacidade de conquistar mulheres. E por conseguinte, são atribuídas às demais pautas: economia, política e sociedade em geral (RODRIGUEZ, 2020; SILVA, 2006).

Apesar de todas as transformações, esses ideais masculinistas se sustentaram, até os dias atuais, mantiveram e preservaram uma relação de poder sobre as mulheres. A partir da década 60, com o advento do movimento feminista, juntamente aos estudos de gênero, se opuseram a tais estruturas de poder que se mantinham até então, nascendo daí os *men's studies*, nos Estados Unidos.

Além disso, o incremento da participação das mulheres no mundo do trabalho, a maior partilha de responsabilidade e poder entre os sexos, a forte ação de ativistas feministas e a visibilidade dos gays, o desmantelamento dos casais e da família, além da reprodução artificial e do pânico das doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS, foram alguns dos fatores propulsores da ruptura de paradigmas e regras sociais em relação a estas construções, que até então definiam a masculinidade. Alguns autores chamam este movimento de crise da identidade masculina contemporânea, isso ainda recorrendo a um padrão de comportamentos e aprisionamentos da subjetividade dos sujeitos (Silva, 2006).

Ao contrário, para Foucault (1999) esta ruptura representa uma quebra de preceitos que dizem muito mais sobre o sujeito e sua identidade:

[...] deve-se, antes de tudo, pensar numa crise do sujeito, ou melhor, da subjetivação: numa dificuldade na maneira pela qual o indivíduo pode se constituir enquanto sujeito moral de suas condutas, e nos esforços para encontrar na aplicação de si o que pode permitir-lhe sujeitar-se a regras e finalizar sua existência” (FOUCAULT, 1999, p. 101, *apud* JANUÁRIO, 2016, p. 95).

Nesse aspecto, recuperamos a perspectiva pluralista e mutável da noção de masculinidade, concentrando o discurso a partir de um referencial histórico e cultural. De fato, as mudanças ocorridas na experiência do masculino abriram terreno para discussões e reflexões infundáveis em diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais. O próximo tópico será dedicado a trazer à tona os preceitos da masculinidade hegemônica construída por Connell, que coaduna com a perspectiva deste trabalho neste sentido por reconhecer a existência de múltiplas masculinidades.

2.1.4 Conceito de masculinidade hegemônica

O conceito de masculinidade hegemônica vem sendo estudado desde 1980, e tem se mostrado presente em vários campos, desde a educação, saúde e até em aconselhamento. Está presente em trabalhos que versam sobre os mais diversos assuntos como poder, liderança política, violência, família e sexualidade.

Criadora do termo, Raewyn Connell é socióloga australiana, e é apontada por muitos como o maior nome da sociologia australiana contemporânea. Começou seus trabalhos como cientista social de fato, no contexto do ativismo. Inicialmente nos movimentos para a paz, em seguida em apoio às lutas de classe e pelos direitos trabalhistas e depois, obviamente, no movimento feminista, que desabrochou no final dos anos 60. Em entrevista concedida à Adelman e Rial (2013), afirma: “Nessa época eu ainda vivia como homem, de modo que não participava do Movimento de Liberação Feminina”.

Em 1980, Connell conseguiu recursos para subsidiar pesquisas com foco nas teorias sociais e de gênero, o que possibilitou contratar dois pesquisadores ativistas e teóricos gays, John Lee e Tim Carrigan. Eles com trabalhos baseados no ativismo e a teoria da homossexualidade e da heterossexualidade e ela concentrada no trabalho feminista e a pesquisa empírica nas escolas, descobriram que o ponto de intersecção de seus trabalhos era a masculinidade afirmativa. Juntos produziram o primeiro trabalho teórico em 1983, contudo, o mesmo fora recusado pelas revistas australianas, foi assim então que decidiram submeter o material à revista norte americana que o aceitou e publicou com o tema *Toward a New Sociology of Masculinity*, tornando assim o trabalho internacionalmente visível (ADELMAN; RIAL, 2013).

Sobre sua transgeneridade, Connell iniciou seu processo, após o falecimento de sua companheira, chegando a fazer cirurgia transgenitalização e hormonização. Tornou-se muito

reconhecida por seu trabalho pioneiro nos campos de estudos de gênero e estudos da masculinidade, com estudos empíricos na área educacional.

É importante trazer à luz o processo de construção histórica dessa teoria para compreender seus principais preceitos. A teoria começou a ser desenvolvida, por rejeição dos valores universais e essencialistas no que diz respeito à masculinidade, à feminilidade e ao gênero de uma forma geral.

Norteados por tal mudança, novos conceitos foram cunhados com a intenção de dar conta dos novos objetos de estudo que emergem desse cenário. Segundo Connell (1985), os estudos de gênero e sexualidade têm promovido mudanças significativas no pensamento das Ciências Sociais e na própria sociedade desde as análises sobre classes ocorridas no século XIX.

A masculinidade hegemônica está alicerçada em pressupostos muito valiosos para esta pesquisa. A primeira é de que a masculinidade hegemônica se constrói no campo de tensões das relações entre homens e mulheres, e entre homens, num jogo de poder e negociações constantes. A segunda diz respeito ao reconhecimento da existência de múltiplas masculinidades, experienciadas não tão somente por homens cis portadores de pênis e por último o caráter mutável, dinâmico e transitório, vivenciados seja na escala individual ou social e sobretudo no caráter de que num mesmo indivíduo pode existir várias masculinidades que estão em constante negociação e adequação dependendo da situação e mudanças nas interações sociais e afetivas.

De modo a entender melhor, Connell (2016) compreende que as masculinidades são padrões socialmente construídos de práticas de gênero. “E esses padrões são criados por intermédio de um processo histórico com dimensões globais” (p. 94). Dessa forma, a masculinidade hegemônica seria uma representação da forma de masculinidade dominante que, num determinado período da história e em determinada cultura, é enfatizada em relação a outras.

Considerando dimensões globais do gênero é preciso considerar em sua análise as interseccionalidades relacionadas às lutas de poder e hierarquia em âmbitos sociais, incluindo raça e classe social, logo o universo masculino dito como ideal é traduzido nas categorias de jovem, heterossexual, cisgênero, branco, forte, rico e viril (RODRIGUEZ, 2020).

A masculinidade por si só é um conceito associada aos atributos de dominação, força, competição, controle, segurança, proteção e determinação, de tal maneira que a masculinidade hegemônica pertence enaltece alguns e desfavorece outras que não se encaixam em suas categorias:

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Diante dessa configuração é possível perceber o quanto o gênero estrutura divisões de poder entre as masculinidades hegemônicas (homens, cis, heterossexuais, viris) e as oprimidas (homens trans, gays, bissexuais, afeminados). A masculinidade hegemônica não é a mais presente nos homens, contudo, é normativa. Por isso, é importante analisar como os homens trans se acomodam neste ideal. Segundo Connell, ao estudar sobre as masculinidades é primordial o reconhecimento, através do próprio discurso de sujeitos como estes se relacionam com as várias masculinidades. Além disso, acrescenta que é comum adotar as posições discursivas da masculinidade hegemônica, a fim de afastar a ansiedade e evitar sentimentos de ausência de poder.

A masculinidade hegemônica não se relaciona somente com as perspectivas discursivas, mas vão estar presente em outras esferas, incluindo trabalho assalariado, violência, sexualidade, trabalho doméstico e cuidado com as crianças, assim como através de ações rotineiras não refletidas muitas vezes nos seus discursos. Por outro lado, há um outro dispositivo, que na tentativa de cumprir este ideal de masculinidade, os homens cumpram condutas e comportamentos, que também enseja sofrimento e angústia, como não falar ou demonstrar sentimentos, assumir riscos contra a própria vida, hábitos de não cuidado à saúde a fim de legitimar a sua virilidade. Desse modo, as masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não corresponde verdadeiramente à vida de nenhum homem real.

“A masculinidade hegemônica tem múltiplos significados” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 257). De modo que os homens podem se esquivar dentre múltiplos significados de acordo com suas necessidades interacionais ou ainda podem adotar a masculinidade hegemônica quando é desejável, e ao mesmo tempo realizar movimentos estratégicos de distanciamento da masculinidade hegemônica em outros momentos.

Consequentemente, a masculinidade representa não um tipo determinado de homem, mas, em vez disso, uma forma de se posicionar, através de práticas. Esta concepção está associada a outros corpos que possam se expressar por meio da masculinidade, não estando essa somente vinculada à figura de homens cis.

Apesar de ser um processo de construção e sustentada pelo discurso, parafraseando Rubin (2003), que desenvolveu pesquisas com homens trans, Connell e Messerschmidt, afirmam:

Uma pessoa não é livre para adotar qualquer posição de gênero em interação, simplesmente como um movimento discursivo ou reflexivo. As possibilidades são massivamente limitadas pelos processos de incorporação, pelas histórias institucionais, pelas forças econômicas e pelas relações familiares e pessoais. Os custos de se fazerem determinadas escolhas discursivas podem ser muito altos – como mostrado pelos índices de suicídio dentre pessoas envolvidas em mudanças transexuais (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 258).

Esta afirmação não implica dizer que pessoas trans tenham construído ao longo de suas vidas um masculinidade inerentemente contra-hegemônica. Entende que por si próprios possam buscar a igualdade de gênero ou se oporem à masculinidade hegemônica.

O que a experiência transexual destaca é a forma como a modernidade trata o corpo como um “meio através do qual indivíduos interagem uns com os outros”. O corpo relacionado à masculinidade hegemônica tem um papel duplo ora como objeto social e outro momento como agente de mudança. Na atualidade é facilmente reconhecido o caráter de corpos regidos pelas mídias, pelo apelo à beleza, e ao controle de normas e modelos de protocolos médicos.

É importante sinalizar ainda neste trecho o caráter dinâmico, histórico e cultural desta temática. Ao longo do tempo os estudos sobre o tema foram aprimorando a teoria, por meio da compreensão da relação ambivalente entre homens gays, o patriarcado e a masculinidade convencional. Quanto a cultura na região norte privilegia este tipo de masculinidade hegemônica, principalmente quando verbalizada por homens e mulheres, a fim de justificar atos de violência cometidos por homens ao questionar a existência de leis de proteção às mulheres ou ainda culpabilizar as mulheres violentadas em função do uso de alguma roupa tida como inadequada ou ainda afirmando que a responsabilidade de uma gravidez indesejada foi responsabilidade única e exclusivamente da mulher.

A partir destes condicionantes dos sujeitos é possível perceber como a masculinidade é usada e construída no discurso dos sujeitos. Connell e Messerschmidt (2013) salientam a importância de considerarmos dentro das perspectivas de gênero, o termo plural de masculinidades hegemônicas, devido a diferenças históricas e culturais que atravessam as vivências e construção das ideologias e perspectivas discursivas destes sujeitos.

O conceito é atravessado pelas construções regionais de masculinidade que se sobrepõem aos outros modelos de masculinidade seja no âmbito global ou na construção de um

país. Neste sentido, é importante perceber quais os modelos de masculinidade associados ao homem do norte. Importante ressaltar que estes achados serão possíveis, ao identificar significantes construídos nas interações entre homens e mulheres.

Ao pesquisar sobre feminilidade amazônica, Marangoni et al (2017) enfatiza a construção social sobre a mulher amazonense de um corpo sexualizado, facilmente disponível ao prazer dos homens e subjugadas a estes, principalmente no campo profissional ocupando os cargos de menor valor nas indústrias do Polo industrial de Manaus.

A intenção neste trecho foi apresentar os principais conceitos da masculinidade hegemônica que subsidiaram a discussão dos achados desta pesquisa. Na seção seguinte, a intenção é dar um panorama geral sobre os achados de pesquisas brasileiras acerca da Parentalidade.

2.2 CONSTRUÇÕES DA PARENTALIDADE

Sabe-se que as discussões acerca da família e das relações de parentalidade são frequentes em diferentes áreas, incluindo a psicologia. Esses conceitos e relações são compreendidas como construções sociais criadas tanto a partir de vínculos genéticos, como do convívio entre o grupo familiar (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007). Essas construções, conforme Perucchi e Beirão (2007, p. 59), “[...] se processam em campos sociais marcados por relações de afeto e de poder.”

Para Vygotsky (1992), o significado da palavra família é estável, no entanto, altera-se o sentido atribuído a ela, e este é atribuído pelo sujeito. Esses sentidos se modificam e se transformam, especialmente quando falamos de paternidade em um contexto de emancipação feminina e decaída do modelo familiar patriarcal, predominante nas sociedades contemporâneas.

A família é assim o primeiro espaço da experimentação social e com efeito passa a ser responsabilizada pela produção de cidadãos suficientemente bons para conviver em sociedade, de tal modo a parentalidade além de caracterizada pela vinculação afetiva entre pais e filhos, estabelecida ou não pela filiação, a relação duradoura que insere atributos e aspectos na produção de cuidados, incorpora em sua matriz de definição um espaço para gerir as populações (SOUZA; FONTELLA, 2016).

Aqui, portanto, insere-se o termo identidade. A identidade do indivíduo ou as múltiplas identidades como cita Hall (2013) são construídas socialmente, ou seja, a partir do momento

que nos relacionamos com o outro e com diversos grupos sociais somos capazes de construir nossa identidade, esta que, contudo, pode também estar em constante transformação e sofrerá influência do nosso convívio social em grupos primários ou secundários a exemplo da família e da escola. De acordo com o mesmo autor Hall (2004, p. 32), “O sujeito é produzido como um efeito do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria”. Somos, portanto, o resultado do meio em que vivemos e do que compartilhamos.

No que tange a construção da identidade no meio familiar, Vygotsky (2001, p. 289) afirma que a criança “[...] não é um ser acabado, mas um organismo em desenvolvimento.” Nesse sentido, no contexto familiar a criança aprende a significar suas primeiras ações, estas que são internalizadas por signos e símbolos dos que convivem com ela, servindo de mediadores essenciais para a organização do seu pensamento, atuando ainda, nas funções psicológicas superiores. Ainda nesse contexto, a criança passa por um processo chamado de individuação, ou seja, a sua afirmação enquanto sujeito único. Esse processo ocorre mediante convívio com crianças mais velhas, adultos, etc (VYGOTSKY, 2003).

Vygotsky sempre compreendeu os processos psicológicos tendo presente no plano teórico/conceitual e epistemológico/metodológico as unidades de análise para a problematização e a compreensão das relações constitutivas singulares e coletivas, biológicas e culturais, históricas e dialéticas, afetivas e cognitivas, objetivas e subjetivas. Essa marca de Vygotsky propicia a superação de dicotomias presentes na psicologia. A complexidade das elaborações conceituais de Vygotsky (1993, 1995, 1996, 2000, 2001) aponta para a necessária prudência relacionada à eleição de uma única categoria de análise – como atividade, consciência, sentido, significado –, e exige o tensionamento e a consideração dos aspectos interconstitutivos das múltiplas dimensões – individual, social e histórica, coletiva – para a compreensão do sujeito e da subjetividade (MOLON, 2011, p. 617).

Ao falar da evolução do termo família e parentalidade, importa dialogar acerca do conceito de gênero. O significado da palavra gênero pode ter diversas atribuições, no sentido da sexualidade, a definição de gênero se refere a classificação do ser humano no sentido biológico que pode ser feminino ou masculino. Os aspectos biológicos podem contribuir para a desigualdade entre gêneros, pois é confirmado que há uma construção social e histórica sobre as características anatômicas (SCOTT, 1989).

Por papel social de gênero compreende-se os comportamentos que são associados ao masculino ou feminino nos grupos sociais. Papel pode ser aqui entendido no mesmo sentido

que se usa no teatro, ou seja, uma representação de um personagem. São as representações sociais de gênero, tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra (GROSSI, 2000).

Castells (1999) aponta que as construções sociais de gênero refletem ainda no modelo tradicionalmente patriarcal, em que o ser mulher está diretamente relacionado às responsabilidades dos trabalhos domésticos e educação dos filhos. Peruchi e Beirão (2007) pontuam que os papéis de pai e mãe são resultado de uma distinção feita por meio das construções sociais de gênero, diretamente ligada às atribuições de masculino e feminino, resultado das diferenças sociais atribuídas às distinções sexuais. Esses papéis e atribuições são, hoje, considerados reducionistas.

Nesse sentido, ao falar de parentalidade Moro (2005, p. 259) aponta que

A parentalidade se fabrica com ingredientes complexos. Alguns deles são coletivos, pertencem à sociedade como um todo, mudam com o tempo, são históricos, jurídicos, sociais e culturais. Outros são mais íntimos, privados, conscientes ou inconscientes, pertencem a cada um dos dois pais enquanto pessoas, enquanto futuros pais, pertencem ao casal, à própria história familiar do pai e da mãe.

Ainda de acordo com acordo com a autora, as lógicas simplistas para uma concepção acerca do termo parentalidade dá-se devido a uma universalidade vazia e de a uma ética reducionista, que anulam as complexidades sociais e/ou culturais envoltas ao termo. Pouco se interroga acerca da dimensão cultural da parentalidade, mas ignora-se as diferentes formas de pensar e de fazer a respeito (MORO, 2005).

Na família, os papéis de pai, mãe e filho(a) são também nomeados. Antes mesmo da criança nascer, o seu papel de filho(a) já existe, pois, planos já foram feitos, nome geralmente já foi escolhido. No entanto, o papel do ser filho é naturalmente desenvolvido na relação com os pais, considerando que nesse processo a identidade dos pais também se transforma (CIAMPA, 1987).

Ciampa (1987, p. 171) pontua que

Esse jogo de reflexões múltiplas que estrutura as relações sociais é mantido pela atividade dos indivíduos, de tal forma que é lícito dizer-se que as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social, ao mesmo tempo que reagem sobre ela, conservando-a (ou transformando-a).

Frente a isso, destaca-se que a identidade é, portanto, formada por diferentes papéis e de várias atividades, funções que são exercidas pelo indivíduo, o que torna a identidade múltipla e mutável, conforme supracitado por Hall.

Conforme conclui Souza e Fontella (2016) em estudo desenvolvido acerca do conceito de parentalidade, entende-se que o termo sobre distinção no significado, mediante contexto em que se está inserido. Apenas no estudo de Barreto (2013), conforme mencionado também pela autora, foram identificadas cinco categorias para o termo “[...] parentalidade na adoção, parentalidade em contextos adversos (pobreza, situação de doença terminal, violência, privação de liberdade), parentalidade homoafetiva, relações de gênero na parentalidade e parentalidade na transição de vida.” Estudo, que apenas reforçou a polissemia do conceito e a complexidade envolta do tema.

De acordo com Souza e Fontella (2016, p. 109)

Foi durante os anos 1980 que o termo parentalidade (em francês *parentalité*) passou a fazer parte da linguagem corrente e o seu uso se tornou cada vez mais frequente nos meios de comunicação, assim como nos discursos políticos. Pode-se ter a impressão de que este neologismo ao qual é atribuído grande sucesso foi elaborado, naquele período, para se referir a nova importância dada às relações entre pais e filhos e ao que constitui a especificidade da relação parental. Ele vem oportunamente substituir o termo mais preciso e mais conotativo de função parental. Sem dúvida o sucesso atribuído ao termo parentalidade está ligado ao fato de que ele parte de uma evidência sobre a qual parece se apoiar: a relação entre pais e filhos, contudo tal evidência é enganosa. O acréscimo do sufixo *ité* ao parental permite designar uma “nova” dimensão do parental que seria distinta do parentesco. Esta construção de neologismo aparece como resposta a uma necessidade de designação de uma realidade da relação entre pais e filhos ainda não verdadeiramente construída.

As “novas parentalidades”, que incluem a monoparentalidade e homoparentalidade, também são conceitos frequentemente problematizados quando se trata da discussão sobre família. A monoparentalidade é o termo designado para as situações em que a criança por apenas um dos pais, seja a mãe ou pai; já a homoparentalidade designa-se para as situações em que a criança é criada por pais homossexuais.

A homoparentalidade, termo que também foi utilizado para as situações em que a criança é criada por pai e/ou mãe travesti e transexual, é considerado por Zambrano (2013), insuficiente, uma vez que as travestis e transexuais apresentam especificidades na construção identitária e, conseqüentemente, na sua relação com a parentalidade. Souza (2013) pontua que a luta é diferente entre homossexuais e transgêneros, considerando que a última é cunhada a

partir de significados e manifestações que perpassadas pela homossexualidade, a qual não é uma questão comum para todos os transgêneros.

A concepção de uma identidade em constante transformação surge exatamente das diferentes transformações ocorridas na sociedade, em que a partir dos seus processos históricos e culturais, vai significando e ressignificando uma série de valores e padrões. Conforme Trajano (2019), esses padrões e valores precisam ser rotineiramente questionados e devem ser enxergados de maneira relativizada, o que representa um desafio para os pais e mães cis; já para os pais e mães trans é um exercício considerado vital, considerando o contexto da cisheteronormatividade ao qual estamos inseridos.

Angonese e Lago (2018) ao debaterem sobre parentalidade trans afirmam que quando se fala da parentalidade relacionada a essa população, a questão é frequentemente invisibilizada. Isso acontece, através da - ainda - significação da parentalidade pensada por um casal cisgênero e quando diferente, um casal homossexual. Trajano (2019) elabora que:

O exercício da parentalidade é atravessado por efeitos ainda mais diretos desta norma, já que pessoas trans são constantemente desqualificadas como pais e mães por uma sociedade que ainda busca preservar modelos rígidos do que seria considerado “normal”, do que seria uma família “saudável”, deslegitimando aqueles que desses modelos se afastam, negando-lhes a existência, ignorando o que é uma realidade (TRAJANO, 2019, p. 150).

Nesse contexto, ao falarmos de parentalidade de pessoas trans, falamos também de uma falta de legitimidade desses pais. O reflexo disso é representado através do esforço de reproduzir o modelo hegemônico familiar, com o objetivo de ter uma legitimação social de sua parentalidade (TRAJANO, 2019).

Frente a isso, a concepção histórico-social da parentalidade trans ainda permeia o campo da legitimação, pois ainda são recorrentes os debates acerca de legitimações anteriores como da homoparentalidade e da transexualidade. Uma legitimidade ainda questionada e em construção, com viés de retrocesso, coloca a parentalidade trans ainda como impensável, tanto socialmente, como legalmente.

3. MÉTODO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para contemplar os objetivos propostos por este trabalho foi utilizada como metodologia, a pesquisa de campo de cunho qualitativo exploratório, de modo a privilegiar as narrativas dos participantes e em seguida foi realizada análise das mesmas tendo como referência as teorias sociais de gênero. Com a aplicação da pesquisa foi possível envolver: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais associados aos enunciados dos interlocutores da pesquisa, considerando os constructos em torno dos sentidos e significados por eles atribuídos acerca da vivência parental em suas particularidades. A ênfase nesta pesquisa concentrou-se nos sentidos e significados atribuídos aos homens trans no exercício de sua parentalidade, valorizando a subjetividade, expressa mediante relações que constitui um grupo, e estes dão sentido aos fenômenos sociais (MARCONI; LAKATOS, 2010).

A pesquisa de cunho qualitativo não se caracteriza somente pela sua oposição em relação à pesquisa quantitativa, mas pela apresentação de um método de pesquisa dotado de identidade própria. De acordo com Flick (2013), esta pesquisa debruça-se sobre o entendimento, a descrição e a compreensão dos fenômenos sociais de maneiras diversas, pormenorizando experiências de pessoas e agrupamentos, fazendo com que sejam examinados aspectos interacionais e comunicacionais desenvolvidos e investigados em documentos ou similares.

A partir da visão de Creswell (2007), a utilização de uma abordagem qualitativa em uma problemática constituída apresenta-se como efetiva para o entendimento de determinada natureza social. O caráter qualitativo de um estudo se faz presente, inclusive, na obtenção de dados informacionais colhidos por estudos essencialmente qualitativos. Seguindo a mesma vertente, Creswell (2007) afirma que as técnicas qualitativas têm como foco as experimentações dos indivíduos e a maneira como isso se reproduz no modo como estes veem o mundo, além de refletirem os procedimentos utilizados em suas dinâmicas sociais.

Para efetivar os objetivos propostos e as inquirições desse estudo, optou-se pela metodologia da pesquisa qualitativa com enfoque na investigação de campo, as quais proporcionaram maior profundidade, e possibilitaram uma visão mais ampliada da realidade, tendo em vista o interesse em maior conhecimento sobre o tema. Para tanto, foram utilizados nesta pesquisa, estudo e análise de dissertações, teses, livros e artigos de autores científicos de autores que já produziram sobre a temática em questão. A busca aconteceu nas bases de dados do Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), periódicos da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando os seguintes descritores: Parentalidade Trans, Sentidos e Significados, Transexualidade.

Compreendidos os aspectos relevantes do estudo a serem investigados, após realização da pesquisa bibliográfica, seguiu-se com a pesquisa de campo. Como forma de atender aos objetivos pretendidos, a pesquisa de campo buscou a obtenção de informações acerca dos fenômenos a partir dos relatos narrados pelos participantes a fim de formular por meio de hipótese compreensivas a relação entre parentalidade e transmasculinidade, e com isso possivelmente indicar a continuidade deste estudo a partir de outras óticas.

Marconi e Lakatos (2003) apontam que pesquisa de campo se refere a metodologia utilizada com o objetivo de conseguir informações e também conhecimento sobre determinado problema, para o qual se procura uma resposta, uma hipótese, que se tenha o interesse em descobrir novos fenômenos relacionados à temática em questão por meio da exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema aqui estudados.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

O local da pesquisa foi o ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero, localizado na Policlínica Codajás, situado na Av. Codajás, nº 26, Cachoeirinha, Manaus-AM. O ambulatório se caracteriza como um serviço especializado da média complexidade, na rede pública de saúde do Estado do Amazonas, voltado para o atendimento de saúde da população LGBTQIA+ e realização do processo transexualizador para àqueles com identidade de gênero que não coaduna com a que foi designada no nascimento, que procuram intervenções anatômicas, ou não, em processo de adaptação ao padrão de gênero identificado, por meio de uso de hormônios.

O ambulatório desenvolve um trabalho de cuidado em saúde integral, formado atualmente por uma equipe multiprofissional, formada por enfermeiros, médicos, psicólogos, assistente social e fonoaudiólogo, que desenvolvem ações que promovem desde o acolhimento à elaboração de laudos e outros demandas que se relacionem ao cuidado desta população

3.3 PARTICIPANTES

A pretensão inicial era realizar 10 (dez) entrevistas, contudo, a amostra do estudo foi composta por cinco participantes, considerando as especificidades dos critérios de inclusão,

descritos a seguir. Além dos participantes que aceitaram narrar suas experiências parentais, uma outra pessoa chegou a ser convidada, mas não manifestou qualquer tipo de retorno.

Os participantes seguiram os critérios pré estabelecidos no projeto do estudo, todos se auto declararam homem trans, possuem mais de 18 anos e engravidaram antes de ter iniciado o processo de transição de gênero. Todos em algum momento utilizaram os serviços de saúde ofertados pelo Ambulatório de Diversidade Sexual e Gêneros da Policlínica Codajás. E cumpriram também os critérios de exclusão gozando de condições de saúde física e emocional que permitiu a participação dos mesmos.

Os interlocutores demonstraram certa resistência em participar da pesquisa, um deles não se sentia capaz de narrar tais experiências por questionar a qualidade do seu papel de cuidar, com outros participantes, tive que reagendar algumas vezes a entrevista por incompatibilidade de recursos e horários o que ensejou algumas mudanças no formato das entrevistas, que puderam ser realizadas somente, através da modalidade virtual.

Os participantes no momento da entrevista possuíam idade com variação de 26 e 37 anos, todos se autodeclararam pardos. Em relação à escolaridade, um participante possui Ensino Médio Incompleto, um possui Ensino Médio completo, dois estão cursando Ensino Superior e o último possui formação Superior completa. Todos no momento se relacionam com mulheres cis, sendo três vivendo maritalmente. Todos possuem somente um filho, com idade que varia de quatro a dezessete anos. Apenas um não reside com filho enquanto, um apenas mora na casa dos pais, os demais construíram suas próprias famílias.

Abaixo quadro de identificação dos participantes (QUADRO 02).

Quadro 02 - Identificação dos participantes

| Nome | Idade | Raça | Estado Civil | Escolaridade | Idade e Gênero Filhos | Constituição Familiar com quem mora |
|---------|-------|-------|--------------|---------------------|-----------------------|--|
| João | 27 | Pardo | Solteiro | Superior completo | 4, Feminino | Reside com companheira e filha |
| José | 27 | Pardo | Solteiro | Superior incompleto | 7, Feminino | Reside com companheira e o pai |
| Jorge | 37 | Pardo | Solteiro | Médio completo | 17, Masculino | Reside com companheira, filho e 2 enteados |
| Jonas | 30 | Pardo | Solteiro | Médio incompleto | 4, Masculino | Reside com o filho |
| Joaquim | 26 | Pardo | Solteiro | Superior incompleto | 9, Masculino | Reside com pai, mãe e filho |

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

3.4 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Na pesquisa foi adotado o modelo de entrevista semi-estruturada, aplicando questionamentos embasados ao entrevistado de modo a gerar possíveis hipóteses e diferentes complementos, conforme postula Triviños (1987). A entrevista semi-estruturada, seguirá o roteiro guia composto por perguntas abertas e tópicos que circunscrevem os objetivos desta pesquisa (APÊNDICE A).

O estabelecimento de um roteiro e a constituição de um foco sobre determinado assunto, do qual serão derivadas perguntas relacionadas permitiu aos entrevistados a elaboração de respostas de maneira mais fiel à realidade e sem parcialidade derivada do entrevistador (MANZINI, 1990). Com isso se obteve uma maior gama de respostas, uma vez que, a partir do contato espontâneo com as pessoas entrevistadas foi possível obter dados mais claros e profundos (GERHARDT et al., 2009).

As entrevistas realizadas possibilitaram a construção de notas biográficas repercutindo sobre os fatos mais marcantes associados, sem que ficassem reduzidos à cristalização de objetivos, mas como resultado de um processo ativo nas relações sociais e nas experiências.

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA

As entrevistas foram realizadas no período de 25/08/2022 a 11/04/2023, de modo misto sendo uma parte realizada na modalidade virtual e outras de modo presencial no ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero, localizado na Policlínica da Codajás, onde atuo como Psicóloga. As entrevistas tiveram duração mínima de 50 minutos e máxima de uma hora e 50 minutos, em dois casos para eliminar algumas dúvidas os entrevistados foram ouvidos por duas vezes.

As entrevistas foram gravadas, e posteriormente transcritas, analisadas e os dados mais relevantes foram destacados considerando a relação do conteúdo com o tema e exploração de unidades de sentidos que permitissem a exploração e aprofundamento do tema.

Diante do cenário de pandemia da COVID-19, antes da realização das entrevistas que aconteceram no modo presencial foi realizada a higienização do local da entrevista, conforme preconizações sanitárias para a prevenção do vírus da COVID 19; distanciamento recomendado entre a pesquisadora e o entrevistado e; o uso de máscara durante toda a entrevista.

3.6 QUESTÕES ÉTICAS

O projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e obteve parecer favorável conforme CAAE registrado sob o número: 59261222.8.0000.5020, seguindo assim as regras de liberação para o início da coleta de dados de acordo com a Resolução CNS nº 466 de 2012 incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado (CNS, 2012).

As entrevistas seguiram de acordo com resolução 466/12, na qual o presente estudo foi embasado, considerando riscos envolvidos, de modo que não foi causado nenhum dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano.

Durante a realização das entrevistas os participantes se sentiram mobilizados psicologicamente e emocionalmente ao acionar temas muito sensíveis, expressando choro e dificuldade de falar sobre determinados temas, o que foi manejado pela pesquisadora considerando que esta é psicóloga foi realizada o manejo e acolhimento adequado permitindo que as entrevistas fossem continuadas após estabilização do quadro de humor, sem qualquer prejuízo aos participantes.

Antes do início de cada entrevista foi realizada leitura, seguida de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B), além disso foram apresentadas as devidas autorizações que atestam a anuência para realização da pesquisa na unidade de Saúde acima mencionada.

A fim de garantir o anonimato dos participantes, os mesmos foram identificados a partir de pseudônimos João, José, Jorge, Jonas e Joaquim. Se tratando de pessoas trans é importante ressaltar que nenhum dos participantes teve seu nome retificado, estando seu registro civil associado ao gênero designado quando do seu nascimento, com base na relação com a sua genitália. Todos fazem uso do nome social, conforme direitos preconizados pelas leis aplicáveis.

3.7 ANÁLISE DOS DADOS

Para análise dos dados foi utilizado o método de Análise Temática a partir da delimitação progressiva do foco de estudo, análise e articulação dos pressupostos teóricos e dos dados e informações obtidas durante a investigação da realidade, aprofundamento da revisão da literatura; esclarecimentos do objeto de estudo e a análise das entrevistas realizadas a fim de superar a mera descrição e, desta feita, edificar esta dissertação.

Para Minayo (2012), a pesquisa qualitativa está substanciada pela sua matéria prima que é composta de substantivos, cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação, de tal forma que foi preciso reconhecer, por meio da linguagem, que a experiência particular, se apresentou repleta de sentido, tendo como suporte os ingredientes do coletivo na qual esta está inserido e as condições em que ela ocorre, processando que o senso comum se expressa na linguagem, nas atitudes e nas condutas e é a base do entendimento humano.

A análise temática é considerada como uma estratégia de análise independente de teorias ou epistemologias (Souza, 2019). Braun e Clarke (2006) reforçam a sua ampla aplicabilidade nas pesquisas qualitativas, atestam a sua codificação de maneira fluida e mais flexível, sem a pretensão de atingir a acurácia sobre determinado tema, e busca imergir o mais profundo seja possível, comprometendo-se com a compreensão dos dados. E neste sentido, parece bastante alinhada aos propósitos das pesquisas sociais e mobilizada aos interesses da justiça social (Souza, 2019).

O método de análise utilizado foi sugerido por Gomes e Nascimento (2006), a partir de uma adaptação da análise de conteúdo de Bardin, que sugere a construção dos temas, também definido como uma unidade de significação, a partir da exploração dos núcleos de sentidos, classificados, a partir dos relatos dos interlocutores, logo os temas surgem de um processo de aglutinação, comparação e recorrências referendados, a partir das teorias sociais de gênero, usadas para a discussão deste trabalho.

Foram realizadas as seguintes etapas, para análise: (a) transcrição na íntegra das entrevistas, revisão dos dados transcritos, leitura e releitura, anotando as ideias iniciais durante o processo; (b) codificação dos relatos, identificando as ideias centrais associadas fenômeno da parentalidades trans e suas repercussões no contexto social; (c) classificação das idéias em torno de núcleos de sentido; (d) comparação entre os diferentes núcleos de sentido presentes nos relatos a partir da semelhança, contradição e complementaridade (e) classificação dos núcleos

de sentido em eixos mais abrangentes (temas) em torno dos quais giravam os relatos/narrativas e sua consequente nominação e por fim (e) redação das sínteses interpretativas de cada tema.

Desta forma, a unidade de significação, revela a expressão do ponto central de significação dos “sentidos” dos sujeitos, corroborando com questões relacionadas, exteriorizando questões trazidas pelos objetivos da pesquisa, sendo estes os organizadores da palavra ditas pelo entrevistado. Essas unidades de significações foram analisadas em conjunto para a compreensão do todo, considerado que nem sempre o sentido é manifesto, não pode ser considerado um ato isolado e o seu significado necessariamente representa-se através de uma unidade lógica, de tal forma que os significados estão associados a questões de natureza psicológica, sociológica, política ou histórica, vinculados às condições contextuais de seus produtores.

Desta feita foram articulados os eixos principais para análise, compreendidos a partir das significações observados nos relatos orais compreendidos a partir da sua relação com as teorias sociais de gênero e da identificação de dados relevantes a partir da mobilização psicológica e emocional dos conteúdos trazidos pelos participantes, com a tentativa de explorar o máximo possível em cada estrutura de análise compreendendo assim vários aspectos associados ao tema.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O tópico em questão trata da experiência de pais transmasculinos e novas formas de (re)existência relacionadas a essa identidade de gênero. As diferentes abordagens mencionadas sugerem que ser um pai trans é um aspecto central da vida desses indivíduos, e eles procuram ser reconhecidos e valorizados nessa função paterna de modo muito singular, ressignificando sua função parental, a partir da compreensão de uma identidade de gênero em trânsito.

Os resultados foram organizados considerando as implicações e a compreensão dos próprios dos participantes organizados em torno da vivência da experiência parental em jogo sob a perspectiva de gênero, considerando a discussão em quatro categorias: **Notas biográficas de Pais Trans e Novas formas de (R)existir; Identidades em trânsito; Sentidos e Significados da Parentalidade e; “Que diabo de machuda é tu?”: Estigma, Preconceito e Vulnerabilidade.**

Nestes eixos articulam-se recursivamente parentalidade e transmaculindades tangenciados pelos discursos hegemônicos que constituem ambos os fenômenos. No campo mais particular e subjetivo prevalecem as questões de gênero associadas ao desejo de ressignificação da parentalidade, que por meio de suas trajetórias demonstram, que mesmo antes da gravidez os interlocutores já estavam no campo de disputas negociando sua identidade no entorno. Já no campo das significações sociais observamos a prevalência das questões parentais, associadas a supremacia de um instinto materno e a produção de práticas no entorno que violentam, estigmatizam e vulnerabilizam o sujeito que comportam as identidades reconhecidas como contraditórias como ser pai e transmasculino.

Notas biográficas de Pais Trans e Novas formas de (R)existir construir as narrativas foi dar visibilidade à experiência de uma população costumeiramente invisibilizada. A construção de suas trajetórias foi iniciada pelas características autodeclaradas, a partir dos principais marcadores sociais e aspectos subjetivos que são reconhecidos sobre si mesmos. Em seguida percorremos a história dos interlocutores privilegiando os fatos que se relacionam com parentalidade e a transmasculinidade, permitindo que os mesmo refletissem a respeito dos efeitos e impasses considerados nesta trama e os fenômenos transcorridos no contexto cultural e histórico a considerar como a gravidez, a chegada dos filhos, desafios e conquista na experiência parental e a transição de gênero.

"Identidades em trânsito" alude ao processo de transição de gênero vivido pelos pais trans e como isso pode afetar sua experiência de parentalidade, incluindo a forma como se percebem num processo constante de evolução e melhoria de si e daquilo que traz sentido a

suas vidas, aqui representados pelos filhos e os seus processos desenvolvimento pessoal, estudo e profissional.

A menção aos “**Sentidos e Significados da Parentalidade**” sugere uma reflexão mais ampla sobre como a identidade de gênero influencia a experiência e a compreensão da parentalidade, provavelmente explorando as complexidades e as diferentes perspectivas envolvidas nesse tema. No geral, essas abordagens destacam a importância de reconhecer, valorizar e apoiar os pais trans em sua jornada de parentalidade, além de desafiar as normas de gênero preexistentes e promover uma maior compreensão e aceitação das identidades de gênero diversas.

Por fim o último eixo “**Que diabo de machuda é tu?: Estigma, Preconceito e Vulnerabilidade**” traz à tona os movimentos direcionados aos homens trans diante de suas vivências em diferentes contextos onde transitam, negociando seus papéis parentais e usando-se de estratégias de negociação em resposta a prática de violência, preconceito e estigma presente no seu entorno.

4.1 NOTAS BIOGRÁFICAS DE PAIS TRANS E NOVAS FORMAS DE (R)EXISTIR

"Meu pai, meu herói" (João, 25/08/2022)

"Pai é pai, independentemente de ser cis ou trans" (José, 13/09/2022)

"Sair dessa vida. Remando contra a maré" (Jorge, 04/10/2022)

"Sou mãe e pai, e é isso!" (Jonas, 23/12/2022)

"Filhos para sempre" (Joaquim, 11/04/2023)

As cinco trajetórias destacam o caráter singular das experiências, ao trazer em cada trajetória aspectos diferentes, que versam sobre si e revelam a complexidade do campo na relação entre os dois temas. A expressão "Meu Pai, meu Herói" destaca a importância do reconhecimento e afeto dos filhos, em relação ao pai trans, possivelmente indicando a necessidade de superar estereótipos e preconceitos associados à identidade de gênero.

A citação "Pai é pai, independentemente de ser cis ou trans" apresenta a ideia de que a paternidade deve ser reconhecida independentemente da identidade de gênero, enfatizando a igualdade e a importância de todas as formas de parentalidade.

A terceira expressão "Sair dessa vida. Remando contra a maré" se refere às dificuldades enfrentadas pelos pais trans na sociedade, indicando que eles estão desafiando as normas e expectativas tradicionais de gênero ao assumirem o papel de pais.

A afirmação "Sou mãe e pai, e é isso!" Representa a necessidade de reconhecer a múltipla identidade dos pais trans, combinando os papéis generificados de mãe e pai em sua experiência de parentalidade e a última expressão "Filhos para sempre" aborda a importância do vínculo entre pais trans e seus filhos, destacando a continuidade e a importância desse relacionamento familiar.

4.1.1 “Meu Pai, meu Herói”: reconhecimento de ser um melhor

João se reconhece como um “*homem trans não binário*”, possui atualmente 26 anos, tem nível superior em Logística e atualmente cursa uma segunda graduação em Direito, mora com a filha e a parceira, com a qual já se relaciona há 3 anos. Em suas palavras se define como uma pessoa “*inconstante*”, que sempre busca suas melhorias, que dá muito valor aos estudos, se reconhece como “*uma pessoa em trânsito: “Eu não consigo me identificar, nem pelo feminino nem pelo masculino*”. É reconhecido como pai pela sua filha e encontra nesse reconhecimento a motivação para lutar e continuar a mudar.

Se a minha filha, que é minha filha, me reconhece, porque quem eu sou, quem são as outras pessoas para falar assim? Então tudo isso, a gente procura melhorar sempre para ela, independente de eu ter mudado de gênero, feito essa transição, eu ainda tentaria ser o melhor. Tentaria mudar o tempo inteiro, como ser humano, acho que todo ser humano é assim (João, 25/08/2022)

O reconhecimento é traduzido na vida de João como uma busca frequente, ao expressar sobre seus desejos e desafios vivenciados na prática da parentalidade. Sua filha o encoraja, nesta busca, onde o desejo de pertencimento e a compreensão do reconhecimento se expressa como um pressuposto da condição humana, conforme destaca Ciampa (2001) por meio do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, destacando a profunda relação do sujeito com seus grupos sociais e não como uma decorrência de processos biológicos. João assim busca formas de emancipação na construção de si, a partir deste processo de melhoria contínua de si mesmo, sem que haja necessariamente uma vinculação de sua identidade atrelada necessariamente a condição do gênero, destacando a ação de tais identidades em resposta a opressão (CIAMPA, 2001), contudo o não reconhecimento social pode gerar um processo de conflito, remetido a

um propósito de se cumprir conforme a expectativa dos outros (ALMEIDA, 2005), e que com efeito implica na luta diária de João pela sua emancipação e reconhecimento

Essa luta por reconhecimento articulada com os conceitos de Butler (2003), compõe um campo democrático em que todos teriam as mesmas condições de inteligibilidade e valoração enquanto sujeitos, contudo há critérios dos quais pela materialização dos corpos de tornam inalcançáveis as pessoas trans, sendo emergente a expansão dos limites de reconhecimento, mas tal estratégia como garantidora de condições materiais de vida para diversas identidades, estaria ao mesmo tempo num processo de dominação, exploração e descartabilidade.

João relatou que foi adotado aos três meses por uma família cristã adventista do 7º dia, segundo ele foi criado no “estilo babado”⁸. Durante a infância, já se identificava com brinquedos e vestimentas ditas do universo masculino. Na escola, “*sempre fui uma pessoa assim, que não parecia ter gênero, né?*”, por conta disso, não ia ao banheiro na escola e, por vezes, tinha infecção urinária. Sua adolescência foi um período atravessado por muito sofrimento emocional, devido ao aparecimento dos sinais da puberdade:

Chorei muito quando eu menstruei pela primeira vez, chorei muito porque eu não queria aquilo, né? Quando eu notei que meus seios estavam nascendo, não queria isso para mim. Então todo esse tempo foi uma adolescência meio problemática.

Engravidou aos 22 anos, nesta época ainda não se reconhecia como uma pessoa trans, apesar de já ter pesquisado sobre e ter compartilhado seu interesse em transicionar com uma ex-namorada. Sua gravidez aconteceu sem planejamento, de uma única relação sexual, resultante de um breve relacionamento. Desde a concepção de sua filha, reconhece grandes mudanças associadas a gravidez e a conseqüente chegada de sua filha.

Após o nascimento da filha, João relata uma trajetória solitária ao lado da sua filha, sua rede de apoio era formada basicamente pela mãe, que em função da religião o deixava em uma condição psicológica bastante fragilizada pelo não reconhecimento identitário, a prática de microagressões por parte da família e a exigência de compromissos religiosos.

Minha família me ajudou bastante do lado da minha mãe. Mas assim é aquela ajuda. Não estou te ajudando, é pra sua filha, mas você vai ter que ser da igreja, sabe? Então é algo assim que eu não entrei pra Igreja. Eu não conseguia assimilar.

⁸ Refere-se cuidado no estilo babado fazendo alusão ao uso de vestimentas e adereços ditos femininos laços, vestidos com frufus e babados comumente usados por crianças com o gênero feminino atribuído no nascimento

Durante o primeiro ano de sua filha, se sentia extenuado pela rotina de cuidados com a filha, quando traz à tona o alívio sentido, quando sofreu uma queimadura grave no braço, em decorrência de um acidente doméstico e precisou ficar internado:

Quando eu tive essa queimadura, juro por Deus, foi um alívio eu ter me queimado e ficar no hospital um dia. Te juro. A minha mãe foi lá fazer um escândalo que não queria que eu ficasse internado. Cara, eu estava muito cansado, não dormia, acordava a cada 40 minutos, na época eu não entendia que ela tinha sensibilidade auditiva. Não entendi o porquê que ela chorava tanto (se referindo ao quadro de autismo da filha diagnosticado posteriormente em 2022).

Conheceu a parceira quando a filha tinha um ano, reconhece que ela foi a pessoa que lhe impulsionou a iniciar a transição, contudo refere grande dificuldade ao lidar com a não aceitação da família, chegando, por muitas vezes a questionar sua própria identidade, mas que encontra a legitimidade da sua parentalidade, em consonância com sua identidade trans, através da sua filha:

Então é algo assim que quebra a cabeça de qualquer ser humano, isso ultimamente, tem me colocado assim, até duvidar de mim, sabe de quem eu sou, então isso é bem, bem tenso (choro intenso). Já a minha filha, que era pra ser um negócio assim, que desperta a maternidade, que faz você se sentir mais mulher, pelo sexo biológico, a minha filha faz eu me sentir um homem em todos os sentidos, quando diz esse é o meu pai, é o meu herói.

Relata que é reconhecido como pai de sua filha, nos ambientes sociais, é valorizado por cuidar de uma criança com diagnóstico de TEA, mas chega a ser questionado, quando necessita apresentar seu registro geral ainda não retificado, por receio de perder o benefício concedido pelo Estado, isso representa um grande desafio em seu exercício parental.

Como estratégia de enfrentamento se distanciou de todas as pessoas que não reconhecem sua identidade, se tornou mais frio e distante emocionalmente, rompendo vínculos, com familiares com exceção da mãe com a qual afirma ter uma dependência emocional. Por outro lado, se vê cada dia mais conectado à sua filha, e isso só melhorou após o início da sua transição: “*Então eu tenho mais é que lutar por ela mesmo. Eu precisava melhorar para mudar. Vim aqui no PAM e hoje a nossa conexão é mais forte ainda*”.

Ao adotar o distanciamento de todas as pessoas que não reconhecem sua identidade como uma estratégia de enfrentamento, João relativiza sua luta por reconhecimento, muitas vezes ele não se dá conta de que mesmo sem militar suas ações e seus esforços associam a um processo de luta. A respeito disso Butler (2004) pontua que não somos identidades apartadas

desta luta por reconhecimento, mas que isso se manifesta por meio das trocas recíprocas, considerando o deslocamento de tais posições, considerando também os movimentos enquanto sujeitos, o que aproxima também enquanto comunidades, contudo requer que estejamos todos de maneiras diferentes neste mesmo processo de lutas.

4.1.2 “Pai é pai, independente de ser cis ou trans”

Por mais que você explique que você é o pai, pra quem tem a mente fechada, ele sempre vai te ver como uma mulher. Ser um pai trans, não acho que tem muita diferença e que não foram muito diferentes dos pais cis também (José, 29/08/2022).

José é um homem trans, não retificado, natural de Manaus, se declara pardo, quando da entrevista tinha 27 anos, possui superior incompleto em Radiologia, trabalha na loja da mãe e atualmente reside em sua cidade natal com o pai e a namorada, possui uma filha de 6 anos, que mora com a sua mãe e seu padrasto. Se define uma pessoa que é “8 ou 80”, se referindo à instabilidade emocional e impulsividade, e ainda mesmo sem reconhecer sua identidade trans antes da gravidez afirma que: “*Eu já era todo menininho, mas o fato de eu ser masculino, nunca afetou a minha vontade de querer ter um bebê. Nunca interferiu*”.

Sobre a gravidez afirma:

Foi uma decisão de nós duas, só que rolou umas tretinhas aí, e a criança ficou registrada só do meu nome e a outra pessoa também nunca fez questão de cuidar da criança. Durante a gravidez, ela ficava jogando na minha cara que essa criança ia ser só minha e tal.

A filha nasceu aos sete meses de gestação, recebeu suporte da parceira até o 2º mês da filha, quando rompeu a relação e voltou a morar no interior, cuidou da filha, até quando ela completou um ano, decidiu voltar a viver com a parceira no interior, contudo refere que sua mãe não permitiu que ele levasse a filha consigo e José cedeu por considerar que esta seria a melhor condição para sua filha. Após um ano e seis meses, rompeu novamente o relacionamento e retorna para a casa dos pais, acredita que em função de sua ausência, seus pais passam a ser reconhecidos como figuras de cuidado pela sua filha e afirma:

A mamãe sempre deixa claro que eu sou hoje em dia o pai dela. Mas eu não tenho proximidade e autonomia na criação da criança, desde que deixei ela aos cuidados dela. Quando eu voltei, a neném já não me via como aquela figura

materna na época. Eu também já tinha mudado bastante, apesar de ainda não ter dado início a transição na época. Mas ela sempre foi muito ligada a mim. Ele me chama pelo nome mesmo. Ela sempre me chamou pelo meu nome mesmo. Antigamente, quando ela era bem bebezinha, me chamava de mamãe, mas aí eu fui cortando também porque me incomodava bastante ser chamada de mamãe. Na época, ela me chama pelo nome de registro, até hoje, mas hoje em dia, ela já varia entre Katia e José. Está acostumando, mas se refere a mim me tratando no masculino somente.

A partir dessa fala é possível analisar diferentes elementos relacionados à transição na relação entre José e sua filha. A começar pela mudança significativa no vínculo e na dinâmica entre eles quando sua filha ficou aos cuidados da mãe, destaca o quanto o tornar-se pai se constrói a partir de elementos contidos na relação propriamente dita entre os filhos como destaca Houzel (2004), ao estabelecer este vínculo a partir três aspetos distintos “exercício, experiência e prática”. Com efeito, podemos referendar que os elementos mais comprometidos neste processo são a experiência e a prática que ficaram, com a partida de José sob responsabilidade da avó.

Ainda é possível associar o “exercício” à identidade parental de José na relação com sua filha, já que tal elemento diz respeito à autoridade parental, contudo Houzel (2004) destaca que a parentalidade não se resume a este. De tal maneira que podemos observar a partir da dinâmica de José que este ainda é referendado em seu papel parental por outros parentes, agora com a transição como pai não mais como mãe, como desejado por José que se sente apoiado por sua família neste processo de ressignificação de sua identidade e por conseguinte no seu exercício parental.

Esses aspectos podem refletir um estudo mais amplo sobre a transição de gênero e como ela afeta os relacionamentos familiares. É interessante observar como a evolução da relação entre pai e filha transcende as funções tradicionais de pai e mãe, enfatizando a importância da identidade pessoal e do reconhecimento dela por parte dos membros da família.

Após reconhecer sua própria identidade, José se sente acolhido pela família, que lida com o processo com muita naturalidade, reconhecendo seu papel parental agora como pai, contudo, observa que na sociedade o exercício parental de pessoas trans é tratado com preconceito e no geral o papel parental não é reconhecido de acordo com o caráter identitário, prevalecendo sobre este o aspecto biológico:

No geral, as pessoas não entendem, por mais que você explique que você é o pai, pra quem tem a mente fechada, ele sempre vai te ver como uma mulher. [...] a mãe sempre vai ser a mãe e o pai, o pai.

A situação descrita destaca um problema real enfrentado por muitas pessoas trans na sociedade atual: o desafio de ser reconhecido e respeitado em seus papéis parentais. O comentário sobre "pra quem tem a mente fechada, ele sempre vai te ver como uma mulher" reflete uma atitude preconceituosa e limitada, que ignora a identidade de gênero da pessoa trans e coloca uma ênfase excessiva no aspecto biológico.

José apesar de ter consciência de seu papel enquanto agente social, reconhece os atravessamentos decorrentes do modelo “padrão” de família estabelecido socialmente ao recordar de uma cena vivenciada com sua família:

Estávamos só eu, a minha parceira e as duas meninas, como modelinho, de família, sabe?! Isso foi muito bom e muito difícil, porque foi único.

Ao refletir sobre seu futuro, José afirma que tem o desejo de estar mais próximo de sua filha, e acredita na construção de uma nova parentalidade onde um homem trans seja reconhecido como uma pessoa capaz de gestar e criar sem sofrer julgamentos ou preconceitos, *“Traduzir na cabecinha dela, que sou a pessoa que gerou ela, mesmo tendo essa aparência masculina.”*

As falas de José destacam o campo de tensão na compreensão das instituições das forças que operam sobre gênero e família, de um lado busca a conformidade ao se sentir confortável ao espelhar o modelo de família hegemônico, e por outro lado rompe com o padrão cisnormativo através da sua experiência parental, ao afirmar que homens também podem gestar e parir, trazendo a dinâmica parental de homens trans constituída numa arena *“entre a transgressão e o pertencimento que, ao mesmo tempo, fissa e reafirma a cisheteronorma”* (TRAJANO, 2019, p. 154).

4.1.3 “Sair dessa vida. Remando contra a maré”

Eu tive que ser Pai e Mãe [...] De uns tempos para cá, eu comecei a pensar diferente, sobre essa vida de homem trans, [...], pensando mais em Deus, pensando assim em sair dessa vida e voltar para a igreja [...] mas não é tão fácil assim. É tipo, assim como se estivesse remando contra a maré. E eu gostando agora de mulher e eu querendo ir ao mesmo tempo querer sair dessa situação.

Contatei Igor para participar da entrevista no dia 29/08/2022, e depois disso, foram várias tentativas até que a primeira entrevista fosse realizada no dia 04/10/2022 em formato virtual. Após transcrição, senti a necessidade de aprofundar algumas questões e realizamos uma outra entrevista também em formato virtual no dia 08/02/2023.

Jorge se reconhece como um homem trans há cinco anos, possui 37 anos, é o sexto filho de um total de sete, reside atualmente em casa própria, com a parceira, o filho e dois enteados, é simples, de poucas palavras, extremamente discreto e muito trabalhador. Em sua história de vida sempre gostou de se sentir livre e independente, contudo, em muitos momentos não se sente à vontade para compartilhar suas opiniões e interesses com família e nem mesmo entre amigos da comunidade LGBTQIA+, com receio de sofrer críticas.

Saiu de casa aos 17 anos para morar sozinho e ter sua independência, segundo os mesmos seus interesses eram: *“Na verdade, eu queria ser livre, meu negócio era jogar bola, sair para festa e estar com os colegas.* Refere que antes mesmo da gravidez, questionava seus interesses sexuais por mulheres:

Antes de ter meu filho, né, eu pensava em sair dessa vida de curtir mulher. Tive uma decepção e acabei ficando com homem pra ver se eu tentava sair dessa vida de ficar com mulher e tentar ficar com homem, mas só que aí essa pessoa não queria nada sério. Eu tentei, mas assim pra falar a verdade, eu tentei, mas aí não deu certo. E aí eu continuei a ficar com mulher.

Jorge engravidou de maneira não planejada aos 19 anos, em uma relação causal e sobre a gravidez acrescenta: *Foi um pouco desconfortável, eu não me senti bem, né. Não queria na verdade, nesse tempo.* Referindo-se ao mesmo período da gravidez, revela seu desconhecimento e formas em que lidava com sua identidade de gênero:

Nesse tempo eu tinha uma indecisão sobre a minha identidade e eu não tinha ainda uma percepção clara sobre essas coisas. Falando sobre transexualidade, a coisa era nova e as coisas, foram acontecendo e aí eu não pensava assim que eu ia mudar tanto.

A chegada do filho implicou em muitas mudanças, principalmente em relação a responsabilidade agora associada ao cuidado dos seu filho:

Depois que veio meu filho, aí que as coisas começaram a mudar, tive que me resguardar, cuidar dele, me preocupar com outras coisas, passei a ter mais responsabilidade...Eu tive que ser mãe e pai, na verdade, porque eu tive que me virar. Tive que dar meu jeito, entendeu?

Jorge criou o filho sozinho, contou com a ajuda da mãe e suas irmãs nos primeiros cuidados, registrou seu filho, com seu nome de registro juntamente com o padrinho do seu filho. Hoje, seu filho com 17 anos lhe chama de “mãe”, considera-se respeitado pelo filho, sendo questionado pelo mesmo em relação ao cabelo curto: “[...] *o meu filho fala é assim sobre a questão do cabelo. Ele fala, por que tu não deixa crescer?*”. A família se refere ao mesmo por meio de pronomes femininos e nome de registro, afirma não se sentir incomodado, chegando inclusive a questionar o posicionamento de outras pessoas trans, ao confrontarem as pessoas diante da mesma circunstância:

Ele me chama de mãe, então eu entendo, até questões da minha família, me chama de mana, tá tudo bem, não fico chateado. Eu não vou chegar lá e dizer que quero que me chame de Jorge, eu entendo, até porque minha família é evangélica, E assim eu não cobro deles, me chama assim me chama de fulano...Eu vejo que muitos trans se incomodam, ficam com raiva e quer porque quer, que chame pelo nome social. Eu não tenho muito problema quanto a isso não. Então assim eu respeito o lado deles, é que não estão acostumados, não me incomoda nada.

Jorge nunca se sentiu à vontade para conversar sobre sua identidade de gênero e sexualidade com a sua família, por conta da religião da família, se recordando inclusive de uma situação ainda, antes da transição em que precisava fazer ajustes na sua rotina para conseguir se expressar de maneira masculina, quando ainda morava com a família:

Até porque assim, minha família é evangélica, então pra mim era meio complicado assim me assumir, porque assim eu não podia me revelar ali, sabe? Vestir a roupa que eu visto hoje em dia, porque eu tinha medo, deles descobrirem, né, e eu também não falava nada do que eu gostava, mas assim sabia que era diferente, não era que nem uma mulher feminina, que se maquia, que gosta de coisas de mulheres, assim ninguém me perguntava, e eu também não falava. Então assim, pra me sentir à vontade com a pessoa que eu estava me relacionando, eu tinha que pegar minha roupa masculina e levar para a casa dela me arrumar lá, era assim.

O início da transição para Jorge é vinculado ao início do acompanhamento no Ambulatório de Diversidade e Gênero, em outubro de 2018, relata se sentir satisfeito com as mudanças corporais alcançadas até aqui e percebe o quanto o fazem se sentir bem e realizado, contudo Jorge reconhece que se sentia mais encorajado e motivado, no início da transição, quando estava determinado a cumprir outras modificações, inclusive a retirada das mamas. Contudo foi percebendo que a manutenção do acompanhamento e progresso da transição foi se

tornando inviável, em função da burocracia para realização das cirurgias, conflitos com seu horário de trabalho e o aumento abusivo do preço dos hormônios.

Diante da percepção frustrada sobre a continuidade de sua transição, Jorge acredita que seu desinteresse em dar continuidade a transição aconteceu como uma resposta de Deus pelas orações de sua família e representa algo que contraria as vontades de Deus. O cumprimento do padrão cisheteronormativo parece ser a única condição possível para si, juntamente com a possibilidade de alcançar a promessa de salvação como fruto da oração, satisfazer as expectativas anunciadas pela sua família cristã, e o resgate de sua conexão com a mesma por meio da religião.

Eu não vou fazer isso (se referindo a mastectomia), sabe da minha cabeça assim, hoje em dia isso representa estar contra Deus, eu não vou fazer isso. Eu, assim, não estou seguindo nenhuma religião. Mas um tempo atrás eu frequentei a igreja, frequentei durante uns 2 anos a Universal. A minha mãe era da universal. Os meus irmãos também frequentaram a universal. Então, eu também frequentei e é por isso que eu tenho essa coisa comigo, sabe?

Jorge é uma pessoa bem tímida e reservada, traz em muitos momentos o medo em sofrer preconceito por parte de outros homens trans ao emitir suas opiniões contrárias ao grupo, questiona a performatividade das identidades almeçadas por outros homens, ao mesmo tempo que considera isso um sonho para si:

Questão de Deus, questão de sei lá, assim, pensar diferente, dos homens trans na verdade. Porque hoje em dia um homem trans assim quer mudar, quer tirar o seio, quer modificar isso, modificar aquilo, o corpo, quer ficar com músculo e tal. E hoje em dia, eu não penso muito nisso, acho que aí seria um sonho, né?

Relata que na maior parte das vezes é reconhecido nos espaços sociais como pai de seu filho, em função de sua passabilidade. Em alguns momentos por conta do nome presente no registro se sente constrangido e incomodado, mas prefere não se confrontar, por medo de sofrer alguma retaliação ou ser violentado de alguma forma

Durante toda a narrativa de sua história de sua vida traz consigo, a forte interferência dos dogmas religiosos atuando ora como mecanismo de alívio, em outro momento como forma de controle e também como punição. Associa a desistência em continuar as modificações corporais e a perspectiva de não mais transicionar ou destransicionar ao poder de Deus sobre sua vida, atribuindo todas as condições existentes em sua vida, inclusive as boas ao poder

divino. Entende que sua identidade trans é um erro, associado a uma questão espiritual que precisa de libertação:

Daniela: Você acha que ser um homem trans é um erro?

Jorge: É um erro, é aos olhos de Deus, sim.

Daniela: E no teu íntimo, o que você sente?

Jorge: Posso dizer sim também. E apesar de eu saber, de ouvir dessa maneira a dor de Deus, eu também acho que não é uma coisa tão fácil assim. Eu vejo isso, é uma coisa espiritual

Considera seu desejo de voltar a frequentar a Igreja para isso seria preciso “deixar essa vida”, contudo reconhece que não é um processo fácil:

Porque pra querer eu tenho que ir atrás, mas não é tão fácil assim. É tipo, assim como se estivesse remando contra a maré. E eu gostando agora de mulher e eu querendo ir ao mesmo tempo querer sair dessa situação.

Ao refletir sobre seu futuro espera que tudo se cumpra, conforme os planos de Deus, pretende melhorar e isso desta vez seria possível pela maturidade, não espera ser reconhecido como pai de seu filho e pretende deixar de se envolver com mulheres, como recompensa acredita que será abençoado pelos bens materiais, como vem conquistando ao longo destes últimos dois anos em que conseguiu comprar a casa, arranjar emprego e comprar uma moto.

Ao afirmar o desejo de “Sair dessa vida” Jorge reflete o lugar de abjeção (BUTLER, 2003) ao qual sua experiência trans foi sujeitada, e “Remando contra maré” expressa a força dos discursos religiosos que operam sobre sua vida ao situá-las sobre o gênero e sexualidade dentro da cisnormatividade que conforme Vergueiro (2014), se ancora em aspectos ideológicos discursivos naturalizantes, vinculado a uma condição da criação e de caráter permanente, ainda como reflexo projeto colonialista⁹. De toda forma, ainda que busque a conformidade com os discursos hegemônicos, Jorge ainda que involuntariamente destaca o papel transitório das identidades ao demonstrar interesses por mudança em seu futuro.

4.1.4 “Sou mãe e pai, e é isso!” sentidos

Então eu percebo uns olhares quando falo o meu nome de registro, o pessoal fica olhando assim. Aí eu pego ele, e já penso no que vou falar. E eu pego

⁹ A colonialidade relacionado ao gênero destaca como as vivências trans são colonizadas em sua aceção mais ampla, considerando um sistema de opressão que atuam sobre as identidades de gênero não normativas através discurso patologizante, o poder de extermínio ensejado as populações, e a concepção dos corpos a partir do padrão biomédico (RAMÍREZ, 2014).

assim, e falo eh isso eu sou a mãe e o pai dele, e pronto!!! Pra não vir falar assim e questionar qualquer coisa, então falo: sou mãe e pai e é isso.

Jonas é um homem trans, tem 30 anos, autodeclara-se pardo, franzino, recebe Bolsa Família e complementa sua renda trabalhando informalmente como cuidador de idosos, mora com o filho em casa alugada pelo padrasto do seu filho. Em sua história de vida foi submetido a situações de violência e hostilidade, traz consigo um grande amor pelo seu filho e demonstra-se muito comprometido com o que pensa sobre si, sua identidade e sua parentalidade. A mãe morreu quando tinha por volta de 5 anos, o pai que o visitava esporadicamente, não apareceu mais, após a morte da sua mãe, afirma possuir outros irmãos por parte de pai, mas não os conhece. Foi criado por uma vizinha a quem reconhecia como avó, atualmente sua única referência de família é uma amiga que reconhece como sua irmã e que também é madrinha do seu filho. Relatou dificuldades de aprendizagem na Escola chegando a sair da escola na 6ª série aos 17 anos, voltou a estudar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), durante a adolescência chegou a viver em condição de rua, trabalhando como catador, na mesma época viveu maritalmente com uma parceira que veio a falecer quando Jonas estava com 22 anos, sua perda repentina, lhe trouxe pejuízos à saúde mental, chegando a tentar suicídio por 5 vezes, e confessa que ainda sente sua perda até os dias de hoje.

Engravidou aos 26 anos, de forma não planejada e não desejada, atravessou um período muito difícil durante a gravidez sendo bastante hostilizado com críticas, que o fizeram pensar em abortar.

Após pesquisas na internet, Jonas se conecta com as histórias de homens grávidos e decide manter a gravidez e criar seu filho, mesmo sem reconhecer sua identidade trans, ele se apropria desta identidade: [...] *já tinha visto muitos vídeos de homens que também engravidaram, então na minha mente isso é normal então, sou um homem que está grávido*". Quando engravidou morava com o genitor do seu filho, tinha a pretensão de permanecer "casado" com o parceiro, para ter suporte às suas necessidades básicas de subsistência, contudo, após o nascimento do filho, o parceiro começou a questionar que o filho não parecia consigo, isso motivou sua saída da casa do ex-parceiro, passou a morar "na casa de um e de outro", ou na rua com seu filho, costumava pagar alguém para ficar com seu filho enquanto trabalhava como catador.

A situação financeira se tornou o grande desafio da parentalidade para Jonas. Associa a figura paterna do seu filho ao genitor e ao padrasto e não se considera neste papel: "Eu falo com ele, que ele tem dois pais, um que fez ele, e tem o que criou ele."

Sobre o seu papel parental é reconhecido como mãe pelo seu filho, isso não lhe incomoda, apesar de desejar que seu filho o reconheça como pai, mas acredita que seu filho ainda seja muito novo para ter esse entendimento: *“Apesar de desejar que ele me chamasse de pai, mas eu espero o momento dele. Quando tiver a idade certa eu converso com ele, aí vai depender dele, mas se ele quiser me chamar de mamãe o resto da vida, vai ser o meu nome”*.

Jonas relata que, no geral, sua experiência parental é reconhecida socialmente de acordo com a sua identidade de gênero, mas que sofre questionamentos frequentes, em função das diferentes circunstâncias. Quando está só geralmente é questionado “cadê a mãe dele?”, ao estar acompanhado da parceira, a mesma é percebida como a mãe e por consequência ele como pai, já na companhia do padrasto do filho, lida com olhares e acredita que *“eles pensavam que eram dois gays e uma criança”*. Contudo, a situação mais incômoda acontece quando precisa apresentar seu documento de registro, e seu nome civil é anunciado e em seguida questionado. Jonas se sentia muito mobilizado emocionalmente diante destas situações, hoje relata que confronta as pessoas nestas circunstâncias, através do seguinte argumento: *“Para não vir falar assim e questionar qualquer coisa, então falo: sou mãe e pai e é isso.”*

Sobre sua identidade de gênero afirma que:

Sempre me chamaram no masculino. Sempre, acho que desde os 9 anos sempre usei roupas masculinas. [...] Então quando me chamavam de Jonas, assim mesmo na brincadeira, eu percebi que eu comecei a gostar, então é assim que eu vou me chamar, um dia, eu troco. Foi o tempo que pesquisei, teve aquela novela da noite. Aí eu comecei a assistir, aí comecei a me interessar por lá, tá?

Traz como referência o início da transição associada a sua vinda ao ambulatório em 2021, o qual tomou conhecimento também por meio da internet. Relata que sua procura ao serviço aconteceu mais tardiamente do que em comparação a outros homens trans, e justifica:

Acho que foi mais por causa do meu filho. Deixei assim que ele crescesse mais um pouco, para poder também entender, que ele já está entendendo, para que à medida que eu fosse evoluindo, ele ia evoluindo junto comigo, para ter como eu explicar pra ele. Antes ele era muito novo, para eu tá fazendo isso, muito pequeno, então eu deixei ele crescer mais um pouco, para ele conseguir estar comigo e entender um pouco.

Sobre seu papel parental e sua identidade reconhece que foi necessário se afastar de algumas pessoas que manifestaram críticas e eram hostis consigo, passando a confrontar

qualquer prática de violência dirigida a si e “não dar ouvidos a tudo que ouvia dos outros sobre si:

[...] isso me magoava, mexia muito comigo a maneira que me chamavam e comecei a me questionar inclusive se era isso mesmo que eu estava a fazer era o que eu de fato queria. Nossa!!! Daí eu peguei e comecei a ver vídeos, fazer pesquisas e falei não, não vou ceder, até porque isso tá acabando comigo. Se eu tô falando que eu sou assim é porque eu sou assim, eu me aceito assim, a pessoa aceitando ou não isso não é problema meu, eu me aceitando é o que importa.

Jonas elabora sua identidade de gênero e o exercício parental, a partir de constructos presentes nas mídias, isso lhe permite elaborar estratégias de confrontos que lhe asseguram uma resistência diante da hostilidade e agressividades que são a ele direcionados. Ávila e Grossi (2013) destacam esse processo de identificação a partir de influenciadores que compartilhem sua rotina e processo de transição por meio de canais de internet como algo muito comum associado a história de pessoas transmasculinas no Brasil e destacam o quanto esta dinâmica se relacionam às tecnologias de gênero de Lauretis (1994) ao incluir tais discursos a partir de suas significações sociais e produzir, promover e “implantar” representações de gênero a partir de tais reflexões realizadas por Jonas no campo da pesquisa.

4.1.5 Filhos para sempre

Eu acho que o mais difícil foi eu ter 17 anos e ter perdido a pessoa que eu achava que seria para sempre, né? Porque eu amava. E saber que era para sempre, não dá para dizer que aí eu vou cuidar dele pelos 3 anos, 5 anos, mas vai passar tudo, vai voltar ao normal e eu vou seguir minha vida, não é para sempre.

Joaquim tem 27 anos, se autodeclara pardo, estuda Arquitetura e Urbanismo, é o filho do meio, mora com os pais e o filho. Se reconhece uma pessoa muito amiga, dependente dos pais, com interesses voltados para o estudo e deseja trabalhar.

Se reconhece como um homem trans, relata que desde a infância se identifica com a expressão de gênero masculina, sentia-se como um “palhaço” ao ter que usar vestidos e outros adereços “femininos”, para satisfazer as expectativas de seus pais, e que sempre foi incômodo ouvir a fala orgulhosa da mãe: “eu tive dois meninos e uma menina”. Sobre sua sexualidade, por volta dos sete anos passou a perceber seu interesse por meninas, começou a se questionar sobre sua identidade de gênero ainda no Ensino Fundamental, quando passou a ser chamado

pelos colegas de “menina macho”, “machuda”, “machona”. Refere que ao mesmo tempo que se sentia hostilizado, gostava de ser referendado pelo masculino e justifica: “[...] *na minha cabeça, eu sabia que eu não era menina, eu queria ser o menino*”.

De fato, se reconhecia como um menino e a identidade trans veio à tona com os primeiros sinais de puberdade: “*Foi aí no médio que eu percebi que eu não era porque foi quando começa a ter o corpo de mocinha, começa a vir, a menstruação, começa a crescer os seios. Tu é doido é?*”. Refere que a puberdade foi um período bastante desafiador e que por volta dos 15 anos ao assistir a história de Tarso Brant¹⁰ na TV, se identifica com sua história e passa a se reconhecer como um homem trans.

Sua identidade de gênero é de conhecimento de algumas pessoas mais próximas como a noiva e os irmãos, mas nunca se sentiu à vontade para compartilhar sobre com seus pais, isso porque aos 16 anos teve sua sexualidade exposta por uma tia e foi expulso de casa pelo pai, passando a residir com a avó, retornando para casa, após prejuízos nos estudos e envolvimento com drogas.

Justifica que não deu seguimento a transição porque logo em seguida engravidou aos 17 anos: “*Acho que foi por conta de que, logo depois que veio a gravidez, veio tudo. Eu não tinha como ter na minha cabeça, eu não tinha como ter um filho e dizer que eu era homem.*”

A gravidez não foi planejada, nem desejada, aconteceu após uma única relação sexual, motivada pelo consumo excessivo de álcool e traição da namorada com seu amigo. A gravidez foi recebida com muita apreensão e medo, decidiu em acordo com o genitor do seu filho que não teriam o filho e que, mas ninguém saberia da gravidez, contudo compartilhou toda a situação com a mãe que o encorajou a manter a gravidez: “*E até hoje eu guardo o teste de gravidez de farmácia e o remédio que eu não tomei, numa latinha lá dentro do guarda-roupa*”.

Contrariando as suas expectativas, o pai recebeu a notícia da gravidez com certa incredulidade, mas também com sentimento de alívio, para o mesmo a gravidez de Joaquim era sua “salvação”: “*Ai tu não gostas de mulher, então vai dar tudo certo*”. Já no seu entorno recebeu críticas pela gravidez, que contrastava com sua expressão de gênero: “*Que diabo de machuda é tu? Para os demais era isso. Tu não gostava de homem, que diabo de machuda é tu?*”

¹⁰ Tarso Brandt é um ator e modelo trans brasileiro, ficou popularmente conhecido ao aparecer publicamente em programas de TV, quando ainda era chamado de o Teresa, fazendo alusão à identidade em trânsito. Contribuiu para elaboração da vivência da descoberta de identidade da personagem da novela inicialmente chamada Ivana, que durante o enredo da novela passou pela transição passando a se chamar Ivan. A novela teve grande repercussão em todo o Brasil, a partir deste personagem as identidades foram anunciadas publicamente em todo o território brasileiro.

No pré-natal foi acompanhado pelo genitor do seu filho, Joaquim simulou uma viagem para o interior a fim de esconder a gravidez da sua namorada e seus colegas da Escola, e lamentou sua condição: *“Acabou o ano letivo, eles passaram aí no caso, terminaram o ensino médio. E eu estava ali com o filho, na barriga”*.

Joaquim criou seu filho sozinho, e contou com ajuda de seus pais. O genitor do seu filho sumiu quando seu filho tinha por volta de 1 ano, após manifestar que não tinha interesse em ter uma relação conjugal com o mesmo. Sobre os desafios da parentalidade, Joaquim relata a dificuldade em prover o sustento, ter abdicado de sua vida para permanecer ao lado do filho e lidar com algo inesperado que não desejava para sua vida:

Já deixei de fazer muita coisa por causa dele. No caso de trabalhar, de me divertir, de fazer qualquer coisa. Não por causa dele, mas para ficar com ele, não tem esse negócio de ah só teve filho para os teus pais criarem. [...] Eu acho que o mais difícil foi eu ter 17 anos e ter perdido a pessoa que eu achava que seria para sempre, porque eu amava. E saber que era para sempre, não dá para dizer que eu vou cuidar dele pelos três anos, cinco anos, mas vai passar tudo, vai voltar ao normal e eu vou seguir minha vida, não é para sempre. Sempre.

Quando o filho completou 2 anos descobriu o diagnóstico de TEA, desde então passou a ter uma rotina exaustiva de cuidados com o filho. Tem uma forte conexão com o filho desde o seu nascimento e é extremamente comprometido com as suas terapias. Passou quase dois anos sem residir com seu filho, passando a visitá-lo duas vezes por semana. Saiu da casa dos pais, após ter sido agredido pelo pai, nesse período morou na casa de amigos e desenvolveu dependência química de “drogas pesadas”, voltando a residir com os pais, após sofrer um acidente de moto. Hoje afirma que está há quatro anos sem fazer uso de substâncias ilícitas, mas que teve grande dificuldade para interromper o uso, e que isso foi possível com o apoio da noiva e o desejo de retomar o cuidado integral do seu filho.

Relata que sua transição é recente, e traz como pontapé inicial o corte de cabelo em 2019, quando tinha 21 anos. Chegou ao ambulatório no ano passado estimulado pela namorada e pretende iniciar o uso de hormônios para crescimento da barba e pêlos, além disso pretende retirar as mamas.

Atualmente acompanha diariamente seu filho de nove anos na Escola, porque não há mediador em sua turma. Refere um certo embate com os pais que pretendem se mudar para o interior do estado e cogitam levar seu filho, contudo Joaquim ressalta que: *“Eu não vou deixar, na verdade. Porque ele é meu filho. Eu me anulei, eu estou me anulando faz 9 anos.*

Isso evidencia que sua parentalidade é marcada por muita abdicação sobre sua vida e seus interesses pessoais. Hoje refere que se percebe como uma pessoa em progresso, retomando seus interesses como dar continuidade à transição, concluir a faculdade e ter um negócio próprio e que apesar de todas as dificuldades com a gravidez e a parentalidade, faz questão de deixar registrado que: “**Ele é tudo o que eu tenho, e é a melhor coisa que já fiz**” (grifo nosso).

Ao pensar e seu futuro afirma:

Eu espero conseguir ser respeitado. Eu sou aquele que, eu não sei, eu só quero viver normal, no que eu acho que é normal, porque até finjo ser uma pessoa que eu não sou. As pessoas me conhecem, mas não conhecem o Joaquim. E não é nada difícil, cara, porque eu só vou mudar o físico. Eu não vou mudar a minha alma, o meu caráter ou a minha índole. É só o físico. É como eu mudei o cabelo, é como eu mudei a roupa, não tem nada demais e as pessoas não entendem isso. Em questão de perguntar, poder criar o meu filho, meu filho, me chamar de pai, andar com minha mulher na rua, ser visto como Joaquim.

Joaquim reivindica o direito de ter sua cidadania assegurada, e poder exercer o trânsito da mudança, considera que em essência sua identidade é expressa nas modificações corporais e que para além disso existem dimensões, que lhe representam mas que são impedidas de serem manifestadas, anseia por liberdade e que possa ser de verdade a partir do reconhecimento sobre si mesmo, destacando a força da experiência parental e a exaustão da prática e o quanto opera com significância sobre sua identidades e subjetividade como destaca Houzel (2004).

Até aqui se buscou descrever as características dos interlocutores das pesquisas, por meio de notas biográficas que expressam o desejo de reconhecimento do papel parental, a construção do aspecto subjetivo em constante movimento, as consequências emocionais e psicológicas implicadas na construção da relação com seus filhos e a compreensão de si ao pensar no futuro por meio das mudanças corporais que não afetam em si a sua essência. O resgate de fatos e memórias acerca da parentalidade e do processo de transição evidenciam, além dos aspectos autobiográficos, as lógicas de ação e resistência, que por meio da comparação e recorrência, indicam sentidos e significados elaborados para a construção identitária de pai trans. A seguir, apresenta-se categorias que emergiram por meio das notas biográficas dos interlocutores. Esses temas revelam os encontros e desencontros em suas histórias e experiências no exercício parental.

4.2 IDENTIDADES EM TRÂNSITO

A trajetória de vida dos participantes indica um processo de constantes transformações, a partir da compreensão e ressignificação de si mesmos, considerando os eixos: gênero e a

parentalidade. Neste sentido, este tema sugere a reflexão dos aspectos subjetivos mais relevantes para a constituição de suas identidades, e seu caráter dinâmico reconhecido pelos seus interlocutores.

Ainda que narrem o início da transição após a gravidez, a infância e adolescência dos interlocutores é percebida como um momento de angústia, desconforto e questionamentos dirigidos a sua própria sexualidade e gênero, ao qual foram submetidos, mesmo antes mesmo de nascer. A identidade trans passa a ser conformada, de acordo com os interlocutores, por meio da interação, por exemplo, nas redes sociais e personagens trans interpretados em novelas. Essa experiência no campo permite valer-se da proposta teórica de Teresa de Lauretis (1994), a partir da noção de tecnologias de gênero, em que ela destaca o modo como a mídia pode predizer o que é feminino ou masculino a partir das técnicas, procedimentos e práticas. A compreensão da própria identidade dos interlocutores se aproxima de significados, hábitos, disposições e associações na interação do seu próprio eu com o exterior, movimento este que baliza a construção identitária.

Neste mesmo bojo é possível ainda reconhecer nas falas de João, Joaquim e José quando narram em suas experiências o desconforto com o uso do binder, os estereótipos de características masculinas como o cabelo curto e a exigência de um corpo viril e musculoso associados noção de materialismo corporal de Preciado (2014), ao referir o uso de tecnologias para domesticação do corpo a fim de corresponder a identidades generificadas. Nessa direção, elementos associados à própria transição e a performance dos interlocutores, se forjam como uma dupla atuação na construção discursiva de gênero, aspecto destacado por Butler (2000; 2003), ao se referir a identidade subversiva que emerge em meio à resistência às estruturas de poder em sua dupla atuação na construção discursiva de gênero.

Para João, Jorge, Jonas e Joaquim a gravidez aconteceu de maneira inesperada e indesejada, apenas José, manifestava o interesse em ter filhos, apesar de referir que não engravidaria, caso tivesse refletido melhor sobre suas consequências. A gravidez é percebida com estranheza, medo, desconforto e fato gerador de conflitos sobre si, vida profissional, sexualidade e gênero. Tais sentidos atribuídos a condição de estar grávida, contrariam os planos de vida e remetem a um sentimento carregado de ambivalência ora traduzida em responsabilidade e em outro momento negação, conforme observamos nas falas de Jorge, Jonas e Joaquim:

Na verdade, eu queria ser livre. Eu não queria ter um filho nesse tempo. Não queria me prender na verdade a nada e nem a ninguém (Jorge, 13/09/2023).

Eu não queria ter filho, não tinha condições de ter filhos (Jonas, 23/12/2022).

Eu olhava pra minha barriga e dizia. Eu não quero esse filho (Joaquim, 11/04/2023).

As falas se traduzem na contrariedade de estar grávida, e o desejo em constituir-se enquanto pessoa masculina. A identidade estruturada pelos mecanismos que atribuem sentido a partir de performances, corpos e discursos hegemônicos produz com efeito a regulação de tais elementos que farão a composição da compreensão de si também no campo da subjetividade, a partir deste processo de gestar que expressa em uma única perspectiva de tornar-se mãe.

Movidos pela força do rigor do controle de seus corpos e o comprometimento de seus planos alheios à condição de ser mãe, Joaquim e Jonas cogitaram interromper a gravidez, mas decidiram prosseguir com a gestação, o primeiro após a mãe destacar os riscos decorrentes de um aborto, e o segundo ao se reconhecer como homem grávido, e afirmar que a gravidez não interfere na construção da sua masculinidade, muito pelo contrário, fortalece sua identidade masculina e reconhece em si a capacidade de conceber, gerar, gestar e parir.

Com base no discurso produzido por Jonas, Butler (2004) aponta uma ruptura no padrão identitário normatizado, a partir da construção da gestação associado a um processo de tornar-se mãe, como bem salientado pela autora, há neste aspecto um processo de desconstrução da identidade em que não se constitui com a quebra da construção política, nem tão pouco pela adaptação de leis e mecanismos subjacentes à norma, pois estas não acompanham o ritmo de tais mudanças, ao invés disso, esta estabelece enquanto políticos os próprios termos, neste caso aqui o corpo grávido de Jonas, pelos quais a identidade passa a ser articulada. Ressaltando, a partir disso, a transitoriedade das identidades e a elaboração das mesmas a partir do discurso seguido da construção de corpos que os representam ou que inauguram algo novo nesse processo de construir e desconstruir constante (WITTMANN, 2019).

Jonas observa ainda, como a identidade de homem trans e mãe coexistem, e encontram dentro das estruturas de saúde mecanismos que validam sua identidade conforme fatos vivenciados na maternidade onde foi realizado o parto do seu filho:

E o pessoal da maternidade, já me tratava, no masculino, chegava e perguntava: Cadê a mãe dele? E eu me respondia que sou a mãe dele muitas vezes pensavam que era minha irmã. Tiravam algumas brincadeiras que eu não ligava. Quando saí da maternidade, eles doaram algumas coisas pra mim, me deram bermuda, trouxeram blusa pra mim, deram roupa pro neném (Jonas, 23/12/2022).

O depoimento de Jonas apresenta uma perspectiva única em relação à gravidez e à construção de sua identidade masculina. Ele relata que, apesar de ser tratado no masculino na maternidade, algumas pessoas ainda o confundiam com a mãe do bebê. No entanto, Jonas não parece se incomodar com essas confusões e brincadeiras, demonstrando uma atitude de resiliência em relação às expectativas de gênero tradicionais.

Esse sentimento de empoderamento e conexão com sua masculinidade durante a gravidez é algo pessoal e pode variar de acordo com as experiências e percepções de cada indivíduo. É importante reconhecer que a experiência de gravidez como homem trans é multifacetada e pode ser vivenciada de maneiras diversas. Algumas pessoas podem encontrar um senso de congruência com sua identidade de gênero ao passar por esse processo, enquanto outras podem enfrentar desafios emocionais e conflitos internos.

No contexto do depoimento de Jonas, é interessante notar a atitude inclusiva e respeitosa da equipe da maternidade ao tratá-lo no masculino, mesmo que ocorram confusões e brincadeiras. Esse tipo de abordagem é fundamental para garantir que os indivíduos trans sejam respeitados em suas identidades e experiências de gênero, criando um ambiente acolhedor e inclusivo.

A compreensão de Jonas acerca do seu corpo grávido compreende uma subversão à norma, corroborando com Butler (2013) ao afirmar que “O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado “natural”, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais” (p. 139).

Contudo o aspecto identitário constitui-se a partir de negociação constantes entre o que é construído no campo social e é internalizado pelos sujeito na construção de si, de tal forma para os interlocutores a gravidez representou um aprisionamento ao corpo feminino, já que a gravidez não é compreendida como uma possibilidade de um corpo que expressa a masculinidade, a partir das normas cisheteronormativas (PINHO et al, 2020), conforme destaque no relato de Joaquim: “Na minha cabeça, eu não tinha como ter um filho e dizer que eu era homem”.

As formas de existência e a própria compreensão de si no contexto social implica segundo Butler (2001), do ponto de vista de nomeação e de uma dinâmica construtivista, que inaugura e demarca a própria existência das coisas, administrando os corpos, as existências, e as normas e formas e viver socialmente aceitáveis, excluindo as demais formas de existências por assim dizer não inteligíveis, por isso a compreensão de si mesmo, através da gravidez passa a ser questionada pelo próprio sujeito como faz Joaquim. A gravidez adiou os planos de dar

início à transição e a chegada dos filhos estabeleceu uma rotina exaustiva de cuidados dos filhos e de significativas mudanças, que causaram um forte impacto sobre as identidades masculinas reivindicadas, pois ensejou adaptações em suas ações e interesses, além de intensos sentimentos de culpa e impotência:

Quando a minha filha nasceu, nasceu outra pessoa também. Mas quando a gente tem um filho, é algo assim que muda sua cabeça. Você amadurece, você olha para frente assim, de uma outra maneira, tem uma nova perspectiva de vida. (João, 25/08/2022).

Teve um tempo que eu me sentia muito impotente, sabe que eu ficava me culpando por tudo isso. A culpa me impediu muito de acordar e tomar alguma atitude. (José, 13/09/2022).

Não tinha assim uma responsabilidade, passei a ter depois que eu tive meu filho. Aí já fui mudando e assim, questão de responsabilidade. (Jorge, 10/04/2022).

No começo eu fiquei muito instável, pensei inclusive em deixá-lo num orfanato. Foi muito muito pesado mesmo (Jonas, 23/12/2022).

A relação dos interlocutores com sua identidade quando da chegada dos filhos implica na intensa transformação da perspectiva sobre futuro e realidade, João menciona que quando sua filha nasceu, uma nova pessoa também nasceu dentro dele. Isso sugere uma mudança profunda em sua identidade e perspectiva de vida como resultado da paternidade. A parentalidade muitas vezes desencadeia uma nova compreensão do mundo e a necessidade de amadurecer para enfrentar as responsabilidades que acompanham a criação de um filho.

Em contrapartida, José expressa sentir-se impotente e culpado em relação à situação. Essa reação é compreensível, considerando que cada indivíduo vivencia emoções diferentes ao lidar com desafios e mudanças significativas em suas vidas. Sentimento de culpa pode surgir devido a expectativas sociais, medo do julgamento ou dúvidas sobre a capacidade de ser um bom pai.

No depoimento de Jorge, ele destaca a mudança de perspectiva e a crescente responsabilidade que sentiu após ter seu filho. A paternidade muitas vezes traz consigo uma maior consciência das obrigações e um senso de responsabilidade ampliado. É comum que os pais passem por uma transformação emocional e se tornem mais comprometidos com o bem-estar e o desenvolvimento de seus filhos.

Por fim, Jonas revela ter passado por momentos difíceis e ter considerado deixar seu filho em um orfanato, ilustrando os desafios emocionais enfrentados por alguns pais,

independentemente de sua identidade de gênero. A chegada de um filho pode ser um evento profundamente perturbador e desestabilizador para qualquer pessoa. É essencial que pais em situações semelhantes busquem apoio emocional adequado para lidar com seus sentimentos e tomar decisões responsáveis em relação à parentalidade.

Como já identificado por Pamela Pereira (2021) em sua pesquisa, “[...] a questão reprodutiva lhes parecia secundária diante do conflito maior que era a significação de si em termos de sexo-gênero” (p. 111). Butler (2003), destaca o gênero como importante balizador das identidades, salientando que dentro das estruturas sociais de poder, vinculada à concepção essencialmente biológica do gênero, produzem equivocadamente um corpo materno feminino exclusivamente destinado a reprodução e cuidado, denunciando através dos relatos a heterossexualidade compulsória e as estratégias para deixar estável a relação dos participantes da pesquisa com sua genitália.

Com efeito, as identidades resultam de um conjunto de práticas discursivas, que são compreendidas, a partir de um processo de significações que os tornam inteligíveis, a partir da repetição de atos performáticos que se articulem ao gênero, e que se materializa através dos corpos. Para além disso, produzem exigências discursivas aos participantes como ser uma boa mãe, de ser responsável, de garantir a formação de cidadãos atribuídos de valores morais, tal peso se articula às mudanças comportamentais e consequências psicológicas e emocionais ocorridas quando da chegada dos filhos.

A respeito de suas identidades trans masculinas, os participantes narram a dificuldade de aceitação no núcleo familiar e o desconhecimento de tais identidades, e por consequência a ausência de inteligibilidade por parte da população em geral. Diante deste cenário, os participantes relatam angústia, sofrimento e frustração e como mecanismo de ajustamento se usam de estratégias como a passabilidade, o desejo de não ser visto ou reconhecido e a busca pela aceleração das mudanças corporais seja por uso de hormônios, uso de técnicas e outras intervenções cirúrgicas que contribua para leitura social que coaduna com a sua identidade reivindicada.

No campo social, as identidades são nomeadas tomando como referência, o lugar em que sujeito se localiza, a partir de concepções sexo, gênero, raça e outras categorias hierarquizados pela estrutura de poder. De tal forma, a identidade trata-se de um processo de devir sem fim, de maneira que não há identidade social sem sujeição, e a partir disso, “[...] as identidades são assumidas através do repúdio, da culpa, e da perda, e é impossível fugir das estruturas de poder nas quais a formação-de-sujeito se dá ou transcendê-las” (SALIH, 2015, p. 165).

Os participantes expressam a relação de sua identidade, através de acessórios como binder e outras mudanças corporais para cumprir os critérios que validam a identidade de gênero, mas que não se reconhecem em sua totalidade, reforçando o quanto estão subordinados aos mecanismos de controle sexual e de gênero e o quanto essas barreiras interferem na sua espontaneidade e o desejo ser naturalmente.

Acredito que eu sou uma pessoa que quero viver coisas, mas tenho vergonha de viver, sabe? Tipo de mostrar quem eu sou de verdade (João, 25/08/2022).

*É nada difícil, cara, porque eu só vou mudar o físico. **Eu não vou mudar a minha alma, o meu caráter ou a minha índole. Eu só o físico** (Joaquim, 11/04/2023).*

Preciado (2014) nos ajuda a compreender as identidades em sua relação com gênero e corpo, destacando que o gênero é elaborado não só a partir de práticas culturais e discursivas, mas que se manifesta na própria materialidade dos corpos, de tal forma que tais identidades deixam seu aspecto humano e passam a ser objetificados como máquinas, a partir de instrumentos. Bento (2017) amplia a percepção de tais movimentos para as modificações corporais ao afirmar que ao se submeter a modificação corporal o que buscam de fato é o reconhecimento de seu pertencimento à humanidade.

Wittmann (2019), reforça este mesmo entendimento de Joaquim, resultante de sua pesquisa com pessoas trans em Manaus, que compreendem corpo como uma expressão de sua subjetividade, podendo ser esculpido e moldado de certa forma em cumprimento aos condicionantes sociais, e alcance da performatividade almejada, mas que não representa a pessoa em si, compreendida pelos participantes numa dimensão identitária, muito mais ampliada, complexa e fluida.

Um outro aspecto relevante para constituição identitária de pai trans, está associado ao papel desempenhado pelo trabalho. Os participantes expressam grande angústia por não possuírem independência financeira, relatam dificuldades para conseguir emprego formal pela dificuldade de conciliar a rotina de trabalho e o cuidado com os filhos, além do preconceito que é sentido pelos participantes no mercado formal de trabalho, que obriga a recorrer a outros mecanismos informais ou a “contar” com a ajuda de terceiros.

Para João a solução encontrada foi o trabalho no campo erótico, que é carregada de estigma e dificulta a sua expressão de si mesmo:

*Coisas que geralmente as pessoas trans são levadas a fazer, isso porque as oportunidades são míseras. Não consigo me ver nessa posição, sabe? **Eu acho que João não consegue se dar desse jeito** (grifo nosso).*

A percepção de João se articula ao conceito de identidade fetichizada, neste caso em especial, vemos que as possibilidades existenciais das pessoas trans, são reduzidas e expressam o seu reconhecimento, através de um mecanismo de exclusão perverso, que cristaliza a pessoa trans dentro de uma identidade pressuposta e a impede muitas vezes de ser algo além dos limites pré-estabelecidos (CIAMPA, 2009).

Para Jonas e Joaquim, a ausência do trabalho formal compromete a sua independência, os tornando vinculados a terceiros que os ajudam no sustento de seus filhos, mas que com efeito compromete a ressignificação do seu exercício parental enquanto pais e homens trans.

Tal perspectiva é traduzida pela masculinidade hegemônica que para além das perspectivas discursiva, com efeito também são constituídas, através de práticas não discursivas, incluindo trabalho assalariado, trabalho doméstico e cuidado com as crianças, de tal forma que é atributo legítimo da masculinidade e exercício da provisão familiar (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Minha pretensão neste eixo temático foi articular as vivências em torno do gênero e da parentalidade, a partir da compreensão dos aspectos subjetivos implicados na constituição de suas identidades, sem deixar de considerar os significados culturais aos quais somos sujeitos dentro das estruturas de poder. Ao dedicar meu interesse sobre homens trans que engravidaram, antes de dar início à transição, esperava encontrar a transição como um marco decisório sobre as identidades, contudo o campo se encarregou de trazer à tona um processo de ressignificação das identidades mesmo antes da gravidez.

A transição como é compreendida pelos participantes está mais associada às modificações corporais e ao processo do anúncio “formal” da nova identidade aos outros, contudo o processo de reconhecer a si mesmo, é atravessado pela persistência, uma sequência de descobertas expresso por meio do sentir na pele, seja ao lidar com a dor ou com o prazer.

Neste processo é preciso tomar cuidado com possíveis armadilhas, que criam uma expectativa fantasiosa de si mesmo ao assumir a identidade que subverteu as estruturas a partir dos mesmos mecanismos binários. Há sem dúvida muita coisa em jogo para pais trans, por isso toda a ação, fala ou reivindicação, vem acompanhada de uma possível abdicação de si, medo e resistência. Mesmo com o interesse em passarem despercebidos, existe a luta política silenciosa, mas que se revela, através da reivindicação da condição humana, com suas idiossincrasias, suas

diferenças e o desejo constante da evolução e progresso enquanto pessoa humana pensando em si, mas sempre comprometida com os seus filhos:

Independente de eu não ter mudado de gênero, feito essa transição, eu ainda tentaria ser o melhor. Tentaria mudar o tempo inteiro. Como ser humano, acho que todo ser humano é assim (João, 25/08/2022).

Não posso dizer que é uma superação, mas eu estou me superando, [...] de passar por cima do que eu achava que nunca ia conseguir. De chegar aonde eu estou conseguindo chegar, achei que eu nunca, não ia conseguir dar um passo [...] espero não parar, só continuar só Progresso. Eu avalio assim um Progresso (Joaquim, 11/04/2023).

Assim usando as palavras de Ciampa (2001), ao definir o que chamou de identidade metamorfose que tem como premissa a "[...] diferença e igualdade. É uma primeira noção de identidade". Nesse sentido, Ciampa (2001) sugere que a identidade é uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, mas ainda assim única. Ela destaca a ideia de que, independentemente das contradições e mudanças, a pessoa reconhece que é ela mesma, uma unidade de contrários, um ser indivisível na multiplicidade e na transformação. Essa análise crítica ressalta a complexidade da identidade humana, que pode ser influenciada por diferentes facetas, experiências e mudanças ao longo do tempo. Ela também enfatiza a percepção de continuidade e autoconhecimento subjacente à afirmação de que "sou eu que sou assim".

No entanto, é importante considerar que a identidade não é estática, e as pessoas estão em constante evolução e transformação, o que pode implicar em uma compreensão mais fluida e dinâmica da identidade. Essa reflexão nos convida a questionar concepções rígidas de identidade e reconhecer a complexidade e diversidade inerentes à própria condição humana.

4.3 SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA PARENTALIDADE

A partir das novas configurações de família e conjugalidade, o termo parentalidade é concebido a partir de uma arena de complexas disputas no âmbito social que se materializam em determinado contexto, inegavelmente operados por meio de lógicas dominantes, também associadas às esferas de gênero e sexualidade. Essas lógicas dominantes foram inicialmente construídas através dos discursos – equivocados – sobre o que é ser pai e ser mãe, submetendo

os sujeitos, que exercem tais funções, a concepções acerca do reconhecimento legítimo ou não de seu papel parental (SOUZA; FONTELLA, 2016).

O conceito de parentalidade descreve a relação entre indivíduos, pais e filhos, incluindo os aspectos social e psicológico, o conjunto de práticas, discursos e narrativas, com a intenção de garantir a segurança e integridade das crianças associadas a uma política de gestão de populações (SOUZA; FONTELLA, 2016).

Portanto, neste tópico serão apresentados os sentidos e significados associados ao exercício parental, a partir das narrativas de vida dos participantes. É importante frisar que os participantes apresentam uma compreensão muito particular e singular acerca de suas experiências parentais, e que a partir da elaboração e interpretação de suas narrativas, foi possível realizar algumas aproximações e contradições importantes para análise e discussão a seguir.

A chegada dos filhos trouxe mudanças significativas para os sujeitos e neste bojo é importante compreender de que maneira os participantes lidam com os impasses e desafios, como compreendem o seu papel de cuidado e ressignificam a relação parental já que iniciaram a transição após o nascimento dos seus filhos.

De todos os entrevistados, apenas José não reside com sua filha. Não há um sentido único para a parentalidade, mas no geral podemos afirmar que para maioria dos pais trans nesta pesquisa, **a parentalidade é compreendida, como um exercício solitário e pesado de priorizar as necessidades dos outros**, já que a rede de apoio familiar é bem fragilizada, o que impacta os planos das esferas profissional, acadêmica e nas próprias questões de gênero e sexualidade:

Assim é uma coisa difícil, que eu não posso fazer nada. A minha filha me consome não tem outra pessoa [...] Inclusive eu pedi a conta porque eu não estava conseguindo conciliar (João, 25/08/2022).

Depois que veio meu filho, aí que as coisas começaram a mudar um pouco, tive que me resguardar, cuidar dele, me preocupar com outras coisas, passei a ter mais responsabilidade (Jorge, 04/10/2022).

Eu trabalho só de manhã, pra não conflitar porque eu tenho que ficar com ele à tarde. Eu levo ele pro asilo, então ele fica lá com as meninas numa sala com o pessoal enquanto eu estou trabalhando, quando eu estudo eu levo ele à noite comigo (Jonas, 23/12/2022).

Eu vivo a vida baseado no que minha mãe ou pai falam ou não. Baseado no que eu posso ou não, no horário que eles estão e podem ficar com o meu filho, então, tipo, se não dá para a minha mãe ficar com ele, não tem como ter nada (Joaquim, 11/04/2023).

A maioria dos pais trans na pesquisa percebe a parentalidade como um exercício solitário e pesado, onde eles se veem responsáveis por priorizar as necessidades de seus filhos sem uma rede de apoio. Isso implica em dificuldades na conciliação de suas responsabilidades parentais com outros aspectos de suas vidas, como trabalho e estudos. A falta de suporte familiar afeta diretamente os planos dos pais trans em diferentes áreas. Eles relatam que precisam renunciar a oportunidades profissionais ou adaptar sua carga horária de trabalho para cuidar de seus filhos. Da mesma forma, a limitação de suporte também influencia suas possibilidades acadêmicas, pois precisam considerar a disponibilidade de familiares para cuidar de suas crianças. Além disso, a dependência dos avós ou outros membros da família para cuidar de seus filhos pode impactar sua própria autonomia em questões relacionadas à sua identidade de gênero e sexualidade.

A chegada dos filhos traz mudanças significativas na vida dos pais trans entrevistados. Eles relatam a necessidade de se resguardar, cuidar dos filhos e assumir maiores responsabilidades. Isso indica que a parentalidade tem um impacto transformador em suas vidas, levando-os a reavaliar suas prioridades e a se dedicarem ao cuidado e proteção de suas crianças. Os pais trans entrevistados mencionam que suas vidas e possibilidades de conciliação de diferentes atividades estão baseadas na disponibilidade de seus familiares, como mães e pais, para cuidar de seus filhos.

Além desses aspectos, pode-se afirmar um fato inovador na pesquisa, que mesmo após a transição de gênero, ainda há uma herança da maternidade em termos de assumir o papel de cuidador principal. Esse é um aspecto relevante a ser explorado e compreendido em relação às vivências dos pais trans, a partir da interpretação que João menciona que sua filha o consome completamente e que não há outra pessoa para ajudá-lo. Essa falta de suporte pode gerar uma sobrecarga emocional e prática, dificultando a conciliação entre suas responsabilidades parentais e outros aspectos de sua vida, como o trabalho; Jorge destaca que, após o nascimento de seu filho, houve uma mudança significativa em sua vida. Ele precisou se resguardar e dedicar-se ao cuidado da criança, o que trouxe mais responsabilidade e preocupações adicionais; Jonas relata que adaptou seu horário de trabalho para ficar com seu filho durante a tarde. Além disso, ele leva seu filho para o asilo enquanto trabalha ou estuda à noite, buscando soluções para conciliar suas obrigações e responsabilidades e; Joaquim menciona que sua vida é baseada na disponibilidade de sua mãe ou pai para cuidar de seu filho. Isso indica uma dependência em relação à rede de apoio familiar, onde suas opções e possibilidades estão condicionadas à presença e disponibilidade de seus familiares.

Outra questão que aparece na maioria dos relatos é a configuração familiar que é construída, a partir da saída da casa da família nuclear original e rompimento do convívio. Contudo ainda há uma relação, que se dá, por ocasião do suporte no cuidado com o filho, geralmente prestado por uma figura feminina da família (mãe ou irmã), mas que enseja desconforto de toda maneira, pelo não reconhecimento identitário por parte da família, sustentado por questões religiosas e cobrança do exercício materno, como observado na fala de João:

E hoje eu vivo distante, eu não falo mais com eles. Por que tudo isso? (choro). A minha mãe só quer saber da minha filha, né? Eu não existo mais!!! E todo tempo é assim ultimamente. Há um tempo atrás, eles queriam minha filha, mas eu nunca dei minha filha. Não consigo, porque justamente eu sei que ninguém vai fazer por ela o que eu faço (João, 25/08/2022).

Ao refletir sobre as dificuldades do exercício parental, ou mesmo ao ser questionado nos espaços que transitam acompanhados de seus filhos assumem uma nomenclatura parental que consiste na aglutinação dos papéis parentais de “mãe-pai”:

Eu tive que ser mãe e pai, na verdade, porque eu tive que me virar. Tive que dar meu jeito, entendeu? Eu nunca gostei de estar muito assim, dependendo dos outros, desde novo. Mesmo antes de ter um filho, eu sempre gostei de ser independente, aprendi a me virar sozinho, pra não ter que estar dependendo. Então foi um pouco complicado nesse tempo (Jorge, 04/10/2022).

Por isso que eu já pego isso e falo, eu sou mãe e pai para sei lá... Mas ainda assim as pessoas ainda questionam, “e cadê a mãe dele?” e eu volto a afirmar, eu sou mãe e pai, ele é meu filho (Jonas, 23/12/2022).

Aqui percebe-se a experiência de indivíduos que assumiram a responsabilidade de cuidar de seus filhos sem a presença ou com uma participação limitada da outra figura parental. Esses pais estão se referindo a si mesmos como “mãe-pai”, ou seja, estão desempenhando papéis tradicionalmente associados tanto à figura materna quanto à paterna.

A aglutinação dos papéis parentais em uma única identidade reflete a necessidade de assumir múltiplas funções para garantir o bem-estar e a criação adequada de seus filhos. Eles estão assumindo a responsabilidade de suprir as necessidades emocionais, financeiras e educacionais dos filhos de forma independente. No entanto, mesmo ao adotar essa identidade de “mãe-pai”, eles podem encontrar resistência e questionamentos por parte de outras pessoas, que esperam a presença da figura materna tradicional. Essa resistência é atribuída à lógica

binária de gênero, que pressupõe que apenas uma mãe e um pai heterossexuais sejam capazes de desempenhar adequadamente os papéis parentais (BUTLER, 2006).

Judith Butler (2003) tem discutido amplamente a maneira como as normas de gênero binárias moldam e restringem nossas identidades e relações sociais. Ela argumenta que o parentesco é construído socialmente e que a noção de "mãe-pai" ou de papéis parentais aglutinados evidencia a necessidade de repensar e desafiar as normas de gênero. A nomenclatura de si expressa o quanto os papéis parentais são afetados pela lógica binária que afeta suas vidas como um todo e de acordo com o preceito heterossexual o parentesco só faz sentido ao assumir o papel de mãe e pai (BUTLER, 2003).

Perderzolli (2017) salienta que assim como gênero é performatizado o papel parental pode ser performatizado, contudo a concepção do papel parental está impregnada do binarismo que acaba por produzir dualidades antagônicas expressas como homem-mulher, pai-mãe, heterossexual-homossexual, onde o primeiro termo tem a primazia e o segundo é condicionado a margem, ou secundário. Cardozo (2007), em sua pesquisa, salienta o papel do gênero que desencadeia outras estruturas e configurações performáticas também associadas ao parentesco, que segundo Butler (2003) passam a ser atualizadas pelos sujeitos e negociadas em seus contextos.

O termo “**mãe e pai**” utilizado para nominar o papel parental dos participantes chama a atenção em vários aspectos. O primeiro reflete uma suposta hierarquia do papel exercido pela mãe na esfera do cuidar, não entendida em termos de superioridade, mas que implica em um maior grau de engajamento e atribuição de responsabilidade pelo cuidar quase que exclusiva à mãe, muito presente ao Jonas ser questionado pelos outros: “e cadê a mãe dele?”.

Segundo a expressão referenda representa a maneira de como estes são reconhecidos e são nominados na relação pelos filhos, pelos familiares e demais. Para Angonese (2016) na vivência parental dos homens trans, a função materna é quase sempre imperativa, em que prevalece a regra estabelecida pela “natureza”. A autonomização “mãe e pai”, também aparece associada ao exercício concomitante das funções parentais, determinadas, a partir de uma concepção de família nuclear, na qual a mãe cuida e o pai provê, de tal forma que a questão financeira e tida para a maioria dos participantes como o principal desafio da parentalidade:

*Minha vivência parental às vezes, como eu falei pra você. Existe um desconforto, eu chego a duvidar de mim mesmo, mas assim eu tenho um peso maior. **Tem um peso maior de ter que prover**, sabe, querendo ou não, eu fui criado assim que a pessoa do sexo masculino, sempre vai ter uma responsabilidade maior, tem que correr atrás. Tem que então isso é um peso,*

sabe? É um peso muito grande que a gente carrega isso e principalmente de correr atrás das coisas (João, 25/08/2022).

As dificuldades foram mais as financeiras. Tinha que deixar com uma pessoa, pra poder ir trabalhar. Então essa é a parte financeira. Isso quando ele era pequeno depois já foi crescendo, já foi ficando mais fácil, do que deixar com uma pessoa (Jorge, 04/10/2022).

Eu acho que com 5 meses eu dei pra ele, caldo de feijão na mamadeira. Era aquela comida que tinha, às vezes eu não tinha leite, não tinha massa, então tinha que dar de comer o que tinha. Já fiz massa, já dei só massa e água e não tinha leite. Eu só água e o leite e assim ele foi criado, com o que tinha (Jonas, 23/12/2022).

Sempre foi porque eu sempre quis trabalhar. Eu sou a única pessoa do meu círculo que não trabalha. Mas teve um tempo para mim, que era. Muito pesado. Às vezes eu ainda penso assim, mas eu tento me acalmar. Pelo fato de que a minha vida não é como eu esperava ser. Eu nunca quis ter filho (Joaquim, 11/04/2023).

A partir da análise dessas falas, nota-se que as questões financeiras são percebidas como o principal desafio da paternidade dos entrevistados. Esta compreensão reflete a influência da concepção tradicional de papéis de gênero na família, onde o pai é esperado para ser o provedor financeiro, ou seja, refletindo – ainda – as representações de gênero que foram socialmente construídas.

A significação de família para os participantes é atravessada pelo ideal e imaginário da maior parte da sociedade, na qual o Pai representa uma categoria legitimada, a partir da ótica nuclear burguesa (SILVA; PICCININI, 2007). O fator financeiro reforça o aspecto vinculado ao princípio da masculinidade hegemônica, e de certa forma representa a dificuldade dos interlocutores em alcançar a reivindicação do reconhecimento da paternidade, quando são excluídos do mercado de trabalho em função do preconceito, o que os torna mais vulneráveis. Ser homem/pai é tangenciado por uma determinação de “ser provedor”, ou seja, aquele que, através do valor consubstanciado no poder aquisitivo e econômico encontra “a ascendência alcançada, através da cultura, das instituições e da persuasão” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

O desejo pelo ideal de família é muito bem representado na fala de José ao experimentar o que chamou de “modelinho” de família ao estar com sua filha, enteada e companheira, contudo o mesmo lamenta não dar continuidade a tal experimentação porque não convive com sua filha, e sua enteada mora em outra cidade:

*Lembro de uma cena de quando ela (filha) esteve com a enteada. Foi um dos momentos, depois de muito tempo que a gente tinha ficado sem se ver por conta da pandemia, que eu pude exercer, sabe meu papel de pai. Estávamos só eu, a minha parceira e as duas meninas, como **modelinho de família**, sabe?! Isso foi muito bom e muito difícil, porque foi único (José, 13/09/2022).*

Como já identificado na pesquisa desenvolvida por Trajano (2019), tal desejo pela família nestes moldes e o devido encaixe de seus membros, constitui um jogo de quebra-cabeças forjados a partir da cisheteronorma. Na compreensão de Angonese e Lago (2017) reflete o poder das estruturas estabelecidas como hegemônicas acerca de gênero e sexualidade, que interferem em suas vidas, mesmo que consigam subverter em algum aspecto são tomados em outros, num campo de negociações existenciais constantes.

Ainda sobre o aspecto financeiro não há como desconsiderar os aspectos interseccionais que impactam mais severamente nas condições de vida, criando situações em diferentes contextos que ensejam ainda maior vulnerabilidade. Neste caso aqui salientados pelas condições de vida de Jonas que perdeu a mãe ainda muito jovem e foi sujeito a viver em condição de rua, o que comprometeu a continuidade de seus estudos. Em outros contextos, os demais participantes conseguiram dar continuidade aos estudos com muito esforço, mas prosseguiram ainda assim.

Ao expressar os termos “*maior peso*” e “*muito pesado*” associados a vivência parental, isso traduz o alto grau de engajamento aplicado ao cuidado e a sobrecarga emocional ao qual estão sujeitados, o que muitas vezes reforça o sofrimento, angústia e culpa decorrente da ausência de apoio familiar, o não reconhecimento da identidade de gênero e tampouco a legitimidade do seu papel paterno.

João e Joaquim para além dos condicionantes que acarretam prejuízos à sua saúde mental, narram uma dedicação de vida exclusiva dedicada aos filhos que possuem diagnóstico neurodivergente. Joaquim acompanha o filho de 8 anos todos os dias na Escola pois não há mediador, permanecendo em sala de aula a tarde inteira e João tem muita dificuldade já que é chamado com frequência à Escola, ambos são impossibilitados de cumprir outras atividades importantes de sua vida e ainda assim são hostilizados com críticas e cobranças sobre seu papel materno.

Tais condicionantes tornam a experiência parental um grande desafio para homens trans, como já identificado no estudo desenvolvido por Charter et al. (2022), neste os participantes também mencionaram significativos impactos à sua saúde mental, desenvolvendo quadro de ansiedade, depressão, e pensamentos suicidas. Ainda acrescenta que os sintomas associados ao sofrimento psicológico foram superados, a partir do respeito à sua identidade de

gênero e o apoio proveniente da família e da comunidade, o que só reforça a importância dos vínculos emocionais e a existência de uma rede de apoio consistente para a proteção da saúde dos pais em transição.

Para a maioria, a relação dos interlocutores com seus filhos é muito próxima e de muita profundidade. A transgeneridade e a parentalidade são compreendidas como duas dimensões importantes que interferem mutuamente uma na outra, sobretudo por estarem em processo de transição de gênero e os interlocutores anseiam por uma nova ressignificação de seu papel parental. Ao interseccionar a dimensão de gênero e o exercício parental, há pontos de encontro e divergência presentes no discurso dos participantes.

Para José, o início da transição foi um momento muito conturbado isso ensejou o afastamento de sua filha com a finalidade de protegê-la de si mesmo, em decorrência dos agravos de sua saúde mental:

Eu sentia que eu não tinha que atingi-la, com tudo que eu estava complicando minha cabeça? Com tudo aquilo que estava perturbando minha cabeça, então eu ficava me excluindo um pouco do convívio que eu não queria bagunçar a cabeça dela, sabe? Eu não quis que ela acompanhasse o processo de transição, até porque no começo foi muito difícil. Eu tinha muitos surtos (José, 13/09/2022).

Para José a compreensão de sua identidade de gênero foi atravessada de intensos impactos sobre sua saúde e consciência, não pela vivência em si, mas pelo conflito interno gerado em função das expectativas sociais que seriam frustradas, a partir do seu próprio reconhecimento. A descoberta de si, inclui muitas vezes uma luta que enseja sofrimento e uma auto punição resultante da percepção das identidades trans classificadas como doentes e anormais, cuja revelação se faz a partir do conflito e muitas vezes da culpa atrelada a própria existência enquanto sujeito (SALIH, 2015, CIASCA et al, 2021).

A gravidez e a chegada dos filhos adiaram os planos de dar início à transição:

Então, foi primeira vez que lá, quando eu tive ela, passou um ano aí que eu fui buscar o ambulatório (João, 25/08/2022).

Deixei assim que ele crescesse mais um pouco, para poder também entender, que ele já está entendendo. Para que a medida que eu fosse evoluindo, ele ia evoluindo junto comigo, para ter como eu explicar pra ele. Antes ele era muito novo, para eu tá fazendo isso, muito pequeno, então eu deixei ele crescer mais um pouco, para ele conseguir estar comigo e entender um pouco (Jonas, 23/12/2022).

O que complicou a minha transição foi isso. Eu ter tido um filho. Eu acho que eu, nem sei quem eu seria hoje. Eu não sei mesmo. Mas eu estou em busca. (Joaquim, 11/04/2023).

A vivência da transgeneridade na opinião dos interlocutores não afetou o exercício parental, contudo este trouxe um desejo de ressignificação do papel, a partir de uma nova nomeação por parte dos filhos, contudo apenas João é chamado de pai pela filha, e se sente muito encorajado pelo reconhecimento da filha já que nos demais contextos sua identidade não é validada:

Então, não tem como ela me prejudicar. Ela me faz uma pessoa melhor [...] Se a minha filha, que é minha filha, me reconhece, porque quem eu sou, quem são as outras pessoas para falar assim? Não. Ela me defende com unhas e dentes. Ela tem 4 anos e ela não fala quase nada. Mas assim, se me chamar de mãe pra ela, é a morte, ela não aceita. Ela vai pra briga mesmo [...]

Jorge e Joaquim nunca falaram sobre sua identidade nem para família, tampouco para os filhos e preferem não se incomodar. Já Jonas espera que seu filho cresça para que possa orientar seu filho acerca da nova identidade. Jonas e Joaquim almejam este reconhecimento, já Jorge espera de destransicionar em cumprimento aos preceitos religiosos nos quais acredita, enquanto José não é chamado nem de pai, nem de mãe, costuma ser chamado pelo nome de registro ou pelo nome social e pediu para que sua mãe, que cria sua filha introduza o tema com sua filha, acerca da sua identidade e papel parental.

Hoje em dia, ela já varia entre o nome de registro e o meu nome social. Está acostumando, mas se refere a mim me tratando no masculino somente [...]. Espero estar exercendo mais meu papel de pai. E eu já tive essa conversa com a minha mãe, inclusive com relação à transexualidade, sobre como a gente vai abordar isso com a bebê. Eu pedi para ela incluir isso na vida dela, tentar conversar com ela às vezes. Não é explicar, mas ir naturalizando, sabe, essa questão na convivência delas. Não só a mãe, como minhas irmãs também.

José lança a parentalidade, a partir de um novo sentido que legitima sua experiência parental expresso no desejo de uma nova referência para sua filha: *“Traduzir, sabe, na cabecinha dela, que sou a pessoa que gerou ela mesmo tendo essa aparência masculina”*.

Butler (2006) afirma que sempre haverá mecanismos de subverter a norma, pela própria dinâmica que são engendradas na mecânica de produção de inteligibilidade cultural dos corpos e performances de um determinado contexto. Letícia Nascimento (2021) as pessoas trans e

travestis “rompem com as normas cisgêneras, reinventando modos de ser, para além das feminilidades e masculinidades”.

A parentalidade, constituída por mecanismos que protegem a heteronormatividade, produz apagamento de fenômenos estruturais das famílias, como aqueles construídos, a partir das distinções de gênero. Em contrapartida, a construção por meio das narrativas dos interlocutores possibilita a ampliação dos sentidos e permitem uma concepção mais diversa e plural, que não é inaugurada pelo exercício parental da pessoa trans, porque sua multiplicidade já está posta, mas é frequentemente submetida a questionamentos e descrédito social.

Tal perspectiva, denuncia o binarismo estrutural impregnado nas relações de gênero, associadas ao exercício parental, construído a partir de uma cultura hegemônica conservadora baseada nos padrões da interação dialógica homem-mulher, que resultam respectivamente nos papéis parentais de pai e mãe, desconsiderando assim as repercussões ocorridas no campo social e histórico do nosso contexto. Para de Butler (2003), tais variações são invisibilizadas porque representam uma ameaça às estruturas de gênero e parentesco legitimadas socialmente:

Variações no parentesco que se afastem de formas diádicas de família heterossexual garantidas pelo juramento do casamento, [...] colocam em risco as leis consideradas naturais e culturais que supostamente amparam a inteligibilidade humana" (p. 224).

A significação da parentalidade presente nos discursos sociais reitera a primazia biológica sobre o gênero, como em outras pesquisas desenvolvidas com pessoas trans, que iniciaram a transição, após a gravidez (ANGONESE, 2016; TRAJANO, 2019, PORCHAT, 2017), este aparece atrelado à compreensão que concebe o corpo sexuado/materno está a serviço da reprodução de maneira quase que obrigatória, ficando o reconhecimento paterno reivindicado pelos interlocutores, remetido a um pressuposto instinto materno (ANGONESE, 2016), fortalecido no contexto dos participantes pelas práticas de cuidado exercido pelos mesmos.

O instinto materno demonstra-se superior em relação a primazia biológica do gênero ao ser exercido por mulheres trans e travestis. Zambrano (2006) narra que suas interlocutoras encontraram na prática do cuidado materno um dispositivo de fortalecimento e legitimidade da sua feminilidade, em especial quando a parentalidade é exercida depois da transição de gênero conjugada a um relacionamento definido como heterossexual, logo podemos perceber o exercício parental destas identidades operados pelas regras da heteronormatividade.

Podemos perceber por meio deste movimento o quanto a parentalidade mesmo com a intenção de ser um termo independente (UZIEL et al., 2006) parece intimamente ligado a outros termos como conjugalidade e família nuclear, o que por conseguinte expõe a generificação dos papéis parentais. Tomando como referência o gênero, a regras de conjugalidade estão mais associadas aos homens (THERENSE; RUSSO, 2023) o que influencia as significações parentais no contexto social em que os interlocutores transitam acompanhados de suas parceiras, e passam a ser denominados de pai e sua parceira enquanto mãe, acomodando-os dentro da configuração familiar nuclear e cumprindo a expectativa generificada dos papéis parentais.

A generificação da parentalidade produz práticas e comportamentos específicas para homens e mulheres de tal forma que é possível afirmar que assim como gênero a parentalidade também é performatizada (CARDOZO, 2017; PEDERZOLI, 2017).

A significação generificada da parentalidade é evidenciada em situações diferentes, João ao ser reconhecido como um “paizão” pelo cuidado exaustivo de sua filha e Jonas ao ser chamado de pai e ser interpelado sobre a mãe de seu filho:

Cadê a mãe dele? Aí eu falo que sou mãe e pai. [...] Normalmente tudo vai para cima da mãe. Até os comentários geralmente são: o menino é assim por causa da mãe, ninguém vê o lado do pai.

Apesar de situações distintas ambas as situações reforçam o sinônimo de cuidado como um atributo feminino, cabendo assim aos interlocutores assumir a denominação de mãe-pai como uma estratégia a fim de satisfazer as necessidades de ressignificação da identidade masculina e não se afastar do compromisso de cuidado e a manutenção do vínculo afetivo e efetivo com seus filhos.

A denominação mãe-pai deflagra a condição na qual estão sujeitados por meio dos seus corpos, e este acúmulo de papéis parentais torna a parentalidade um terreno perigoso, não pela responsabilidade atribuída ao cuidado dos filhos, mas pela vigilância empregada no controle de tais práticas, muitas vezes estabelecidas, a partir de performances inalcançáveis que coadunem gênero, sexo e sexualidade. O trecho em destaque “**ninguém vê o lado do pai**”, expressa não somente a vontade de ser reconhecido nominalmente como pai, mas representa o desejo de uma desconstrução da concepção naturalizante que socialmente tende a afastar o pai das práticas de cuidado, e referendam a educação dos filhos como um atributo da feminilidade.

A vigilância heterossexista também é experimentada quando Jonas está acompanhado do padrasto do seu filho (homem cis), ao relatar que “*o pessoal ficou olhando para nossa cara,*

acho que eles pensavam são dois gays e uma criança [...] eu nem ligo”. Logo qualquer configuração que se distancie da família nuclear tem sua inteligibilidade dificultada pela sociedade.

Butler (2003) afirma que esta regra associada a família nuclear, constituída de pai e mãe cis, teria sido inspirada pelas conceituações psicanalíticas, que estabelecem enquanto premissas as funções maternas e paternas, a fim de assegurar o pleno desenvolvimento das crianças, afastando-as de qualquer comprometimento psicológico e em outro sentido representaria a garantia de procriação cultural e humana, contudo a autora reforça que tais afirmações tratam-se de práticas discursivas operadas pelo poder hegemônico a fim de perpetuar a heterossexualidade num campo simbólico colocada em risco pela aparição de novas configurações familiares constituídas a partir de pessoas LGBTQIA+.

Corroborando neste mesmo sentido, Zambrano (2006) afirma que esses discursos naturalizantes estabelecem regras de parentesco, filiação e cuidados de criação como uma exclusividade da cisnormatividade, ignorando que estas estão também subordinadas às leis sociais.

Diante desta perspectiva normativa da parentalidade, os dispositivos de controle do Estado são evidenciados por meio dos mecanismos de legalidade jurídica, diante da necessidade da apresentação dos documentos oficiais dos interlocutores com seu nome de registro:

Aí a pessoa fica questionando: Mas como é que é isso? Você teve ela? Então sempre tem esse tipo de questionamento (João, 25/08/2022)

Acho chato assim, na hora que tem que falar o nome de registro, me incomodou um pouco, se tiver um monte de gente, mas fora isso, me incomoda muito não. Eu também não pretendo, modificar o meu registro (Jorge, 08/02/2023)

Então eu percebo uns olhares quando falo o meu nome de registro, o pessoal fica olhando assim. Acho que isso só vai parar no dia que eu botar o meu nome, mesmo já masculino (Jonas, 23/12/2022)

Os interlocutores fazem uso do nome social, contudo na prática este dispositivo não é respeitado em todas as instituições em que circulam, nem possui validade jurídica. Bento (2014) reconhece a importância do nome social na subjetividade identitária das pessoas trans, contudo salienta que este reflete o que denomina de “cidadania precária”, representada pela quase ausência de direitos ou sua fragilidade, uma vez que são constituídas como um “gambiarra legal”, a partir de mecanismos inconsistentes associadas aos padrões e práticas discursivas

dominantes de gênero e sexualidade, que não incluem a identidade paterna associada a um registro civil com nome feminino.

Numa perspectiva crítica, é preciso refletir sobre as finalidades do processo de retificação seria uma estratégia que de fato assegura o reconhecimento identitário ou trata-se apenas de uma prática coercitiva, a fim de ratificar os critérios de inteligibilidade da cisheteronormatividade empreendidas pelo Estado, já que o processo para realização da mudança dos documentos pessoais e registro de seus filho ainda hoje é extremamente burocrático, demorado e caro (BENTO, 2014; SOUSA, 2019), o que inviabiliza o acesso de tais alterações a maioria das pessoas trans assim como observado entre os participantes da pesquisa.

Os alertas que emergiram do campo revelam os perigos do cruzamento entre os conteúdos iminentes de gênero e parentalidade, significados pelo modelo cristalizado de família nuclear, que com base nas estruturas culturais da binariedade, tem a pretensão de projetar todo roteiro de vida de seus componentes considerando o controle de suas relações gênero e sexualidade, nas diferentes esferas que compõem o contexto social dos interlocutores. Estando assim as instituições sociais como a Família, o Estado, a Escola e a Igreja, a serviço da ordem, de regulação da normalidade, da organização social, que configura as regras do que é certo ou errado (BUTLER, 2015).

As subversões realizadas pelos interlocutores, a partir da performatividade dos gêneros e a reivindicação da ressignificação parental questionada e problematizada potencialmente as normas que passam segundo Butler (2014) por um processo de reidealização e reinstuição, por meio da constituição de suas próprias famílias, contudo tal mudança se faz à custa do sistema jurídico da lei e que embora a normalização acarrete um aumento na legislação, ela não é necessariamente oposta a isso, mas se mantém independente desta última de muitas maneiras significativas.

E por fim, a parentalidade é tomada pelo compromisso dos interlocutores em cumprir tudo o que for possível para oferecer o melhor de si para e pelos filhos, desde a abdicação de seus interesses pessoais, até a condição do sacrifício. Nesta relação, a criança também desempenha um papel fundamental na compreensão de si mesmo, a partir das interações com a criança e processo de transição de tornar-se pai:

Aí então eu mudei muito. Parece assim que ela me fez ter força de ser eu mesmo [...] me dá força para ser uma pessoa melhor (João, 25/08/2022).

Eu sou uma pessoa melhor. Eu aprendo todo o dia. Alguma coisa. Que eu posso incluir, quero ele do meu lado para sempre, que eu não quero ele longe de mim (Joaquim, 11/04/2023).

A ideia presente nas falas de João e José reforçam a relação mútua existente entre pais e crianças, é na relação que se constrói os laços que permitem o desenvolvimento da criança e os sujeitos se apropriarem do seu lugar de pai. Tal aspecto é reforçado por Houzel (2004) ao compreender a experiência, a partir das modificações psíquicas produzidas no desenrolar do processo de sua transição para a parentalidade.

Os sentidos de parentalidade apresentados pelos interlocutores, não se traduzem como um novo modelo de parentalidade, nem uma personalidade distinta, mas representa um processo de construção articulado ao conhecimento produzido, a partir de um campo de negociações de sentidos próprios que possibilite descrição de realidades possíveis, identificando a partir da compreensão de suas fragilidades e potencialidades que sejam capazes de subverter as estruturas até então tidas como únicas, absolutas e dominantes.

Porque ser pai ou ser mãe vai muito além de ser cis ou trans, e por trás de toda identidade há um ser político que é capaz de produzir com efeito, alteração no discurso que permita, ser e acontecer:

Acontece que a gente não consegue mudar o mundo. O que acontece é que a gente tem que fazer: continuar defendendo o nosso ponto de vista. Que pai é pai, independente de ser cis ou trans (José, 13/09/2022).

Esta fala de José destaca a importância de reconhecer que a parentalidade, vai além das categorias cisgênero ou transgênero. José afirma que ser pai ou mãe não se resume a questões de identidade de gênero, mas envolve um processo de construção e negociação de sentidos próprios. Sua fala também ressalta que a parentalidade é um aspecto político, capaz de produzir efeitos e alterar o discurso dominante. O sujeito é visto como um agente de mudança, que deve defender seu ponto de vista e contribuir para a quebra de estruturas consideradas únicas e absolutas.

Essa reflexão indica a necessidade de uma abordagem inclusiva e ampliada da parentalidade, que reconheça a diversidade de experiências e identidades. Ela destaca que ser pai ou mãe vai além das características biológicas ou da conformidade com normas sociais preestabelecidas, enfatizando a importância de respeitar e valorizar a pluralidade de formas de ser e exercer a parentalidade.

Ao observar uma multiplicidade de configurações familiares e conjugais já existentes, Zambrano (2006) destaca que a família é concebida como uma entidade sagrada, atravessada por discursos sociais, pautados pela política e religião que promovem a exclusão e preconceito direcionados às famílias constituídas por homossexuais, trans ou travestis. Neste bojo, Porchat (2017), reforça a importância das famílias que “saíram do armário”, em um primeiro movimento, representados por homossexuais, que com sua luta conseguiram alcançar direitos como a legalização da união estável, o casamento e a adoção de crianças.

A partir daqui analisando os significados da parentalidade presentes no seu entorno, ainda que plural e dinâmica (OLIVEIRA, 2017; SOUZA; FONTELLA, 2016), quando vivenciada pelos homens trans, é submetida a padrões rigorosos de julgamento e condenação, passando ora a ser invisibilizada e ora a ser hostilizada e violentada de diversas maneiras, a depender do contexto e de como são reconhecidos na organização simbólica e social de cada espaço.

Diante destas condições, ao comparar as trajetórias de vida dos interlocutores, é comum a percepção de que são sujeitados a um campo de tensão e negociações constantes, acerca de suas identidades conjugadas ao seu papel parental, que tem sua inteligibilidade comprometida pela normatização da parentalidade, a partir das estruturas binárias de gênero, conduzindo suas experiências a um lugar de abjeção e provocando impactos sobre sua saúde e por consequência ensejam estratégias de enfrentamento não desejadas, mas necessárias para fazer valer o seu direito de existir enquanto homem e pai que gestou e pariu.

A significação da parentalidade de homens trans no âmbito social é atravessada pelos condicionantes rigorosos associados a cisheteronormatividade. As falas produzidas no entorno dos interlocutores denunciam as forças de poder que operam, através da lógica binária e sexista para acomodá-los numa “tríade identitária” de ser homem, pai e heterossexual, cumprindo respectivamente os critérios de gênero, parentalidade e sexualidade, forjados pela matriz de integibilidades conceituada por Butler (2003).

Uma vez que iniciaram a transição, depois que engravidaram, suas identidades e corpos passam a ser frequentemente questionados, pois um homem que gestou e desempenha a paternidade solo não está contemplado nos discursos que orientam culturalmente as instituições familiares, educacionais, de direito e saúde. De tal maneira que o reconhecimento da paternidade reivindicado pelos interlocutores não acontece de maneira unânime, variando a depender do espaço, da circunstância e a maneira como isso se processa na compreensão do “outro”.

A parentalidade assim como a sexualidade passa pelo processo de gestão da vida, e da biopolítica analisada por Foucault (1997), constituído pela sujeição dos corpos e controle das populações, no campo deflagrado pelo imperativo da cisheteronormatividade. Dada a diversidade de configurações familiares, em resposta a uma urgência de política de organização, a parentalidade encontrada na pesquisa está vinculada à noção de dispositivo, como uma função estratégica dominante, “constituída de uma rede articulada de enunciados, práticas e regras que se cristalizam em uma dinâmica avaliativa” (NEYRAND, *apud* SOUZA, 2018, p. 81).

Diante deste cenário a ressignificação da parentalidade de homens trans que engravidaram antes da transição, passa a ser dificultada por aspectos culturais, discursos regulatórios e outras instâncias do direito dentre os quais é possível destacar a ausência de inteligibilidade social das identidades trans, a primazia do aspecto biológico na nomeação do gênero, a soberania do instinto materno, a generificação dos papéis parentais, as crenças sobre a família nuclear e a ausência de dispositivos legais e de direito que contemplem outras possibilidades enquanto família.

Neste bojo mesmo com todas as mudanças percebidas nas construções de gênero na modernidade (NEVES, 2019), os interlocutores afirmam que as pessoas não possuem entendimento sobre a maneira como o seu papel parental se relaciona à sua identidade de gênero:

Porque a sociedade em si, não sabe nem identificar o termo homem trans, só sabe quem é o Thammy. Ninguém fala nada assim relacionado e nem chega a falar o termo homem trans, só fala a mulher que virou homem, as pessoas que eu conheci pensam que homem trans é um homem que quer ser mulher. As pessoas não entendem, não sabem, muitas vezes pensam que é o inverso, entendeu? (João, 25/08/2022)

A ausência de inteligibilidade das identidades trans em seu exercício parental é um reflexo das normas sociais e culturais que restringem as possibilidades de gênero, reforçando uma visão binária e fixa de masculinidade e feminilidade, a serviço da consolidação do imperativo heterossexual, que com efeito conduzem os sujeitos a um processo de abjeção, passando a ocupar lugares “inóspitos e inabitáveis da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito” (BUTLER, 2000, p. 155).

Enquanto na experiência pessoal dos interlocutores, prevalece as questões relacionadas a gênero e sexualidade, no contexto social há uma compreensão compulsória da maternidade, atribuídas a sua prática de cuidado:

No geral as pessoas não entendem, né? Porque por mais que você explique que você é o pai, pra quem tem a mente fechada, ele sempre vai te ver como uma mulher. Também, isto é foda, mas é ignorar e seguir a vida (José, 13/09/2022).

Os interlocutores já possuíam uma expressão de gênero masculina e já se relacionavam com mulheres, antes da gravidez, tal aspecto produzia enunciados no seu entorno a fim de acomodá-los na lógica binária heterossexual, em duplo sentido. O primeiro associado a um discurso de que mulheres lésbicas não podem ter relações sexuais heterossexuais e em outro sentido a gravidez, é percebida como a “salvação” do comportamento desviante suportado na perspectiva religiosa cristão, presente na narrativa de Joaquim ao revelar sua gravidez:

Quando eu falei que eu estava grávida, ele relaxou. Tu não gosta de mulher, então vai dar tudo certo. Acho que pro meu pai, aquilo foi a salvação (11/04/2023).

As significações produzidas no contexto dos interlocutores revelam que mesmo no reconhecimento de identidades homossexuais há enunciados que posicionam o sujeito num enquadre restrito e limitado, incapaz de abarcar toda a complexidade e pluralidade das possíveis formas de manifestação da sexualidade, movimentos sexuais e de gênero que nesta conjugação se ampara na heteronormatividade compulsória da sociedade (LOURO, 2008).

4.4 QUE DIABO DE MACHUDA É TU?: ESTIGMA, PRECONCEITO E VULNERABILIDADE

Como consequência, os participantes são sujeitados uma experiência de gênero estigmatizada, classificada no seu entorno enquanto doença (BENTO, 2006; 2008; LEITE JÚNIOR, 2011, TEIXEIRA, 2013), sendo submetidos a uma arena de disputas, permeada de preconceito, hostilidade e violências praticados nos diversos contextos sociais (ANGONESE e LAGO, 2017; SOUZA, 2018; SALINAS-QUIROZ, COSTA e LOZANO-VERDUZCO, 2020).

Nas palavras de Arantes (2023) autodeclarado boyceta, ativista que vive a maravilha e distopia da transparentalidade, ao falar sobre o fenômeno afirma que “a primeira ideia que vem

é **violência e exaustão**. A gente está o tempo todo realizando todas as demandas relativas à parentalidade e fazendo o enfrentamento às diversas transfobias”

Tais violações produzem uma gama de vulnerabilidades, deixando-os “expostos à sua possibilidade, e não à sua realização” (BUTLER, 2004, p. 22). Ao lidar com tais condições os participantes são obrigados a manifestar ações de enfrentamento para afirmação de suas identidades enquanto pais trans. Tais estratégias são variadas e incluem a passabilidade, a confrontação, a quebra de vínculos afetivos e o distanciamento emocional, incluídos em uma dinâmica constante de “conformismo e resistência” (ALMEIDA et al., 2014, p. 91).

As violências relacionadas à parentalidade iniciam ainda durante a gravidez ao serem insultados:

*A machuda vai ter filho, onde que macho engravida? (Jonas, 23/12/2023).
Tu não gostava de homem? Que diabo de machuda é tu? (Joaquim, 11/04/2023).*

“Machuda”, trata-se de um termo incluído na linguagem regional dos povos amazônidas para designar a mulher que se relaciona com outras mulheres, cuja expressão de gênero é mais masculinizada, reconhecido como sinônimo de outras expressões socialmente atribuídas em outras regiões do Brasil como “mulher-macho”, “sapatão” ou “caminhoneira”. O termo assim como outras expressões para regulação sexual e de gênero cria enunciados de possibilidades, que neste caso não incluem a relação sexual com homens e tão pouco a gravidez por se tratar de uma mulher dotada de masculinidade.

A análise deste termo nos permite reconhecer que a masculinidade não se trata de um atributo exclusivo dos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), pois esta é reconhecida no contexto social mesmo que de maneira negativa. Já no âmbito da violência podemos associar o termo a um processo de desumanização dos interlocutores, principalmente quando vinculado a figura do “diabo”, que representa no discurso religioso cristão, o anjo mau decaído, que desafiou Deus e foi expulso do céu, passando a praticar o mal e contribuir para prática do pecado.

Butler (2004) afirma que a violência contra as minorias sexuais está centrada numa profunda afinidade entre os movimentos centrados no gênero e na sexualidade, empenhados em condenar ou apagar aqueles que apresentam desafios físicos que contrariam as morfologias e capacidades humanas normativas, passando a ser desumanizadas por não se encaixarem na matriz dominante o que dá origem violência.

As práticas de violências são expressas nos diversos contextos em que os interlocutores transitam, mas é no ambiente familiar originário que são reconhecidos os primeiros movimentos de preconceito. Na pesquisa apenas José tem o suporte da família para alteração da denominação parental e tem sua identidade masculina reconhecida pela família, os demais relatam vínculo afetivo comprometido, desconhecimento ou constante negação da identidade de gênero e desrespeito do papel parental. Tal dinâmica familiar se realiza na fala de João, que sente na pele o processo de abjeção, descrito por Butler (2004), ao ter sua identidade de pai contestada pela sua mãe, mesmo quando esta é reconhecida pela sua própria filha:

*Na minha casa, minha mãe não me chama no masculino, fica o tempo falando pra minha filha, ela é tua mãe, tua mãe, tua mãe. [...] Minha filha não aceita, ela fala, é não, é papai, é papai! [...] Eles nunca vão me aceitar e hoje eu vivo distante, eu não falo mais com eles. Por que tudo isso? (choro). A minha mãe só quer saber da minha filha. **Eu não existo mais (grifo nosso)** (João, 25/08/2022).*

Essa fala apresenta uma análise sobre as práticas de violência que ocorrem em diferentes contextos e destaca a importância do ambiente familiar como um dos primeiros espaços em que o preconceito se manifesta. Dos entrevistados, apenas José recebe apoio da família para alterar sua denominação parental e tem sua identidade masculina reconhecida. Por outro lado, os demais entrevistados relatam dificuldades no vínculo afetivo com a família, incluindo falta de compreensão, negação constante de sua identidade de gênero e falta de respeito em relação ao seu papel parental como pai.

O relato de João expressa sua experiência de abandono emocional e sentimento de não existência dentro de sua própria família. Ele relata viver distante e não ter mais contato com eles. O sofrimento emocional é evidenciado pelo choro o qual João questiona por que tudo isso está acontecendo, revelando sua angústia e incompreensão diante da rejeição e falta de aceitação por parte de sua mãe. Portanto, compreende-se aqui a importância do suporte e reconhecimento da identidade de gênero por parte da família para o bem-estar emocional e a integração social de pais trans.

A partir da constatação da violência praticada em forma de negação dos corpos que são reconhecidos como uma propriedade de domínio público, Butler explica que processo de “desrealização do outro significa que ele não está vivo nem morto, mas interminavelmente spectral” (p. 35). Nesta condição de não ser real, de não existência, a violência pode ser interpretada por um duplo sentido, a primeira de cumprir em si mesmo uma prática violenta de abjeção das identidades e em outro sentido numa prática que não é prejudicial porque tais vidas já eram negadas, o que perpetua a violência às populações trans. Nesta complexidade Butler

(2004) afirma que: “Aqueles que são irrealis, em certo sentido, já sofreram a violência da desrealização. [...] Mas elas têm uma maneira estranha de se manterem animadas e têm de ser negadas mais uma vez (e mais outra)” (p. 34-35).

Há ainda por parte da família uma cobrança excessiva por uma performance parental dita feminina que assegure o cuidado das crianças e movimentos para afastá-los de seus filhos, sob a alegação de representar o melhor para seus filhos:

Os parentes só ligam para cobrar, ninguém te dá a mão. Há um tempo atrás, eles queriam minha filha, mas eu nunca dei minha filha (João, 25/08/2022).

Os meus pais, vão se mudar pro sítio e querem levar ele. Eu não vou deixar porque ele é meu filho (Joaquim, 11/04/2023).

O preconceito ainda aparece na forma de vigilância das práticas de cuidado dos pais e culpabilização do quadro de neurodivergência apresentada por quatro filhos dos interlocutores, como na fala de Jonas: “Aí costumam questionar e por que que ele é assim?” Ele é assim, porque eu estou criando. E esse é o jeito dele” (23/12/2022).

O estigma e preconceito associado aos pais trans é suportado pela ideia de uma parentalidade “[...] como dispositivo social, forjado com o intuito de fazer funcionar determinada ordem de intervenção coletiva” (SOUZA, 2023, p. 81), na qual a relação de cuidado entre pais e filhos poderia explicar desde problemas psíquicos até comportamentos inadaptados e desviantes. Na concepção de Teperman (2020) tal movimento de culpabilização dos pais reflete mal-estar na atualidade como fruto da dimensão da parentalidade “normativa e ortopédica”, que em seu pseudodiscurso “para todos” tenta eliminar os dramas familiares e domesticar o exercício parental, a partir da padronização de práticas parentais eficazes e aplicado às crianças, está consubstanciada na produção de corpos dotados de docilidade e obediência, sob argumento de garantir e bem-estar dos seus rebentos.

Contudo, na prática o “para todos”, trata-se de um discurso fantasioso, já que o Estado não garante os subsídios básicos de educação, proteção e cuidado sejam aplicados sob condições que fogem à regra. A condição clínica psicológica dos filhos requer que a Escola disponibilize um professor assistente, contudo o Estado não dispõe de tal recurso ensejando que João e Jorge, façam ajustes e criem resoluções capazes de assegurar que os filhos se mantenham regulares na Escola, preenchendo uma lacuna da Instituição, que tem a premissa de promover proteção, segurança e cuidado das crianças:

A minha filha, está me dando muito problema na escola, ela tem TOD (Transtorno Opositor Desafiador), então ela fica enfrentando a professora, não quer obedecer, todo tempo eu sou chamado pela escola, semana passada fui chamado três vezes, eu já tenho uma rotina toda e ainda ter que ir no meio da aula dela pra resolver as coisas (João, 25/03/2023).

Eu acompanho meu filho todos os dias na escola, passo lá umas cinco horas todos os dias lá. porque não tem mediador, eu não consegui para ele. Eu estou aqui hoje, mas ele não foi para aula (Joaquim, 11/04/2023).

Diante do exposto, é necessário termos consciência que a atual vigilância tem sobre os pais trans e seus efeitos deletérios da identidade, autoestima, noção de tempo, o engajamento sobre os interesses pessoais, construção de afetos e disponibilidade, também mencionados por Arantes (2023) em sua experiência parental.

Não há como falar de parentalidade de transmasculinos, sem antes reconhecer as vulnerabilidades sociais às quais estão submetidos, como os que emergiram do campo: o preconceito no mercado de trabalho e nos espaços comuns de saúde pública sob o argumento de não saber como cuidar, precariedade da rede de apoio, a exposição de seus corpos e a fragilidade das políticas públicas e do outro lado os desafios que cada sujeito em sua singularidade deverá enfrentar para estabelecer essa relação (TEPERMAN, 2019). Butler (2004) afirma que a vulnerabilidade trata-se de uma condição humana, mas nesta condição a mesma é relativizada conforme pontua a autora: “Esta vulnerabilidade, no entanto, torna-se altamente exacerbada sob certas condições sociais e políticas, especialmente aquelas em que a violência é o modo de vida e os meios para assegurar a autodefesa são limitados” (p. 30).

Diante das dificuldades e asperezas encontradas neste processo de ressignificação alguns mecanismos são trazidos como forma de mitigar os impactos das violências. A passabilidade apresentada pelos interlocutores é vista como uma forma de não tornar pública sua identidade e não sofrer preconceito e violências consequentes da revelação:

Eu tento passar despercebido em todos os lugares, não que seja uma vergonha ser um homem trans, não é isso. Sabe, não é isso, mas é que eu evito, sabe? Conversinha, essas coisas porque me magoam (João, 25/08/2022).

Então é porque tem muita gente assim que não pensa que eu, que eu sou mulher, pensa que eu sou um homem (Jorge, 08/02/2023).

As falas apresentadas destacam os desafios enfrentados por indivíduos transgêneros no processo de ressignificação de suas identidades. Um dos mecanismos mencionados é a

passabilidade, que se refere à capacidade de um indivíduo ser percebido e tratado socialmente de acordo com sua identidade de gênero desejada, sem ser alvo de discriminação ou violência.

João expressa o desejo de passar despercebido, não por vergonha de ser um homem trans, mas para evitar situações dolorosas, como comentários ofensivos. Isso reflete o impacto emocional das interações sociais negativas que podem ocorrer quando a identidade de gênero não é reconhecida ou aceita. Jorge menciona que algumas pessoas não reconhecem sua identidade como mulher, assumindo que ele é um homem. Isso demonstra como a passabilidade pode ser um desafio para as pessoas trans, pois podem enfrentar a não aceitação de sua identidade de gênero por parte de outras pessoas.

Em contrapartida a passabilidade representa a demarcação e o controle social sobre seus corpos que passam a ser vigiados, a partir de um repertório de procedimentos capazes de cumprir identidades legítimas apoiadas nos mesmos mecanismos que um dia os excluiu, marcados discurso hegemônico sobre ser homens trans a partir de critérios contidos numa lista de verificação, acesso limitado a procedimentos e indicadores a fim de mensurar o processo de transição gerando rivalidade e crítica dentro da própria comunidade transmasculina:

Porque hoje em dia um homem trans assim quer mudar, quer tirar o seio, quer modificar isso, modificar aquilo, o corpo, quer ficar com músculo e tal [...] muitos vão atrás e faz de tudo. Eu estou no grupo com outros homens trans eu não posto nada, porque eles iriam me criticar muito (Jorge, 08/02/2023).

A pressão para realizar modificações corporais e se adequar a certos padrões de masculinidade pode resultar em uma valorização excessiva das mudanças físicas como balizadores da identidade. Essas modificações podem ser tanto uma forma de invisibilização, permitindo que a pessoa se proteja de ataques e preconceitos, como uma maneira de reafirmar sua identidade diante de uma sociedade que ainda tende a categorizar as pessoas com base em sua aparência. As falas, contudo, destacam a importância da passabilidade para a segurança emocional e física das pessoas trans, mas também evidenciam os desafios enfrentados, como a pressão por modificações corporais e a rivalidade dentro da comunidade.

As modificações corporais, neste sentido, passariam a se tornar os balizadores centrais da própria identidade, atuando como mecanismo com dupla significação por um lado invisibilização e de outra proteção de ataques, violência e preconceito. Pontes e Silva (2017) a fim de atingir a congruência com cisnormatividade, a passabilidade apresenta-se como um regulador do gênero. Corroborando Butler (2003) complementa que a passabilidade representa o poder usado na materialização dos corpos a fim de alcançar o corpo natural.

Ainda neste bojo das ações de enfrentamento o campo nos revela uma tensão trazida no caráter político vinculado a tensão entre o militar e passar despercebido (PONTES; SILVA, 2017). Para João este afirma que sua existência não tem um caráter político, ao afirmar que “Eu não milito” e busca na justificativa de transicionar a compreensão de que a harmonização o ajudaria neste processo de afastá-lo da revelação de sua identidade e por conseguinte de ser importunado e questionado sobre sua parentalidade.

Outras ações são realizadas com a intenção de afastar-se da opressão: o afastamento das pessoas que não pessoas incluindo familiares que não o reconhecem sua identidade, o uso de fones para não escutar possíveis críticas e em últimos caso, pouco presente nos discursos o confronto, associado ao conformismo diante dos discurso de ódio usado com frequência em defesa da família e bons costumes, sem compreender que por trás antes de tais discursos de gênero pessoas que almejam viver suas vidas ser na medida do possível e apenas ser feliz.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentei buscar por meio deste trabalho a reflexão crítica, a partir dos sentidos e significados narrados pelos interlocutores acerca de dois fenômenos distintos que se interseccionam em suas trajetórias de vida: a transgeneridade e a parentalidade. Ambos os fenômenos são mediados por um discurso dominante que atravessa o tempo e vem sofrendo muitas modificações, mas que ainda exclui e oprime as identidades que desafiam tal estrutura. Neste sentido, mais que reduzir as narrativas a um discurso fatalista, diante das agressões que são vivenciadas diariamente, me dediquei a produzir compreensões articuladas aos conhecimentos já alcançados pelos interlocutores sobre seu processo de transição tanto para o gênero como para a parentalidade.

Destaco neste trabalho o caráter identitário que é reforçado ao longo de toda a sua existência, a partir da reivindicação da identidade de gênero que se manifesta como uma arena de negociações ainda na infância, e é atravessada significativamente pela experiência transformadora da puberdade. Mesmo antes da gravidez, os participantes já tinham uma expressão de gênero mais masculinizada, e já se sentiam atraídos por mulheres. Com exceção de um participante, os demais engravidaram de maneira inesperada e através de relacionamentos heterossexuais casuais. A gravidez impactou no adiamento dos planos de iniciar a transição, além disso é um período de muita turbulência mobilizado pelos relacionamentos e questões de gênero e sexualidade. Para alguns, tal período foi marcado pelo aprisionamento da sua identidade ao corpo materno, para outros, com base na mídia foi possível ressignificar a masculinidade a partir da figura do homem grávido.

Ainda sobre suas identidades existe uma compreensão de um processo contínuo, onde a transição de gênero representa a manipulação dos corpos, a fim de atender as expectativas das características tida como masculinas, mas há um princípio de se reconhecer enquanto pessoa que ousa descobrir-se a si mesmo, para além destes padrões e anseia a liberdade de continuar seu processo de busca e pertencimento a partir de uma construção mais fluida e sem relação com o binarismo compulsório.

A parentalidade trans é construída de sentidos que desafiam a norma binária, a partir da reivindicação da paternidade que também foi capaz de gerar e parir. A ressignificação do papel parental de mãe para pai, tem sido dificultada principalmente pela família nuclear de origem que não reconhece a identidade o que desencadeou para muitos o rompimento com as relações familiares. Neste processo de transição para tornar-se pai, muitos se apropriam de uma identidade que articula os dois papéis de mãe e de pai, que representam para os interlocutores

a obrigação de cumprimento dos papéis de provisão e cuidado, características da monoparentalidade, o que torna a relação pesada e difícil, mobilizando culpa dos interlocutores ao tentarem ressignificar o própria construção sobre o ser pai, ao mesmo tempo que anseiam cumprir uma formação de uma família nos padrões hegemônicos que é moldada conforme valores burgueses e cristãos

As tensões que estruturam as experiências de construção da transparentalidade, oscilam entre transgressão e acomodação. Os vínculos estabelecidos com os filhos pela manutenção das práticas de cuidado solitário resulta numa rotina exaustiva, passando por frequentes questionamentos sobre o corpo e/ou nome social, e por conseguinte a legitimidade da relação parental de pai aparece condicionada muitas vezes à divisão do trabalho balizado pelo gênero. De tal forma, a reivindicação de pai parece estar legitimada por meio de estereótipos de gênero masculino para demarcar o exercício de um papel paterno, construído num ideal cultural e hegemônico.

A parentalidade é tangenciada por mecanismos para gerir populações e enquadrar as dinâmicas familiares, como um modo gendrado a serviço do binarismo incutido na própria noção do termo. De tal forma que a captura social e as performances parentais dissidentes são manipuladas pelos ideais sexistas, forjados pela matriz biologicista pelo dispositivo da reprodução que reafirma o caráter compulsório associado à identidade materna, que em outro sentido serve de alicerce para a perpetuação dos papéis de gênero, através dos investimento dos interlocutores em atingir a passabilidade enquanto estratégia de legitimidade do lugar paterno. Já na contramão das críticas, a relação parental dos homens trans expressa um contínuo reconhecimento de sua evolução neste processo de ser cada dia melhor pelo e para os seus filhos destacando o desejo de romper com tais mecanismos.

Neste movimento é possível reconhecer o direito de serem humanos e como diante de tantas adversidades nos apresentam vivências parentais reais que se distanciam do romantismo, mas que se reforçam na capacidade de serem reinventadas e reconstruídas em si mesmos.

O que fica exposto é que o ser é compreendido a partir de muitas facetas o que se torna muito dificultado pelo contexto. Nós somos seres da transição, do movimento, do abandonar-se, eis a única questão que nos aproxima e que nos dá sentido. A experiência da parentalidade, apresentada por cada interlocutor, reforça a importância em reconhecer e valorizar a singularidade e peculiaridades expressas em suas vivências. Este reconhecimento perpassa as dimensões da relação pai/filho, e são construídas a partir das ressignificações e aprendizados ocorridos por meio das relações dispostas no seu entorno.

Observamos com efeito que a parentalidade pode se tornar uma armadilha pelo excesso de gestão e o excesso parentalista traduzidos pela cobrança dos pais trans em sua prática comprometendo também a sua individualidade e as ações em prol de seu próprio bem-estar, e que desconsidera muitas vezes a premissa de que para cuidar bem é preciso estar bem. Neste sentido, me recordo da Laerte mulher trans, cartunista ao afirmar sobre a revelação da nova identidade aos filhos e manteve o respeito e afeto do filhos, demonstrando que de fato o problema circunscrito ao processo de ressignificação da parentalidade não é um problema para os filhos já que a relação é extremamente significativa também para os interlocutores, o que se demonstra como primeira dificuldade se concentra no contexto familiar cuja produção de significações está apoiado na cisnormatividade e em argumentos fundamentados na ideologia política religiosa que se mostrou imperiosa sobretudo nestes últimos anos.

Tal aspecto encorajou as famílias neste processo de violação e não reconhecimento das identidades dos interlocutores, sob o argumento que sua maior expectativa é que esta produza cuidado, proteção e afeto contudo tais aspectos são altamente prejudicados pela responsabilidade de produzir bons cidadãos e os filhos trans representam aos olhos das famílias dos interlocutores já de cara o fracasso pela ordem de serem trans, neste sentido há que se falar que a família pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades.

Isso pode estar associado a difícil percepção da realidade destes fatores para Jorge que acaba se sentindo impotente e direciona seus esforços para outras dimensões em que se sinta mais capaz de realizar, e talvez por isso decida se conectar com uma outra expectativa produzida com base na cisheteronormatividade tendo como pano de fundo a dimensão religiosa em que para ele ainda seja possível atingir a promessa da salvação e enfim cumprir o resgate daquilo que toda sua família planejou para si. Esta dimensão foi apresentada apenas por Jorge, não sendo aprofundada a sua análise neste estudo o que possa ensejar o interesse de exploração por parte de outros pesquisadores. Além disso, julgo pertinente a pesquisa da experiência da parentalidade de homens trans a partir de outros interlocutores como os próprios filhos, mas que pese os impactos do entorno sem a perspectiva de estigmatizar ainda mais a prática parental e pesquisa que permitam a discussão da necessidade de ajustes nos aparatos jurídicos, de saúde pública que permitam reconhecer essas e outras disposições familiares enquanto possibilidades.

Ao concentrar-se no marcador temporal antes e depois da transição percebo que o campo não cumpriu este marcador temporal de maneira tão efetiva, contudo podemos perceber como os aspectos da parentalidade e do gênero interferem um ao outro de maneira recursiva em toda a trajetória de vida dos interlocutores.

As reflexões sobre a parentalidade de homens trans têm implicações amplas na conformação de contextos sociais de saúde, educação e outras esferas da Administração Pública. Elas podem orientar profissionais que atuam nesses espaços a promover acolhimento e desenvolver alternativas que permitam que essas famílias assumam um papel de destaque, afastando-os dos estigmas que frequentemente os confinam em um lugar sombrio chamado "armário", e dos sofrimentos oriundos das situações de tensionamento.

E por fim, tais reflexões em torno das significações sobre o exercício parental de homens trans, servem para subsidiar discussões aplicadas aos diferentes âmbitos sociais, orientar profissionais que atuam nestes espaços, a fim de promover maior acolhimento e desenvolvimento de alternativas que promovam o protagonismo destas famílias e as retirem destes lugares de abjeção, muitas vezes associados a um espaço escuro e apertado chamado "armário".

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam; RIAL, Carmen. Uma trajetória pessoal e acadêmica: entrevista com Raewyn Connell. **Revista Estudos Feministas [online]**, v. 21, n. 1, 2013.

ALMEIDA, G. S.; RIBEIRO, A. C. P.; GEBRATH, Z. As relações de trabalho como um aspecto da assistência à saúde de pessoas trans. In: Coelho MTAD, Sampaio LLP, organizadoras. **Transexualidades: um olhar multidisciplinar** Salvador: EDUFBA, p. 187-200, 2014.

ALMEIDA, G. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-23, 2012.

ANGONESE, M. **Um pai trans, uma mãe trans: direitos, saúde reprodutiva e parentalidades para a população de travestis e transexuais**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Brasil, 2016.

ANGONESE, M.; LAGO, M. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Saúde e Sociedade [on-line]**, v. 26, n. 1, p. 256-270, 2017.

ANGONESE, M.; LAGO, M. C. S. Família e experiências de parentalidades trans. **Revista de Ciências Humanas**, 52, 2018.

ÁVILA, Simone. **Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais**. Rio de Janeiro: Plural, 2014.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam. Maria, Maria, João, João: Reflexões sobre a transexperiência masculina. In: **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 23 a 26 de agosto de 2010, Florianópolis, 2010.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam. O 'y' em questão: as transmasculinidades brasileiras. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, 2013.

BARROS, João Paulo Pereira et al. O conceito de "sentido" em Vygotsky: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. **Psicologia & Sociedade [online]**, v. 21, n. 2, pp. 174-181, 2009.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas [online]**, v. 19, n. 2, 2011.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Salvador: Editora Devires, 2017

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004.

BRAUN, V; CLARK, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, 3(2), 77-101, 2006.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In G. L., Louro (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** (pp. 151-172) Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003.

BUTLER, Judith. “Violência, Luto, Política” [“Violence, Mourning, Politics”], Baptista, M. M. (Org.), **Gênero e Performance: Textos Essenciais 1**. Coimbra: Grácio Editor, pp. 21-51, 2004.

BUTLER, J. **Deshacer el Género**. (P. S. Beltran, Trad) Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 2006.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós modernismo” **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 11–42, 2013.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249–274, jan. 2014.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARDOZO, F. **Parentesco e Parentalidades de Travestis em Florianópolis**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Brasil, 2006.

CARDOZO, Fernanda. Performatividades de gênero, performatividades de parentesco: notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis/SC. In: GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. (orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 233-252, 2007.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; LOPES-JUNIOR, A. **Saúde LGBTQIA+:** Práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

CONNELL, R. W. **Theorising gender**. *Sociology*, 19(2), 260-72, 1985.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas [online]**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Provimento nº 26. Projeto Pai Presente. Brasília: DF, 2012.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DUQUE, Andrews do Nascimento. **SER TRAVESTI: Significados atribuídos por um grupo de travestis da cidade de Manaus**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

EUFRÁZIO, Washington Napoleao. **A travesti pinta o rosto pra viver?** As vivências das trabalhadoras do sexo na cidade de Manaus. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, 2017.

FERNANDES, Cássio Péres. **"Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação!"**: cotidiano das transgeneridades femininas em situação de rua na cidade de Manaus-AM. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, 1999.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GÓES, M. C. R.; CRUZ, M. N. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. **Pro-Posições**, 17, 31-45, 2006.

GOMES, Romeu; NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. A produção do conhecimento da saúde pública sobre a relação homem-saúde: uma revisão bibliográfica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 5, p. 901-911, 2006.

GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Estudos de Gênero - Cadernos de Area 9, Goiânia, v. 9, p. 29-46, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende... [et al.]. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOUZEL, D. **As implicações da parentalidade**. In L. Solis-Ponton (Org.), Ser pai, ser mãe, parentalidade: um desafio para o terceiro milênio (pp. 47–52). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

JANUÁRIO, Soraya Barreto Januário. **Masculinidades em (Re)Construção: Gênero, Corpo e Publicidade**. Covilhã, 2016.

JARDIM, Lucília de Fátima Santana. **Tecnologia educacional sobre profilaxia pré-exposição para travestis e mulheres trans: produção baseada em evidências**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LIMA, M. D. A.; SOUZA, A. D. S.; DANTAS, M. F. Os Desafios a Garantia de Direitos da População LGBT no Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Interfaces Saúde Humanas e Tecnologia**, v. 1. 3 (11), p. 119-125, 29, 2016.

LIMA, Michele Pires. **Senhoras do tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019)**. 2021. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. **Estudos feministas**, 2001.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARANGONI, V. L. et al. Panorama das condições femininas no Amazonas: do período colonial ao século XX. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, 6(1), 21-32, 2017.

MARANGONI, Vivian Silva Lima. **Entre existir e resistir: experiências de consumo de travestis e mulheres trans**. (Tese de Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, I. R. et al. O Direito à Saúde da População LGBT: Desafios Contemporâneos no Contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Psicologia e Saúde**, p. 63-78, 2020.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cad. Saúde**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIWA, Hellen Yuki Costa. **A percepção do cuidado com a saúde de travestis e mulheres transexuais vivenciando a prostituição na cidade de Manaus/AM: análise compreensiva dos discursos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

MOLON, S. I. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 4, p. 613-622, out./dez. 2011.

MORO, M. R. Os ingredientes da parentalidade. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, VIII, 2, 258-273. 2005.

NEVES, André Luiz Machado das. Política é vida: ativismo e saúde trans em Manaus. Tese (Doutorado Em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva: Ciências Humanas e Saúde, 2019, Rio de Janeiro, 2019.

PEDERZOLI, Aquinoã Abigail. Papai ou mamãe? Uma discussão dos papéis parentais em homens trans que engravidaram. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PEREIRA, Pamella Liz Nunes; GAUDENZI, Paula; BONAN, Claudia. Masculinidades trans em debate: uma revisão da literatura sobre masculinidades trans no Brasil. **Saúde e Sociedade [online]**, v. 30, n. 3, 2021.

PEREIRA, Pamella Liz Nunes. De barba e barrigão: histórias de gestação e parentalidade de homens trans. 2021. 160 f. Tese. (Doutorado em Saúde Coletiva)-Instituto Nacional de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021

PERUCCHI, J.; BEIRÃO, A. M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **PSIC. CLIN.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 57 – 69, 2007.

PINHO, A. R.; RODRIGUES, L.; NOGUEIRA, C. (Des)Construção da parentalidade trans: Homens que engravidam. **Ex aequo**, (41), 195-205, 2020.

PINO, A. As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo: Cortez, 2005.

PONTES, J. C.; SILVA, C. G. Cisnormatividade e passabilidade: Deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 8, p. 396-417, 2017.

PORCHAT, Patricia. Elementos para refletir acerca do trabalho psicanalítico com famílias que "saem do armário". **Rev. bras. psicanál**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 103-116, jun. 2017. Disponível <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2017000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 abr. 2023.

PORTO, Rafael Luiz de Aguiar. **Sentidos atribuídos a partir do diagnóstico de HIV/AIDS em mulheres transgênero à luz da fenomenologia de Heidegger**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução Jones de Freitas. jul. 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

- RAMÍREZ, B. Colonialidade e cis-normatividade: entrevista com Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: Revista de estudos sociales*. 3: 15-21, 2014.
- REIS, P. S. D. O. et al. Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, 2021, 13, 80– 85. 2021. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v13.7488>
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; 2017.
- RODRIGUEZ, S. de los S. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Diversidade e Educação**, 7(2), 276–291, 2020.
- RUBIN, H. **Self-made Men: Identity and Embodiment Among Transsexual Men**. Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 2003.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Rio de Janeiro (RJ): Autêntica, 2015.
- SANTOS, John; COSTA, Thiago. Gênero e Covid-19 no contexto da população de refugiados e migrantes na cidade de Manaus–Amazonas. *Mundo Amazônico*, 2020
- SANTOS, Keliene Ferreira dos. **Transexualidade, gênero e preconceito: Impasses e desafios na retificação do registro civil em Manaus-AM**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2. Porto Alegre, 1990.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, EsteraMuszkat. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 3. ed. **Rev. atual**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.
- SILVA, M. R. et al. (2017). Os conceitos de envolvimento e experiência nos estudos sobre paternidade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 69(3), 116-132, 2017.
- SILVA, Romulo Cardoso. **Transcidadania: luta pelo reconhecimento na construção da cidadania trans em Manaus/AM**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.
- SILVA, S. G. A crise da Masculinidade: Uma Crítica à Identidade de Gênero e à Literatura Masculinista. **Psicologia, ciência e profissão**, 26 (1), 118-131, 2006.
- SOUZA, E. R. Papai é homem ou mulher? Questões sobre a parentalidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil. **Revista de Antropologia**, 56(2), 397-430, 2013.
- SOUZA, Fernanda Herminia Oliveira; FONTELLA, Cristina. Diga, Gérard, o que é a parentalidade? **Clínica & Cultura**, v. 5, n. 1, 107-120, 2016.
- SOUZA, Fernanda Hermínia Oliveira. Mutação Sociais, Família e Parentalidade. Uma entrevista com Gerard. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e161410, 2018.
- SOUZA, Fernanda Hermínia Oliveira. Atendimento clínico de pais separados. In: SOARES, Laura; RAPIZO, Rosana. (orgs.) **Práticas e saberes psicológicos com famílias em**

diferentes contextos: clínica, comunidade, saúde e sistema de justiça. Curitiba: CRV, p. 69 - 88, 2023.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

TEIXEIRA, Flávia. Dispositivos de dor: saberes - poderes que (con)formam a transexualidade. São Paulo: AnnaBlume, 2013.

TEPERMAN, D. W. Sangue não é água, a convivência também não. In: Dossiê Parentalidade e vulnerabilidades, **Revista Cuit**, São Paulo, n. 251, 2019.

TEPERMAN, Daniela. Parentalidade para todos, não sem a família de cada um. In: TEPERMAN, Daniela et al. (ed.). **Parentalidade. Belo Horizonte:** Autêntica, 2020. p. 89-108.

THERENSE, Munique; RUSSO, Jane. A ilusão da retórica da distinção total entre as esferas conjugal e parental: considerações a partir da análise de gênero. In: SOARES, Laura; RAPIZO, Rosana. (orgs.) **Práticas e saberes psicológicos com famílias em diferentes contextos: clínica, comunidade, saúde e sistema de justiça.** Curitiba: CRV, p. 41 - 65, 2023.

TILIO, R. de. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **GÊNERO**, Niterói, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.125-148, 2014.

TRAJANO, Mariana Gracindo. **Entre a cruz e a espada:** experiências de parentalidade de homens e mulheres trans em contextos cisheteronormativos. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UZIEL, Anna Paula, et al. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. In: Horizontes Antropológicos. v.12, n. 26 Porto Alegre jul./dez. 2006

VYGOTSKY, L. S. **O significado histórico da crise da psicologia.** In: L. S. Vigotski. Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1927), 1996.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e palavra.** In L. S. *Vygotsky*. A construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934), 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamiento y palabra.** Obras Escogidas II. Madrid: Visor, 1992.

WITTMANN, Isabel. **Corpo, Gênero e Identidade:** Experiências transgênero na cidade de Manaus. Dissertação (Mestrado) – Museu Amazônico, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

WITTMANN, I. **O "Corpo Nasce de uma Identidade": Reflexões sobre a construção do corpo em experiências transgênero.** Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 28, n. 2, p. 86-107, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/149227>. Acesso em: 31 maio. 2023.

ZAMBRANO, E. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes Antropológicos**, 12(26), 123-147, 2006.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Levantamento de dados demográficos.

Nome: _____

Data de nascimento: ___/___/___ Idade: ____ Cor/raça: _____

Escolaridade: _____ Área de Formação: _____

Naturalidade: _____ Profissão/ocupação: _____

Local de moradia: _____

Constituição familiar: _____

2. Questão disparadora - Conte-me como é a sua experiência de ser pai/mãe?

Outras questões:

- Como se deu o interesse em se tornar pai/mãe?
- Como se tornou pai?
- Quais as dificuldades enfrentadas no exercício da parentalidade?
- Fale sobre a transição de gênero. Como a transexualidade interfere no exercício da parentalidade?
- Comente conquistas e desafios devido à parentalidade (subjetivas e/ou objetivas).
- Qual a relação dos/as seus/as filhos/as com a sua transexualidade?
- Qual a sua percepção de como o seu meio social o/a vê no exercício da parentalidade?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa Sentidos e significados sobre parentalidade produzidos por homens trans que engravidaram antes da transição de gênero, cujo pesquisadora responsável é Daniela dos Santos Dantas. O objetivo geral do projeto é compreender sentidos e significados da parentalidade dos homens trans que engravidaram antes da transição de gênero. Os objetivos específicos são: verificar de que modo a construção da masculinidade estrutura a configuração de paternidade exercida por homens trans; identificar as repercussões da identidade de gênero antes e depois da transição no exercício do cuidado com os(as) filhos(as); investigar sobre os aspectos psicossociais associados aos mecanismos de validação social percebido nos diversos cenários em que há exercício da paternidade (família, escola, associações, órgãos de saúde e relacionamentos);

O Sr. está sendo convidado porque compõe o grupo que desejamos dialogar sobre a sua experiência de parentalidade antes e depois da transição de gênero e seus impactos. O Sr. tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Caso aceite participar sua participação consiste em contribuir com seus relatos por meio de entrevistas individuais realizadas no ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero, localizado na Policlínica da Codajás, com duração mínima de cinquenta minutos e máxima livre. Por isso solicito consentimento para registro do som das entrevistas. Será assegurado a confidencialidade, a privacidade e a proteção da gravação dos áudios. Apenas o pesquisador responsável e o orientador da pesquisa terão acesso aos áudios das entrevistas, garantindo a não utilização de informações que possam prejudicar pessoas ou grupos sociais, de acordo com o item II.2.I., Res. 466/2012/CNS e a Constituição Federal Brasileira de 1988, art. 5º, incisos V, X, XXVIII. Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Caso ocorra constrangimento ou desconforto em decorrência das temáticas abordadas durante a entrevista, as/os pesquisadores

adotarão medidas de precaução e proteção. Essas medidas e providências cabíveis serão discutidas e acordadas com cada participante e podem incluir entre outras: a) escuta de acolhimento, realizada pelas/os pesquisadoras/es, suspensão da entrevista; e/ou c) reagendamento da entrevista; outra medida necessária ao bem-estar do/a participante ou atendimento especializado que será encaminhado pelo pesquisador responsável. Cumpre esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá indenização aos participantes (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos, e que não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução em tela nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, uma vez que não há definição da gradação do risco. Os benefícios da pesquisa serão decorrentes das informações empíricas produzidas neste projeto científico colaborativo que podem promover avanços na compreensão das vivências da parentalidade de homens trans. Será possível compreender como o campo da Psicologia pode contribuir com as demandas jurídicas e sociais na diversidade de gênero, sexo e família.

Se julgar necessário, o Sr dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. Garantimos ao Sr a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. O Sr pode entrar em contato com o pesquisador responsável, Daniela dos Santos Dantas, a qualquer tempo para informação adicional no endereço Av. Rodrigo Otávio, 6200 – Setor Sul – Campus Universitário – Bloco X, Bairro: Coroado CEP 69080-900 Manaus – AM, telefone geral: (92) 3305-1181. O Sr. também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Este documento (TCLE) está

disponibilizado para download, e poderá ser armazenado ou impresso quando o participante da pesquisa

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Manaus, ____/____/____

Assinatura do Participante

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script that is difficult to decipher but appears to be a personal name.

Assinatura do Pesquisador Responsável



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

APÊNDICE C – TRECHOS DE PRECONCEITO CONTRA PAIS TRANSEXUAIS



PamiPorto @PortoPamiï · 52 min

Cancelem a Natura, talvez?! 😞

[#NaturaNao](#)

Pai que é pai, nasce Homem porra!!!



Paulo de Tarso @paulodetarsog · 13 min

"Discurso de ódio" é o cacete.

Com tantos homens com histórias de superação na luta diária para criar e educar os seus filhos, a natura vem e utiliza a Tammy como garota-propaganda do dia dos pais. Isso não é inclusão, é exclusão da maioria!

[#NaturaNao](#)

[#NaturaNuncaMais](#)



Fernanda Salles @reportersalles · 29 min

Natura vai ter uma mulher como garota propaganda do Dia dos Pais?

116

144

1 mil



Elayne Santo @SantoElayne2020 · 1 h

[#BoicoteNatura](#)

[#NaturaNao](#)

Missão dada p defender nossa família, é missão cumprida.

Se ela quer parecer homem, tudo bem é escolha pessoal dela mas, a empresa quer tripudiar na cara dos verdadeiros homens de valor, que cuidam da família com garra e esforço, isso é inaceitável.



Manoel Santos @ManoelSantos_19 · 3 h

#NaturaNão:

SOU PAI POR QUE NÃO TENHO ÚTERO.

Se tivesse SERIA MÃE.

Simple assim.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANEXO A - CARTA DE ANUÊNCIA



CARTA DE ANUÊNCIA

Aceito que a pesquisadora Daniela dos Santos Dantas, pertencente ao Programa de Pós Graduação de Psicologia, desenvolva sua pesquisa intitulada Sentidos e significados sobre parentalidade produzidos por homens trans que engravidaram antes da transição de gênero, tal como será submetida à Plataforma Brasil, sob a orientação da professora Prof. Dr. André Luiz Machado das Neves, vinculada a Universidade Federal do Amazonas.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão utilizados nessa pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue:

- 1) O cumprimento das determinações éticas da Resolução CNS no 466/2012;
- 2) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nessa pesquisa;
- 4) No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

O referido projeto será realizado no Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero, e poderá ocorrer somente a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas.

Manaus, 16 de maio de 2022.


 Maria Leonide de Oliveira Brandão
 Diretora Geral
 Policlínica Codajás

Maria Leonide de Oliveira Brandão
Diretor Geral — Policlínica Codajás


 Dr. Swanny Amarel Mitozo
 Gerente de Divisão de Clínicas
 Policlínica Codajás

Dr. Swanny Amarel Mitozo
Gerente de Divisão de Clínicas





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ANEXO B - DECLARAÇÃO



Manaus, 18 de Maio de 2022

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que estou de acordo com o atendimento psicológico, caso necessário aos participantes da pesquisa intitulada SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOBRE PARENTALIDADE PRODUZIDOS POR HOMENS TRANS QUE ENGRAVIDARAM ANTES DA TRANSIÇÃO DE GÊNERO, conduzida pela mestranda Daniela dos Santos Dantas, sob a orientação do prof. DR. André Luiz Machado das Neves.

Atenciosamente,

Michelle de A. Rodrigues

MICHELLE DE ALBUQUERQUE RODRIGUES
PSICÓLOGA CRP 20/2116
AMBULATÓRIO DE DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO





UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANEXO C - CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL



CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Aceito que a pesquisadora Daniela dos Santos Dantas, pertencente à Escola Superior de Ciências da Saúde, desenvolvam sua pesquisa intitulada Sentidos e significados sobre parentalidade produzidos por homens trans que engravidaram antes da transição de gênero, tal como será submetida à Plataforma Brasil, sob a orientação da professora Prof. Dr. André Luiz Machado das Neves, vinculada a Universidade Federal do Amazonas.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão utilizados nessa pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue:

- 1) O cumprimento das determinações éticas da Resolução CNS nº 466/2012;
- 2) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nessa pesquisa;
- 4) No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

O referido projeto será realizado no Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero, com a orientação da Dra. Daira Barroso Serrão das Neves e poderá ocorrer somente a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas.

Manaus, 16 de maio de 2022.

Maria Leonide de O. Brandão
Mat. 561.25-7 C
Diretora Geral
Policlínica Codajás

Maria Leonide de Oliveira Brandão
Diretor Geral – Policlínica Codajás

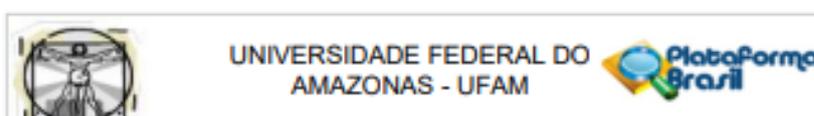
Dr. Swammy Amaral Mitozo
CRM: 1234
Grupo de Gestão de Clínica
Policlínica Codajás

Swammy Amaral Mitozo
Diretor Clínico



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANEXO D - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOBRE PARENTALIDADE PRODUZIDOS POR HOMENS TRANSEXUAIS QUE ENGRAVIDARAM ANTES DA TRANSIÇÃO DE

Pesquisador: Daniela Dos Santos Dantas

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 59261222.8.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

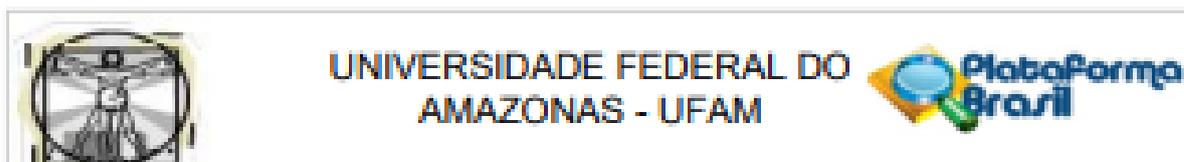
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.528.881

Apresentação do Projeto:

A parentalidade de sujeitos transexuais, intrinsecamente associada as questões de gênero e sexualidade, perpassa por critérios complexos construídos sob a égide sócio-histórica. Diante de uma dinâmica cultural que ora se utiliza do aspecto predominantemente do gênero designado pelo sexo, ora da identidade de gênero como critério para definir as práticas parentais, tomando como experiência trans, o recorte para desenvolver uma reflexão sobre como o gênero que se articula com o desempenho parental, trago a luz questões complexas que atravessam a constituição de família, gênero e parentalidade, que se relacionam ao homem trans para refletir acerca das repercussões causadas pelos debates, confrontos e disputas, em que emerge a problemática sobre quais os sentidos e significados sobre parentalidade, são produzidos por homens trans que engravidaram antes da transição de gênero. Frente a isso, o presente estudo tem como objetivo geral compreender a construção identitária e o exercício parental nos diversos cenários sociais dos homens trans que engravidaram antes da transição de gênero. E como objetivos específicos espera-se reconstruir narrativas autobiográficas sobre a construção identitária e experiência da parentalidade; analisar o modo como a identidade de gênero de homens trans interfere no exercício parental; identificar os efeitos da identidade de gênero antes e depois da transição no exercício do cuidado com os(as) filhos(as) e; identificar a percepção das pessoas sobre o exercício parental dos homens trans, nos diversos cenários sociais a partir de suas próprias narrativas. A metodologia utilizada será de uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa. Sob a

| | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|
| Endereço: Rua Teresina, 4950 | CEP: 69.057-070 |
| Bairro: Adrianópolis | |
| UF: AM | Município: MANAUS |
| Telefone: (92)3305-1181 | E-mail: cep.ufam@gmail.com |



Continuação do Formosr: 5.520.681

perspectiva das teorias sociais de gênero, a pesquisa vai buscar envolver: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais. Será adotado o modelo de entrevista semi-estruturada, aplicando questionamentos embasados ao entrevistado de modo a gerar possíveis hipóteses e diferentes complementos. As entrevistas serão realizadas com dez sujeitos que se autoafirmam como homem trans, são pais e engravidaram antes de iniciar o processo de transição de gênero. Esses sujeitos fazem acompanhamento no processo transexualizador no ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero, localizado na Policlínica da Codajás em Manaus-AM.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender a construção identitária e o exercício parental nos diversos cenários sociais dos homens trans que engravidaram antes da transição de gênero

Objetivo Secundário: Reconstruir narrativas autobiográficas sobre a construção identitária e experiência da parentalidade. Analisar o modo como a da identidade de gênero de homens trans interfere no exercício parental; Identificar os efeitos da identidade de gênero antes e depois da transição no exercício do cuidado com os(as) filhos(as); Identificar a percepção das pessoas sobre o exercício parental dos homens trans, nos diversos cenários sociais a partir de suas próprias narrativas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a resolução 466/12, na qual o presente estudo está embasado, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, possibilitando danos a dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano. Com isso, a pesquisa poderá gerar algum constrangimento e/ou resgatar lembranças que faça o participante sentir algum desconforto psicológico. Caso haja algum desconforto ou constrangimento, a pesquisa será interrompida e, se necessário, o participante será encaminhado ao serviço de Psicologia do Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero, conforme declaração em anexo.

Benefícios: Os benefícios da pesquisa serão decorrentes das informações empíricas produzidas neste projeto científico colaborativo que podem promover avanços na compreensão das vivências da parentalidade de homens trans. Será possível compreender como o campo da Psicologia pode contribuir com as demandas jurídicas e sociais na diversidade de gênero, sexo e família.

Endereço: Rua Teresina, 4650

Bairro: Adiantópolis

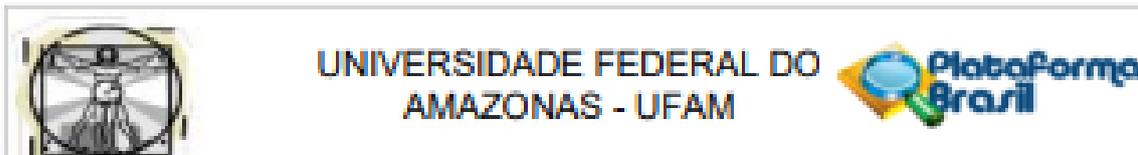
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3333-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.528.881

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O cronograma está de acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Projeto completo: Não anexou - atualizado

Folha de rosto: adequada

Riscos e benefícios: adequada

Critérios de inclusão e exclusão: Revisar - atualizado

Instrumento de pesquisa: adequado

Cronograma: adequado

Anuência: adequada

TCLE: Problemas no arquivo - atualizado

Modelo de TCLE: <https://www.cep.ufam.edu.br/tcle>

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

I. O documento do projeto de pesquisa foi anexado corretamente, em substituição ao documento erroneamente anexado na primeira submissão. No mesmo documento, é possível observar as correções solicitadas dos critérios de inclusão e exclusão e TCLE (anexado). Demais documentos, como cronograma seguem sem alteração, pois estão considerando os limites e condicionantes do Comitê para iniciar coleta de dados, por meio das entrevistas, somente após parecer favorável.

II. Foi enviado o documento TCLE para avaliação, uma vez que o anterior estava corrompido e não pode ser avaliado pelo Comitê. Documento de acordo.

III. Revisão e adequação dos critérios de inclusão e exclusão conforme orientação do parecer - Revisão acatada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|----------------|---------|----------|-------|----------|
|----------------|---------|----------|-------|----------|

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

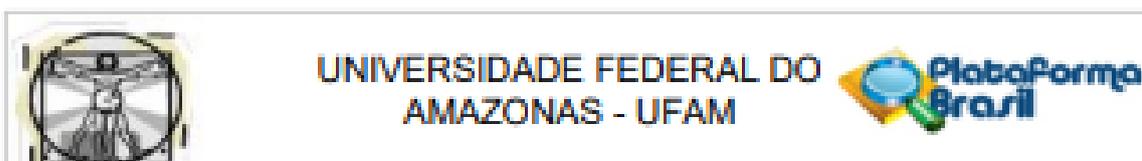
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.626.681

| | | | | |
|---|---|------------------------|---------------------------|--------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1957005.pdf | 07/07/2022 19:58:13 | | Aceito |
| Recurso Anexado pelo Pesquisador | Carta_Resposta.pdf | 07/07/2022 19:48:47 | Daniela Dos Santos Dantas | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 07/07/2022 19:46:59 | Daniela Dos Santos Dantas | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_de_Pesquisa_Daniela_dos_San tos_Dantas.pdf | 07/07/2022 19:44:03 | Daniela Dos Santos Dantas | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf | 07/07/2022 19:39:48 | Daniela Dos Santos Dantas | Aceito |
| Outros | Roteiro_de_Entrevista.pdf | 01/06/2022 18:38:13 | Daniela Dos Santos Dantas | Aceito |
| Outros | Declaracao_acolhimento_psicologia.pdf | 01/06/2022 18:37:34 | Daniela Dos Santos Dantas | Aceito |
| Outros | CARTA_DE_AJUIZENCIA_POLICODAJA S.pdf | 01/06/2022 18:35:35 | Daniela Dos Santos Dantas | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaDeRostoDaniela.pdf | 01/06/2022 18:00:02 | Daniela Dos Santos Dantas | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 15 de Julho de 2022

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4050

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (62)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com